

TVR
N.º 276, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 100/2020
OF 104/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.838, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angical, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo - MA;

2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa - ES;

3 - Portaria nº 2.624, de 29 de junho de 2015 - Associação Cultural e Comunitária Prima, no município de Monte Mor - SP;

4 - Portaria nº 2.974, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Baturiteense de Comunicação e Cultura, no município de Baturité - CE;

5 - Portaria nº 3.628, de 19 de agosto de 2015 - Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG, no município de Rio Preto - MG;

6 - Portaria nº 3.629, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária Serrana, no município de Ribeirão Pires - SP;

7 - Portaria nº 6.146, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos, no município de Campo do Meio - MG;

8 - Portaria nº 6.155, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata FM, no município de Prata - PB;

9 - Portaria nº 6.203, de 1º de dezembro de 2015 - Fundação Cultural e Comunitária Luminense, no município de Paço do Luminar - MA;

10 - Portaria nº 123, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas, no município de Campinas - SP;

11 - Portaria nº 150, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho, no município de São João da Fronteira - PI;

12 - Portaria nº 160, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi, no município de Itamogi - MG;

13 - Portaria nº 413, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Renascer, no município de Jacaraú - PB;

14 - Portaria nº 414, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, no município de Itajobi - SP;

15 - Portaria nº 683, de 9 de maio de 2016 - Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis, no município de Sertanópolis - PR;

16 - Portaria nº 779, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté, no município de Abaeté - MG;

17 - Portaria nº 790, de 9 de maio de 2016 - Conselho Comunitário de Radiodifusão de Campestre, no município de Campestre - MG;

18 - Portaria nº 1.256, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas, no município de Antas - BA;

19 - Portaria nº 584, de 7 de junho de 2017 - Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis, no município de Iracemápolis - SP;

20 - Portaria nº 1.103, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Comunitária, no município de Santo Antônio do Aracanguá - SP;

21 - Portaria nº 1.466, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária, no município de União - PI;

22 - Portaria nº 1.838, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, no município de Angical - BA;

23 - Portaria nº 1.890, de 7 de junho de 2017 - Associação Equipe Canal 8, no município de Mariópolis- PR;

24 - Portaria nº 1.902, de 7 de junho de 2017 - Associação de Moradores do Bravo, no município de Serra Preta - BA;

25 - Portaria nº 1.995, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Novo Cruzeiro - MG;

26 - Portaria nº 2.002, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária América, no município de Camanducaia - MG;

27 - Portaria nº 2.192, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária, no município de Guapiaçú - SP;

28 - Portaria nº 2.477, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS, no município de Felixlândia - MG;

29 - Portaria nº 3.164, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Piracanjuba, no município de Piracanjuba - GO;

30 - Portaria nº 5.088, de 28 de setembro de 2017 - Associação Cultural Ideal, no município de Boituva - SP;

31 - Portaria nº 5.748, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Educacional Cultural de São Gabriel da Palha, no município de São Gabriel da Palha - ES;

32 - Portaria nº 1.431, de 22 de março de 2018 - Associação Cultural de Radiodifusão Independente - ACRDI, no município de São Sebastião do Passé - BA;

33 - Portaria nº 1.695, de 4 de abril de 2018 - Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis, no município de Janiópolis - PR;

34 - Portaria nº 2.512, de 17 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste, no município de Lindoeste - PR;

35 - Portaria nº 3.900, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Imaculada Conceição, no município de Propriá - SE;

36 - Portaria nº 6.740, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Assistencial Soteropolitana, no município de Salvador - BA;

37 - Portaria nº 7.016, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto, no município de São Benedito do Rio Preto - MA;

38 - Portaria nº 7.039, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF, no município de São Felipe d'Oeste - RO;

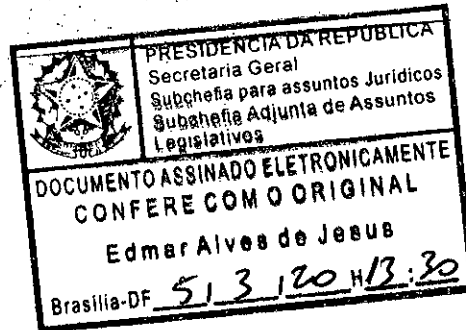
39 - Portaria nº 7.144, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Vida de Promoção Social, no município de São Pedro da Aldeia - RJ; e

40 - Portaria nº 7.584, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo, no município de Coronel Bicaco - RS.

Brasília, 18 de março de 2020.



EM nº 00301/2019 MCTIC



Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.025604/2012-77, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, inscrita no CNPJ nº 02.859.224/0001-89, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 16 de Maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angical, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5233/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 1838-SEI, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/06/2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1838/2017/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788171** e o código CRC **75C9835E**.

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 1788171



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34375/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.025604/2012-77.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654520** e o código CRC **F5D04C99**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.025604/2012-77**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 31 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 31/07/2014, às 09:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0063663** e o código CRC **D3F206F3**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.025604/2012-77

(Processo de Outorga nº 53640.001780/98)

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA)**, na localidade de **ANGICAL / BA**, tem validade até 16/05/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 29 de maio de 2012.

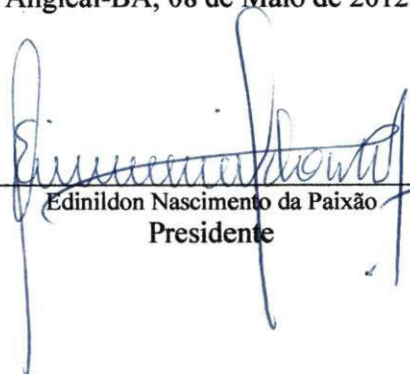

BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA), inscrita no CNPJ sob o nº 02.859.224/0001-89 com sede na Praça da Bandeira, nº 29, na cidade de Angical, Estado da Bahia, CEP: 47960-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 451 datada de 14/08/2000 e Decreto Legislativo nº 83 publicado no Diário Oficial da União datado de 15/05/2002, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Angical-BA, 08 de Maio de 2012.



Edinildon Nascimento da Paixão
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 025604/2012-77

SEAPA/SCE

28/05/2012-07:50

Nome do representante da entidade: Edinildon Nascimento da Paixão

CPF: 434.853.405-53

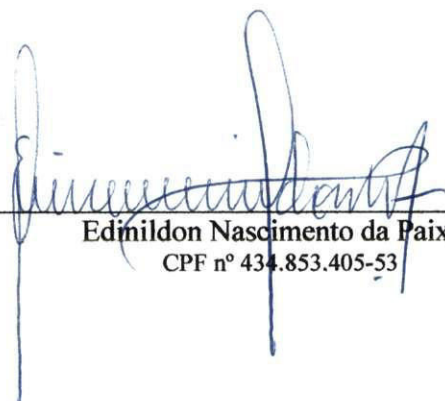
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3
DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO
DE 2011.



1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: <p>7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;</p> <p>7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;</p> <p>7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;</p>
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



Edmildon Nascimento da Paixão
CPF nº 434.853.405-53

Endereço para correspondência : Praça da Bandeira Nº 29, centro, na cidade de Angical
Estado da Bahia, CEP47.960-000

Telefone para contato: 077-3622-2014 eletrônico (radioarcafm@yahoo.com.br,
edinildon9@hotmail.com).

DECLARAÇÃO

Eu, **EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO**, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, vem respeitosamente à presença de V. Exa, declarar que **GLADES MARIA MARIANI FERREIRA** é a diretora responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, da Rádio ARCA FM, na localidade de Angical/BA. Declaro também que a mesma é de nacionalidade brasileira.

Angical/BA, 08 de Maio de 2012.



EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Presidente
CPF :434.853405-53

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÃO PLASTIFICAR



Gládes Maria Mariani Ferreira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

20.004.638-19 22-01-2010

GLADES MARIA MARIANI FERREIRA

FLORISVALDO FERREIRA

MARIA CARMOSINA MARIANI PASSOS FERREIRA

ANGICAL BA 26-11-1972

C.NAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV A76 FL 42 RT 11708
911.467.805-59 PIS 12697810074

Francilda M^a de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Edinildon Nascimento da Paixão, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Angical - BA, 08 de Maio de 2012.



Edinildon Nascimento da Paixão
Presidente
CPF nº 434.853.405-53

DECLARAÇÃO

Eu, Edinildon Nascimento da Paixão, representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, vem respeitosamente à presença de V. Exa, declarar que a emissora ARCA FM, mantida pela associação, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Angicall – (BA), 08 de Maio de 2012.


Edinildon Nascimento da Paixão
Presidente
CPF : 434.853.405-53



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.859.224/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC DA BANDEIRA	NÚMERO 29	COMPLEMENTO	
CEP 47.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANGICAL	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/05/2012** às **07:49:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.859.224/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC DA BANDEIRA	NÚMERO 29	COMPLEMENTO	
CEP 47.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANGICAL	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/05/2012** às **18:05:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.859.224/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC DA BANDEIRA	NÚMERO 29	COMPLEMENTO	
CEP 47.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANGICAL	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/05/2012** às **07:49:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 05/05/2012

<http://www.receita.fazenda.gov.br/prepararImpressao/ImprimePagina.asp>

05/05/2012



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL
(ARCA)
CNPJ: 02.859.224/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:03:47 do dia 09/05/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/06/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

CONSELHO COMUNITÁRIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ARCA FM

O Conselho Comunitário da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, de conformidade com as exigências estatutárias (Art. 31) e das reuniões realizadas, acompanha as atividades da emissora e destaca entre suas atividades, além da programação normal de da emissora, as que se seguem.

TRANSMISSÕES

1. Transmissão ao vivo das sessões semanais da Câmara de Vereadores;
2. Transmissão de missas comuns e festivas diretamente da Igreja Matriz;
3. Transmissão ao vivo de conferências Municipais de Educação, Saúde e Ação Social.
4. Transmissão de programas evangélicos de diferentes igrejas:
 - 4.1 – Igreja Evangélica Batista Independente
 - 4.2 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus Madureira
 - 4.3 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão
5. Transmissão parcial do Torneio de Futebol Avelino Neto
6. Transmissão do programa Viva Vida da Pastoral da Criança
7. Transmissão de Programas de cunho de formação profissional em parceria com SESC/SENAC de Salvador;
8. Transmissão de Jornada Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
9. Transmissão do Programa “A Voz do Brasil” da EBC
10. Transmissão Semanal de Programas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angical, voltado para assuntos da classe e informações do INSS.
11. Transmissão do Programa Prosa Rural em parceria com a Embrapa com assuntos focados em trabalhos e desenvolvimento do homem do campo.



12. Transmissão de Programa Nosso Andar Diário focado em mensagens religiosas para reflexão de vida.
13. Transmissão de Programas semanais da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) falando sobre a fixação e desenvolvimento do homem do campo conservando os recursos naturais.
14. Transmissão de Programas da Prefeitura Municipal envolvendo todas as secretarias, focando as ações do Executivo.
15. Transmissão ao vivo de Cerimônia de visita do Governador Jaques Wagner na entrega da pavimentação asfáltica que liga a sede ao Distrito de Missão do Araicobé.
16. Transmissão da entrega de Título de Cidadão Angicalense realizado pelo Poder Legislativo Municipal.
17. Transmissão de Audiência Pública realizada pelo Poder Legislativo para debater as questões locais com o Juiz de Direito da Comarca de Angical
18. Transmissão do Programa Semanal da Ave Maria Igreja Católica
19. Transmissão de Programa semanal de notícias local, estadual e nacional.

ENTREVISTAS

Durante esses dois anos, dentre tantas entrevistas que realizamos com as principais autoridades como:

- Deputado Federal Zezéu Ribeiro em sua visita na cidade de Angical
- Secretária Municipal de Educação Juliana Miranda Sales
- _ Bispo da Diocese de Barreiras Dom Josafá Menezes da Silva
- Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Estadual Marcelo Nilo
- Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angical SINDSERPA, Sr. Eduardo dos Santos Ferreira.

DATAS COMEMORATIVAS

Com apoio dos locutores realizamos algumas comemorações, como:

02. Dia dos pais
03. Nono aniversário da ARCA FM com concurso de música com artistas locais
04. Homenagem com festa ao músico e poeta angicalense Aldo Diniz
05. Décimo aniversário da ARCA FM com concurso de música com artistas locais
06. Confraternização de final de ano com diretoria, sócios, conselho comunitário, autoridades, radialistas, e apoiadores associados.



EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Presidente da Associação

De acordo:



CÉLIO RIBEIRO CARNERIO
Pelo Conselho Comunitário



LUCIANO DE OLIVEIRA LOPES
Pelo Conselho Comunitário



JOÃO BATISTA ZETOL DOS SANTOS
Pelo Conselho Comunitário



GILMAR NASCIMENTO DA PAIXÃO
Pelo Conselho Comunitário



MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA DE SOUZA
Pelo Conselho Comunitário

ARCA
RADIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89



ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Aos 08 (oito) dias do mês de Janeiro do ano de 2011 (dois mil e onze), às 20:30 horas, em 2ª e última convocação, na sede da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, à Praça da Bandeira, 29, na cidade de Angical, sob a presidência do Sr. Edinildon Nascimento da Paixão, reuniram-se sócios da ARCA para Assembleia Geral Extraordinária convocada por meio de Edital publicado, para o fim específico de ratificação de atos praticados por seus dirigentes e conselheiros, bem como reforma do estatuto social adequando-o às exigências da Lei nº 10.406/2002, de 10.01.2002 (Código Civil). Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos, bem como do Advogado Dr. Nilvo Schwingel, OAB/BA nº 23.387, e de Josafá Ramos de Oliveira, bacharel em Direito, os quais auxiliarão na condução dos trabalhos. De início o Sr. Presidente convidou-me *Josafá Ramos de Oliveira* para secretariar a presente Assembleia Geral com a lavratura desta ata, explicando o porquê da necessidade de ratificação de atos da diretoria e conselho fiscal para fins de regularização da entidade junto à Receita Federal e Caixa Econômica Federal, além do que precisamos adequar o Estatuto também à nova realidade de política associativa, buscando com isso o fortalecimento da entidade. Ato seguinte o Presidente sugeriu que a presente ata fosse feita de forma digitada em razão de sua extensão e da dificuldade de escrever o conteúdo da mesma em livro, o que foi por unanimidade aprovado. **Ratificação de atos praticados pela Diretoria** - Em seguida o presidente colocou a necessidade de todos os atos até aqui praticados pela Diretoria Executiva fossem ratificados para atualização de dados junto à Receita Federal na confecção de certificado digital para fins de declarações, sendo todos os atos das diretorias até aqui praticados ratificados. **Reforma do Estatuto** - Foi apresentada a reforma do Estatuto da forma seguinte: **Altera-se a redação do artigo 3º e alíneas "e" e "f", para a seguinte: "Art. 3º - A Associação terá como objetivo a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA,**

ARCA
RÁDIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção; [...] e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, inclusive utilizando mecanismos da tecnologia da informação e processamento de dados; f) Prestar, paralelamente ao serviço de radiodifusão sonora, serviços de tecnologia da informação e processamento de dados via internet banda larga, podendo, para tanto, estruturar e manter uma Estação Digital ou serviço congênere;" **Acrescenta-se ao artigo 3º o parágrafo único com a seguinte redação:** "Parágrafo Único – Para a consecução dos objetivos previstos nas alíneas "a" e "b" a entidade poderá formar quadrilhas juninas, blocos carnavalescos, grupo de bumba-meu-boi, ternos de reis e outros, festivais de músicas, competições esportivas, etc." **Acrescenta-se o artigo 3º-A com a seguinte redação:** "Art. 3º-A - São prerrogativas da Associação, complementarmente aos seus objetivos: a) Celebrar contratos, parcerias e convênios com a iniciativa privada, bem como com órgãos da administração pública em todos os seus níveis visando oferecer a maior gama possível de serviços à população; b) Estabelecer contribuições a todos os associados de acordo com as decisões tomadas em Assembleias convocadas para este fim; c) Filiar-se a entidade de grau superior, com aprovação da Assembleia; d) Cadastrar pessoas voluntárias para representar administrativamente a entidade nas comunidades rurais e Distrito de Missão do Aricobé; e) Estimular a organização dos trabalhadores jovens em suas comunidades; f) Propor ações que visem ampliar e garantir os direitos constitucionais, inclusive Mandado de Segurança Coletivo em defesa de seus associados e Ação Civil Pública contra atos danosos ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, a outros interesses difusos ou coletivos e por infração da ordem econômica e da economia popular; g) Desenvolver, em conjunto com outras entidades, políticas de proteção ao meio ambiente e defesa cultural." **Altera-se a redação dos §§ 1º ao 6º para a seguinte:** "§ 1º. – São direitos dos sócios contribuintes: a) Votar e ser votado na eleição para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano; b) Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação, principalmente no setor Educativo; c) Recorrer à Assembleia Geral de qualquer decisão da Diretoria Executiva que venha a prejudicá-lo diretamente, no prazo de

ARCA
RÁDIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

30(trinta) dias corridos; d) Oferecer sugestões e tomar parte nas Assembleias; e) Por meio de 1/5 (um quinto) dos sócios quites, convocar qualquer órgão diretivo e a assembleia. § 2º. – São deveres e obrigações dos sócios contribuintes: a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais; b) Acatar as determinações das Assembleias Gerais e da Diretoria Executiva; c) Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados; d) Pagar a contribuição mensal mínima por ele fixada e aprovada pela Assembleia Geral, ficando a critério do sócio a elevação do valor, de acordo com suas possibilidades, facultando ao sócio contribuinte que não dispuser de recursos financeiros para pagamento de suas mensalidades, revertê-las em serviços prestados a Associação. § 3º. – Os sócios que de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação ficam sujeitos às seguintes sanções, a critério da Diretoria, com direito de recurso à Assembleia Geral: I) Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado; II) Suspensão de 01 (um) a 12 (doze) meses: a) Aos reincidentes em infração punida com advertência; b) Aos que estejam em atraso, há 03 (três) meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias; c) Exclusão aos reincidentes em infração punida com suspensão. § 4º. – As sanções previstas no § 3º. serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral, de acordo com o § 1º. , alínea “c” deste artigo. § 5º. – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo. § 6º. – A pena de suspensão não isenta o sócio do pagamento de suas contribuições.” **Acrescenta-se os artigos 8º-A e 8º-B com as seguintes redações:** “Art. 8º-A – As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa. § 1º. – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples de votos válidos dos sócios presentes as eleições. § 2º - Poderão ser distintas as chapas de eleição para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Art. 8º-B – É vedado na diretoria as pessoas em exercício de cargo eletivo dos poderes Executivo e Legislativo, integrarem a Diretoria Executiva da Associação. **Parágrafo Único** - Em caso de candidatura de membro da Diretoria Executiva aos cargos referidos no caput, o afastamento do mesmo será automático, a partir da data do registro da respectiva candidatura na Justiça Eleitoral.” **Acrescenta-se ao artigo 11 a alínea VIII com a seguinte redação:** “VIII - Diretor de Qualificação Profissional e Programação.” **Acrescenta-se ao artigo 13 o**

ARCA
RÁDIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

inciso V com a seguinte redação: "V - Elaborar conjuntamente com o Diretor de Qualificação Profissional e Programação a proposta de cursos e programação da Rádio, da Estação Digital e do Provedor de Internet." **Acrescenta-se ao artigo 17 o inciso VI com a seguinte redação:** "VI - Cuidar para que os contratos de voluntariado do pessoal de apoio – monitores e locutores - sejam sempre renovados." **Acrescenta-se ao artigo 18 o inciso III com a seguinte redação:** "III - Coordenar as atividades de busca de apoio cultural para a manutenção da emissora de rádio comunitária e de patrocínios e contratos para a Estação Digital e Provedor de Internet que acaso venham a ser implantados pela associação." **Altera-se a redação dos incisos II, III e IV do artigo 19 para a seguinte:** "II - Solicitar ao Presidente e/ou Tesoureiro as medidas necessárias para a conservação e manutenção dos equipamentos da Rádio ARCA FM, da Estação Digital e Provedor de Internet; III - Zelar pela preservação do patrimônio da associação, tomando medidas administrativas junto aos estagiários, pessoal de apoio e voluntários; IV - Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Assembleia Geral e Conselho Fiscal." **Acrescenta-se ao artigo 20 os incisos III e IV com a seguinte redação:** "III - Elaborar em conjunto com o Presidente a grade de programação da Rádio ARCA FM, convidando sempre que possível o locutor responsável pelo programa respectivo, zelando pelo seu fiel cumprimento; IV - Coordenar os cursos oferecidos pela Rádio e Estação Digital à comunidade local, especialmente aos jovens." **Altera-se a duração do mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para 04 anos. Altera-se a redação dos §§ 2º e 3º do artigo 24 para a seguinte:** "§ 2º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente, podendo, no entanto ser requerida sua realização pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, instalando com a presença mínima de 1/5 (um quinto) de seus sócios em primeira convocação, e com qualquer número meia hora após, sendo suas deliberações tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, cuja convocação se dará com no mínimo 05 (cinco) dias. § 3º - As Assembleias Gerais Extraordinárias também serão convocadas pelo Presidente e na falta deste pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, sempre que as necessidades exigirem, deliberando esta em primeira convocação com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados e em segunda e ultima convocação, meia hora após com qualquer número, devendo ser convocadas por edital e com o mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. **Altera-se a redação do inciso**

ARCA
RÁDIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

VII do artigo 25 para a seguinte: "VII - Apreciar requerimentos formulados por sócios desde que recusados pela Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, obedecidas a exigência de requerimento subscrito por pelo menos 1/5 dos sócios quites." **Altera-se a redação do artigo 32 para a seguinte:** "Art. 32 - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, e só poderá ser tomada após instalação da Assembleia por 2/3 (dois terços) dos sócios, com deliberação de quorum qualificado de metade mais um de seus sócios." **Altera-se a redação do parágrafo único do artigo 36 para a seguinte:** "Parágrafo Único - A reforma dos Estatutos somente será feita pela Assembleia Geral Extraordinária, com convocação específica e com quorum de instalação de 1/3 (um terço) dos associados na primeira convocação ou com 1/5 (um quinto) na segunda e última convocação 01 (uma) hora após, devendo sua deliberação ocorrer por maioria simples dos presentes." **Acrescenta-se o artigo 36-A com seus parágrafos, com a seguinte redação:** "Art. 36-A - A Associação aplicará o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, aplicando também, as suas rendas integralmente no País. § 1º - A Associação não remunera por qualquer forma ou título, nem concede vantagens ou benefícios, os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores e associados sob nenhuma forma ou pretexto. § 2º - A Associação arcará com as despesas realizadas pelos membros da Diretoria em exercício de suas funções, sob a forma de ressarcimento. § 3º - Para as atividades burocráticas, de gestão, junto à ARCA a Diretoria Executiva poderá escolher um Secretário Executivo, sem, contudo, ser o mesmo integrante da Diretoria." **Altera-se a redação do artigo 37 para a seguinte:** "Art. 37 - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembleia Geral para apreciação." **Altera-se a redação do artigo 39 para a seguinte:** " Art. 39 - Ficam ratificados todos os atos até esta data praticados pelos dirigentes e conselheiros da entidade, desde a sua fundação ocorrida em data de 09 de julho de 1998." Após as explicações da assessoria jurídica foi aprovada a reforma estatutária, a qual será devidamente averbada à margem do registro cartorário. **PRESTAÇÃO DE CONTAS** - Pela Diretoria Executiva foi apresentada a prestação de contas do período de em aberto até a presente data. Após os esclarecimentos solicitados

ARCA
RÁDIO



FM
COMUNITÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

e com parecer do Conselho Fiscal foram as contas aprovadas. A documentação ficará à disposição dos sócios, com divulgação de planilha em mural da entidade. **Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal** – Ato seguinte foi procedida à eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Apresentada, foi eleita a seguinte chapa: **Diretoria Executiva – Presidente:** Edinildon Nascimento da Paixão, portador do CPF nº 434.853.405-53 e CI RG nº 4204227 SSP/BA; **Vice-Presidente:** Luiz Viana Diniz, portador do CPF nº 472.154.455-34 e CI RG nº 0439454220 SSP/BA; **1ª Secretária:** Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata, portador do CPF nº 005.938.625-89 e CI RG nº 1119030250 SSP/BA; **2ª Secretária:** Josete Santos Diniz, portador do CPF nº 493.833.105-53 e CI RG nº 0525229388 SSP/BA; **1º Tesoureiro:** Rosinei de Oliveira e Silva, portador do CPF nº 608.689.025-00 e CI RG nº 0734302690 SSP/BA; **2ª Tesoureira:** Ana Cláudia de Almeida Oliveira, portadora do CPF nº 002.131.825-56 e CI RG nº 0986173460 SSP/BA; **Diretor de Patrimônio:** Eduardo dos Santos Ferreira, portador do CPF nº 989.239.275-20 e CI RG nº 0904346331 SSP/BA; **2º Diretor de Patrimônio:** Agnaldo de Oliveira Lopes, portador do CPF nº 493.824.545-00 e CI RG nº 5031609 SSP/BA; **Diretor de Qualificação Profissional e Programação:** Glades Maria Mariani Ferreira, portador do CPF nº 911.467.805-59 e CI RG nº 2000463819 SSP/BA; **Conselho Fiscal:** 1º Conselho Fiscal: Terezinha Eloísa Batista Alves, portadora do CPF nº 675.149.525-00 e CI RG nº 0553359770 SSP/BA; 2º Conselho Fiscal: Carlito Amorim Peixoto, portador do CPF nº 204.913.875-04 e CI RG nº 0267144776 SSP/BA; 3º Conselho Fiscal: Pedro Onésio José Ferreira, portador do CPF nº 122.355.635-20 e CI RG nº 0736834001 SSP/BA; 1º Suplente do Conselho Fiscal: Dorcilei Gomes de Souza, portador do CPF nº 010.497.055-30 e CI RG nº 0986129640 SSP/BA; 2º Suplente do Conselho Fiscal: Fernanda Dias Ribeiro, portador do CPF nº 204.913.875-04 e CI RG nº 0267144776 SSP/BA; 3º Conselho Fiscal: José Eliselton Oliveira Souza, portador do CPF nº 607.610.755-34 e CI RG nº 0777341735 SSP/BA. Feita a eleição foram os mesmos empossados em seus respectivos cargos para um mandato de 04 (quatro) anos, com início em 08.01.2011 a 08.01.2015. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente da qual se lavrou esta ata e que será devidamente assinada pelo Advogado, pela secretária da assembleia e pelos

diretores titulares, sem prejuízo das assinaturas dos demais sócios em livro de presença.

Edinildon Nascimento da Paixão
Edinildon Nascimento da Paixão

Presidente

Maria Aparecida R. A. da Mata
Maria Aparecida R. A. da Mata

Secretária

Rosinei de Oliveira Silva
Rosinei de Oliveira Silva

Tesoureiro

Terezinha Eloiza Batista Alves
Terezinha Eloiza Batista Alves

1º Conselho Fiscal

Dr. Nílvo Schwingel
Dr. Nílvo Schwingel

Advogado OAB-BA 23.387

Reconheço a(s) forma(s) verdadeira(s)
assinalada(s) com a(s) seta(s)
Angical, 15/04/2011
neop



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Fórum Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical/BA

Título apresentado na data de 15/04/2011

Protocolado: Livro nº Anº 02 fls. 57 nº 2880

Matriculado: Livro nº Anº 01 fls. 194/2 nº 0045

Registro: Civil das Pessoas Jurídicas

Averbação nº Anº 1 nº 0045 fls. 194/2

Auxiliar: Livro 03-A fls. — nº —

Angical-Ba 15/04/2011

Ellete Teixeira dos Santos Wanderley
Ellete Teixeira dos Santos Wanderley
Oficial do Registro

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Fórum Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical/BA

Ellete Teixeira dos Santos Wanderley
Ellete Teixeira dos Santos Wanderley
Oficial do Registro



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1 - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA), fica constituída uma associação comunitária sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Art. 2 - A sede da Associação será à Praça da Bandeira, nº 29, na cidade de Angical, no Estado da Bahia.

Art. 3 - A Associação terá como objetivo a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA, propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, inclusive utilizando mecanismos da tecnologia da informação e processamento de dados;
- f) Prestar, paralelamente ao serviço de radiodifusão sonora, serviços de tecnologia da informação e processamento de dados via internet banda larga, podendo, para tanto, estruturar e manter uma Estação Digital ou serviço congênere;

Art. 4 - São prerrogativas da Associação, complementarmente aos seus objetivos:

- a) Celebrar contratos, parcerias e convênios com a iniciativa privada, bem como com órgãos da administração pública em todos os seus níveis visando oferecer a maior gama possível de serviços à população;
- b) Estabelecer contribuições a todos os associados de acordo com as decisões tomadas em Assembleias convocadas para este fim;
- c) Filiar-se a entidade de grau superior, com aprovação da Assembleia;
- d) Cadastrar pessoas voluntárias para representar administrativamente a entidade nas comunidades rurais e Distrito de Missão do Aricobé;
- e) Estimular a organização dos trabalhadores jovens em suas comunidades;
- f) Propor ações que visem ampliar e garantir os direitos constitucionais, inclusive Mandado de Segurança Coletivo em defesa de seus associados e Ação Civil Pública contra atos danosos ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, à

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

- ordem urbanística, a outros interesses difusos ou coletivos e por infração da ordem econômica e da economia popular;
- g) Desenvolver, em conjunto com outras entidades, políticas de proteção ao meio ambiente e defesa cultural.

Art. 5 - A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II **DOS SÓCIOS**

Art. 6 - São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da Associação Radiodifusão Comunitária de Angical mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidades em geral, sediadas na comunidade a ser atendida, desde que legalmente instituídas, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

Art. 7 - A Associação será composta por número ilimitado de sócios, distinguidos em três categorias, a saber:

1. Sócios fundadores - os que assinaram a ata de fundação;
2. Sócios honorários - os que se distinguem por benefícios, relevantes à Associação ou à coletividade;
3. Sócios contribuintes - qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou patrocínio sob a forma de apoio cultural.

§ 1º - São direitos dos sócios contribuintes:

- a) Votar e ser votado na eleição para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano;
- b) Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação, principalmente no setor Educativo;
- c) Recorrer à Assembleia Geral de qualquer decisão da Diretoria Executiva que venha a prejudicá-lo diretamente, no prazo de 30(trinta) dias corridos;
- d) Oferecer sugestões e tomar parte nas Assembleias;
- e) Por meio de 1/5 (um quinto) dos sócios quites, convocar qualquer órgão diretivo e a assembleia.

§ 2º - São deveres e obrigações dos sócios contribuintes:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Acatar as determinações das Assembleias Gerais e da Diretoria Executiva;
- c) Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- d) Pagar a contribuição mensal por ele fixada e aprovada pela Assembleia Geral, ficando a critério do sócio a elevação do valor, de acordo com suas possibilidades, facultando ao sócio contribuinte que não dispuser de recursos financeiros para pagamento de suas mensalidades, revertê-las em serviços prestados a Associação.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

§ 3º. – Os sócios que de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação ficam sujeitos às seguintes sanções, a critério da Diretoria, com direito de recurso à Assembleia Geral:

- I. Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II. Suspensão de 01 (um) a 12 (doze) meses:
 - a. Aos reincidentes em infração punida com advertência;
 - b. Aos que estejam em atraso, há 03 (três) meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias;
- III. Exclusão aos reincidentes em infração punida com suspensão.

§ 4º. – As sanções previstas no § 3º. serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral, de acordo com o § 1º. , alínea “c” deste artigo.

§ 5º. – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo.

§ 6º. – A pena de suspensão não isenta o sócio do pagamento de suas contribuições.

Art. 8 - Terão direito a voto nas assembleias as categorias de sócios fundadores, honorários e contribuintes, estes últimos desde que em dia com sua contribuição e quite com seu compromisso sob a forma de apoio cultural.

§ 1º - Somente terão direito a voto nas assembleias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 2º - Nas assembleias de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal não terão direito a voto os sócios fundadores e honorários.

Art. 9 - Os membros da associação não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES

Art. 10 – As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa.

§ 1º. – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples de votos válidos dos sócios presentes as eleições.

§ 2º - Poderão ser distintas as chapas de eleição para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Art. 11 – É vedado as pessoas em exercício de cargo eletivo dos poderes Executivo e Legislativo, integrarem a Diretoria Executiva da Associação.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Parágrafo Único - Em caso de candidatura de membro da Diretoria Executiva aos cargos referidos no *caput*, o afastamento do mesmo será automático, a partir da data do registro da respectiva candidatura na Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA

Art. 12 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de quatro anos, podendo ser reeleita.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

Art. 13 - Os membros da Diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 1º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

§ 2º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo de direção em outras entidades detentoras de outorga para exploração de serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura e outras congêneres.

Art. 14 - A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

- I. Presidente ✓
- II. Vice-Presidente ✓
- III. 1º Secretário ✓
- IV. 2º Secretário ✓
- V. 1º Tesoureiro ✓
- VI. 2º Tesoureiro ✓
- VII. 1º Diretor de Patrimônio ✓
- VIII. 2º Diretor de Patrimônio ✓
- IX. Diretor de Qualificação Profissional e Programação. ✓

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria desempenharão suas funções sem remuneração.

Art. 15 - Compete à Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.
- II. Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e prestação de contas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;
- IV. Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao acompanhamento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 que rege a matéria.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

das Co
Fl. 27
Rúbrica
S.S.
30/08

- V. Compete à Diretoria compor o quadro de pessoal da Associação com ao menos dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.
- VI. Reunir-se ordinariamente uma vez a cada três meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 16 - Serão atribuições do Presidente:

- I. Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa e passivamente a Associação, judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o Tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação;
- V. Elaborar conjuntamente com o Diretor de Qualificação Profissional e Programação a proposta de cursos e programação da Rádio, da Estação Digital e do Provedor de Internet.

Art. 17 - São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar.

Parágrafo Único - Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 18 - São atribuições do 1º Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação;
- III. Assinar correspondências da Associação;
- IV. Superintender os serviços de secretaria;
- V. Atuar como relações públicas da Associação.

Art. 19 - São Atribuições do 2º Secretário:

- I. Substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o 1º Secretário lhe confiar.

Art. 20 - São atribuições do 1º Tesoureiro:

- I. Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, doativos ou rendas devidas à Associação;

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordem de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil;
- V. Ter em mãos o valor relativo a um salário mínimo vigente para as pequenas despesas e de pagamento imediato;
- VI. Cuidar para que os contratos de voluntariado do pessoal de apoio – monitores e locutores - sejam sempre renovados.

Art. 21 - São atribuições do 2º Tesoureiro:

- I. Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o 1º Tesoureiro lhe confiar;
- III. Coordenar as atividades de busca de apoio cultural para a manutenção da emissora de rádio comunitária e de patrocínios e contratos para a Estação Digital e Provedor de Internet que acaso venham a ser implantados pela associação.

Art. 22 - São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- I. Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
- II. Solicitar ao Presidente e/ou Tesoureiro as medidas necessárias para a conservação e manutenção dos equipamentos da Rádio ARCA FM, da Estação Digital e Provedor de Internet;
- III. Zelar pela preservação do patrimônio da associação, tomando medidas administrativas junto aos estagiários, pessoal de apoio e voluntários;
- IV. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

Art. 23 - São atribuições do 2º Diretor de Patrimônio substituir o titular em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas funções.

Art. 24 - São atribuições do Diretor de Qualificação Profissional e Programação:

- I. Substituir o Diretor de Patrimônio em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Diretor de Patrimônio lhe confiar;
- III. Elaborar em conjunto com o Presidente a grade de programação da Rádio ARCA FM, convidando sempre que possível o locutor responsável pelo programa respectivo, zelando pelo seu fiel cumprimento;
- IV. Coordenar os cursos oferecidos pela Rádio e Estação Digital à comunidade local, especialmente aos jovens.

**CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL**

Art. 25 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada quatro anos pela Assembléia Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

Art. 26 - Compete ao Conselho Fiscal:

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

- I. Fiscalizar a gestão financeira, sem interferência na aplicação do numerário;
- II. Opinar sobre os balancetes mensais e balanço anual, lançando sobre os mesmos o seu visto;
- III. Reunir-se ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, quando necessário.

Art. 27 - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas atribuições sem remuneração.

CAPÍTULO V ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 28 - A Assembléia Geral é constituída por todos os sócios, no pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 1º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

1. Ordinariamente, a cada um ano, para tomar conhecimento dos relatórios e Balanço das contas da Diretoria, discuti-los e votá-los, bem como resolver sobre quaisquer outros assuntos de interesse social, salvo emendas e reformas do estatuto.
2. Extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente, por proposta da Diretoria ou a requerimento de no mínimo 1/5 dos sócios.

§ 2º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente, podendo, no entanto ser requerida sua realização pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, instalando com a presença mínima de 1/5 (um quinto) de seus sócios em primeira convocação, e com qualquer número meia hora após, sendo suas deliberações tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, cuja convocação se dará com no mínimo 05 (cinco) dias.

§ 3º - As Assembleias Gerais Extraordinárias também serão convocadas pelo Presidente e na falta deste pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, sempre que as necessidades exigirem, deliberando esta em primeira convocação com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados e em segunda e ultima convocação, meia hora após com qualquer número, devendo ser convocadas por edital e com o mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 4º - As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos em lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos, eleição de nova diretoria por renúncia de membros em exercício, dissolução da associação.

Art. 29 - Compete à Assembléia Geral:

- I. Admitir e demitir sócios;
- II. Eleger por voto direto os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;
- III. Aceitar o pedido de renúncia voluntária de membros da Diretoria em exercício;
- IV. Destituir dos cargos por razões justas e graves, os membros da Diretoria em exercício;

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

- V. Tomar conhecimento e aprovar ou não as prestações de contas e demais atos da Diretoria;
- VI. Fixar as normas para admissão de patrocínio sob a forma de apoio cultural, de acordo com o Art. 18 da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, em caso de concessão de canal para prestação de serviço de radiodifusão comunitária;
- VII. Apreciar requerimentos formulados por sócios desde que recusados pela Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, obedecidas a exigência de requerimento subscrito por pelo menos 1/5 dos sócios quites.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 30 - O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Art. 31 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei que rege a matéria.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO

Art. 32 - O patrimônio social será constituído das contribuições dos sócios da Associação, doações, subvenções, convênios e contratos, legados e do apoio cultural recebido nos programas transmitidos pela Rádio Comunitária ARCA FM, da qual a Associação é detentora, em caso de concessão.

Art. 33 - A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

CAPÍTULO VIII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 34 - O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 35 - No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPÍTULO IX DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 36 - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, e só poderá ser tomada após instalação da Assembleia por 2/3 (dois terços) dos sócios, com deliberação de quorum qualificado de metade mais um de seus sócios.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Art. 37 - A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 38 - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante, assim como o Conselho Fiscal que permanecerá funcionando durante o período de liquidação.

Art. 39 - Em caso de extinção da Associação os bens serão doados a entidades congêneres a partir da deliberação da Assembléia Geral em reunião extraordinária.

CAPÍTULO X **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 40 - O estatuto desta Associação poderá receber alterações desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização, devendo apresentar ao poder concedente para fins de registro e controle os atos que caracterizam as alterações devidamente averbados ou registrados dentro de trinta dias contados de sua efetivação.

Parágrafo Único - A reforma dos Estatutos somente será feita pela Assembleia Geral Extraordinária, com convocação específica e com quorum de instalação de 1/3 (um terço) dos associados na primeira convocação ou com 1/5 (um quinto) na segunda e última convocação 01 (uma) hora após, devendo sua deliberação ocorrer por maioria simples dos presentes.

Art. 41 - A Associação aplicará o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, aplicando também, as suas rendas integralmente no País.

§ 1º - A Associação não remunera por qualquer forma ou título, nem concede vantagens ou benefícios, os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores e associados sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 2º - A Associação arcará com as despesas realizadas pelos membros da Diretoria em exercício de suas funções, sob a forma de ressarcimento.

§ 3º - Para as atividades burocráticas, de gestão, junto à ARCA a Diretoria Executiva da associação poderá escolher um Secretário Executivo, sem, contudo, ser o mesmo integrante da Diretoria.

Art. 42 - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral para apreciação.

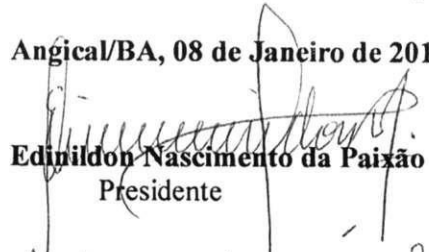
Art. 43 - Fica eleito o foro da cidade de Angical, Estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste estatuto.

Art. 44 - Ficam ratificados todos os atos até esta data praticados pelos dirigentes e conselheiros da entidade, desde a sua fundação ocorrida em data de 09 de julho de 1998.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia


Art. 45 - O estatuto entrará em vigor a partir da data do mesmo.

Angical/BA, 08 de Janeiro de 2011.


Edinildon Nascimento da Paixão
Presidente


Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata
Secretária


Rosinei de Oliveira e Silva
Tesoureiro


Dr. NILVO SCHWINGEL
Advogado - OAB/BA 23.387



Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

LAUDO DE VISTORIA

Norma 01/2011 - RADCOM

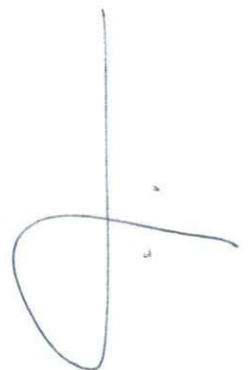
**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
ANGICAL (ARCA)**

Processo nº 53640.001780/1998

Engº Eusébio Leonel Gonçalves

Tel.: (11) 3739-3244

eusebioleonel@gmail.com



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O D E R A D I O D I F U S Ã O C O M U N I T.

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D E A N G I C A L (A R C A) 0 2 8 5 9 2 2 4 0 0 0 1 8 9

CNPJ

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

A R C A F M

Portaria de Autorização nº 451 de 14/08/2000 Publicada no D.O.U de 25 de Agosto de 2000
Decreto Legislativo nº 83 de 15/05/2002 Publicado no D.O.U de 16 de Maio de 2002

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

35
Rubrica
35

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																													
A	U	A	D	C	O	R	R	E	A	E	Q	U	I	P	E	L	E	T	R	O	N	I	C	O	S	L	T	D	A
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO														
S	P	5	0	2	5					0	2	5	,	0	Watts	0	0	6	8	0	0	3	0	5	2	8			
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																			
2	5	,	0	Watts	2	3	,	6	Watts																				
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																			
8	7	,	9	MHz	8	7	,	9	MHz																				

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																												
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO													
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																		
															Watts													
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																		
															MHz													

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA																MODELO														
I	D	E	A	L	A	N	T	E	N	A	S	P	R	O	F	I	S	S	I	O	P	T	B	5	/	8				
GANHO max (Gt)				ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO				ALTURA DA TORRE				ALTITUDE DO LOCAL																		
0	0	,	0	2	8	,	0	0	0	3	0	,	0	0	4	7	1	,	0											

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☒

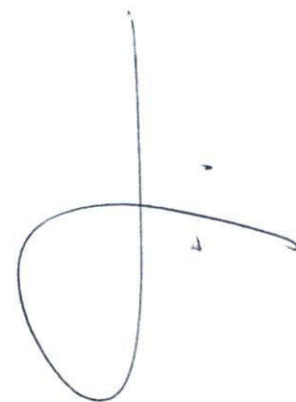
SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE																MODELO											
K	M	P	-	R	F	S	B	R	A	S	I	L					R	G	C	2	1	3					
COMPRIMENTO(L)				ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)				PERDAS NA LINHA (PL)				EFICIÊNCIA DA LINHA (η)															
2	5	,	0	m	3	,	8	4	dB	0	,	9	6	dB	0	,	8	0									

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-(PL)}{10}}$$



8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

1. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO, TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

O endereço está de acordo com a Licença de Funcionamento, porém, a medição das coordenadas geográficas apresentou uma diferença de 20" na Latitude e 12" na Longitude (DATUM WGS-84) em relação às coordenadas constantes na Licença.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- WATTÍMETRO BIRD THRULINE
- FREQUECÍMETRO OPTO-ELETRONIC
- GPS-12 – GARMIN
- TELEMETRO BUSHNELL

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U S E B I O L E O N E L G O N Ç A L V E S

ENDEREÇO

R U A C A R L O S L I S D E G N O C A R L U C C I 4 2 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

B U T A N T Ã

CIDADE

UF

S Ã O P A U L O S P

REG.CREA

FORMAÇÃO

0 6 0 1 1 7 3 4 7 1 E N G E N H E I R O E L E T R O N I C O

CEP

TELEFONE

FAX

0 5 5 3 6 - 0 0 0 1 1 - 3 7 3 9 3 2 4 4 -

E-MAIL

e u s e b i o l e o n e l @ g m a i l . c o m


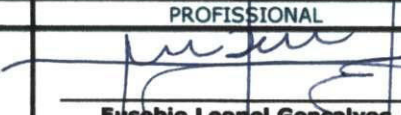

LOCAL

DATA

S Ã O P A U L O 0 9 / 0 5 / 2 0 1 2

ASSINATURA

[Handwritten signature]

 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11				
ART		1- Nº DA ART		
CREA-SP Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77		92221220120467255		
CONTRATADO				
2 - Nº DO CREAM DO PROFISSIONAL 0601173471		3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL 67595014891		
4 - NOME DO PROFISSIONAL EUSEBIO LEONEL GONCALVES		5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL Engenheiro Eletronico		
ART				
6 - TIPO DE ART 1-Obra/Service	7 - VINCULADA A ART Nº		8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS 1 - Não	
9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART 1 - Não		10 - SUBEMPREITADA 1 - Não		
ANOTAÇÃO				
11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO 1 - Responsabilidade Principal		12 - ÁREA DE ATUAÇÃO 8 - Eletronica Ou Eletrica Mod. Eletronica Ou Comunicacao		13 - TIPO DE CONTRATADO 2- Pessoa Física
EMPRESA CONTRATADA				
14 - Nº DE REGISTRO NO CREA		15 - NOME COMPLETO		
16 - CGC/CNPJ		17 - CLASSIFICAÇÃO		
CONTRATANTE				
18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO Ass de Radiodif. Comunitaria de Angical-ARCA		19 - TELEFONE P/ CONTATO		20 - CPF/CNPJ 02859224000189
DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO				
21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 420				22 - CEP 05536-000
CLASSIFICAÇÃO				
23 - NATUREZA 1A2011	24 - UNIDADE 99	25 - QUANTIFICAÇÃO 1	26 - ATIVIDADES TÉCNICAS 45	
2				
3				
27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria.				
RESUMO DO CONTRATO				
Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC... Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria.				
Data de efetiva participação do profissional: 09/05/2012				
28 - VALOR DO CONTRATO 1.000,00	29 - DATA DO CONTRATO 09/05/2012	30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO 09/05/2012	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE 68	32 - VALOR DA ART A PAGAR 40,00
ASSINATURA				
Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.				
33 - LOCAL E DATA Sao Paulo 09/05/2012		PROFISSIONAL  Eusebio Leonel Goncalves		CONTRATANTE  Ass de Radiodif. Comunitaria de Angical-ARCA

Obs:

- O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional
- Linha digitável:

**BANCO DO BRASIL**

CREA-SP CONS. REG. ENG. AGRON.

Agência/Código do Cedente 3336-7/401783-8

Nosso Número 92221220120467255

Recibo do Sacado

M. das Comun.
Fls 38
Rúbrica
Pantone**SACADO: EUSEBIO LEONEL GONCALVES****CREASP:601173471**

Data de Emissão: 09/05/2012

Data de Vencimento: 18/05/2012

ART Nº 92221220120467255**VALOR****40,00**

- O comprovante de pagamento deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
- A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

Corte aqui

**BANCO DO BRASIL | 001-9 |****00199.22210 29222.122011 20467.255210 7 53370000004000**

Local de Pagamento					Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					18/05/2012
Cedente					Agência/Código do Cedente
CREA-SP CONS. REG. ENG. AGRON.					3336-7/401783-8
Data de Emissão	Número do Documento	Espécie Doc	Accite	Data do Processamento	Nosso Número/Código Documento
09/05/2012	92221220120467255	RC	N	09/05/2012	92221220120467255
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	18/27	R\$			40,00
Instruções: Texto (ou instruções de responsabilidade do cedente) BOLETO REFERENTE A ART Nº92221220120467255 NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Unidade Cedente: 3336 Sacado EUSEBIO LEONEL GONCALVES Sacador/Avalista					(-) Desconto/ Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
					Código de Baixa

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



Corte aqui



Bradesco

Internet Banking

Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Data: 09/05/2012

Nº de controle: 216.674.662.931.50 | Documento: 0000359

Conta de débito: Agência: 599 | Conta: 1192-4 | Tipo: Conta-Corrente

Nome: EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Código de barras: 00199.22210 29222.122011 20467.255210 7 53370000004000

Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Data do vencimento: 18/05/2012

Data de débito: 09/05/2012

Valor total: R\$ 40,00

Descrição: CREA-SP

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

PArvP6#T vtLWvZD? Pft2hs3@ lejtMmUK 7iO*vt?6 mftH3o64 9zxXGRX4 PwePCB*w
yEzU6kKz qN#aZMvZ IFk#rRCJ sohadyEY BCwg6gAX GCkzotlj gzkfECx E?9aCLrJ
#7rhsKhZ h6OLCpan 695eC6k6 6L@SyMM* 3RYMeT@f k3sR*@ub 09910142 03850000

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

Alô Bradesco
0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações
Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.

Ernesto Ribeiro de Oliveira Junior	0904089185 SSP/BA	Rua Guilherme Rabelo, 48
Fernanda Dias Ribeiro	0267144776 SSP/BA	Praça Marechal Hermes, 08
Genil Augusto de Aquino	3256172 SSP/BA	Praça da Bandeira, 31
Gildete Alves de Aquino	15465424 SSP/BA	Praça Maria Camargo
Gilson Messias da S. Wanderley	349894 SSP/BA	Praça da Bandeira, 34
Gilvan Mariani Passos	0986520799 SSP/BA	Praça da Bandeira Nº18
Glades Maria Mariane Ferreira	2000463819 SSP/BA	Praça da Bandeira Nº12
Henrique Antonio O. S. Novais	3742401 SSP/BA	Rua Coronel Alfredo Jacobino, 15
Iracema Carvalho de Andrade	2741583 SSP/BA	Praça Santana 112
Jeverson Fernandes Santos Souza	1327407531 SSP/BA	Rua Coronel Alfredo Jacobino, 93
João Teixeira de Oliveira	184083 SSP/DF	Rua Des. Claudionor Ramos, S/N
Josafá Ramos de Oliveira	5251612 SSP/BA	Rua Abdon Passos, S/N
José Eliselton Oliveira Souza	0777341735 SSP/BA	Rua Dr. Frederico de Almeida, 36
Josemar Alves da Silva	3742382 SSP/BA	Rua Abdon Passos, 12
Josete Santos Diniz	0525229388 SSP/BA	Rua Abdon Passos, 16
Kedima Francisco Alves N. Oliveira	0733887694 SSP/BA	Rua Abdon Passos, S/N
Lise Ane Mariani Dias	1161044 SSP/BA	Rua 15 de Novembro, 10
Lucilene Oliveira dos Santos	1170239579 SSP/BA	Loteamento Santana S/n
Luiz Viana Diniz	0439454220 SSP/BA	Rua Abdon Passos, Nº16
Lusiane da Silva Alves Porto	1255374500 SSP/BA	Rua Des. Claudionor Ramos, 235
Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata	1119030250 SSP/BA	Rua Abdon Passos, S/N
Maria da Conceição O. Souza	3088086 SSP/BA	Rua Dr. Frederico de Almeida, 136
Maria do Carmo Ferreira Filho	2668349 SSP/BA	Praça Santa Cruz, 170
Maria do Socorro Nogueira dos Santos	1255376465 SSP/BA	Rua Des. Claudionor Ramos n246

Relação de Associados da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)

Nome	Identidade	Endereço residencial
Ademário Silva Rocha	2837914 SSP/BA	Rua Coronel Almeida nº23
Agnaldo Oliveira Lopes	5031609 SSP/BA	Rua 15 de Novembro, Nº122
Ana Claudia de A.oliveira	0986173460 SSP/BA	Bom Sucesso/S/N
Anísio Santos de Oliveira	1933394 SSP/GO	Rua Des. Claudionor Ramos nº118
Antônio Henrique de Oliveira	1174901 SSP/BA	Av. Getúlio Vargas, Nº 115
Bartira de Oliveira Passos	3742394 SSP/BA	Praça da Bandeira, 12
Carlito Amorim Peixoto	0267144776 SSP/BA	Av. Deputado Márcio Cardoso, 76
Darcy Santos Ferreira	0860003757 SSP/BA	Loteamento Santana, 215
Dejacira Ferreira Sales	0439452449 SSP/BA	Avenida Getulio Vargas, 116
Devanedí José da Silva	3742360 SSP/BA	Praça da Bandeira Nº35
Doralice da Silva Novais	1770867 SSP/BA	Rua Cel. Alfredo Jacobina, 68
Dorcilei Gomes de Souza	0986129640 SSP/BA	Praça Santa Luzia, 05
Durvalino José da Silva	1460587 SSP/BA	Av. Getulio Vargas, 151
Edinaldo Silva dos Santos	015491784 SSP/BA	Praça Santana, 19
Edinildon Nascimento da Paixão	4204277 SSP/BA	Rua Ruy Barbosa, 51
Eduardo dos Santos Ferreira	0904346331 SSP/BA	Rua Carlos Eduardo, 21
Edvaldo Joaquim Mendes	0740783998 SSP/BA	Povoado de Varjão S/N
Eliete Teixeira dos Santos	02781954 SSP/BA	Loteamento Santana, 122
Elitânia Ribeiro de O. Brito	973738 SSP/GO	Praça Santana Nº196
Elza Rodrigues das Chagas	05399448-53	Praça Santa Cruz, 46

Maria Helena Mariani P. Souza	164290 SSP/BA	Praça Santana-nº28
Maria José da Silva	2359747 SSP/BA	Praça Santa Cruz, Nº33
Milton José Brandão	286612 SSP/DF	Rua Cel. Almeida, 05
Nelcina Rodrigues da Conceição	4394549 SSP/BA	Av. Getulio Vargas, 04
Norival Mariani Passos	2837873 SSP/BA	Praça da Bandeira, 15
Olga da Rocha Ferreira	02781936 SSP/BA	Rua Cel. Alfredo Jacobino, 59
Pedro Gomes dos Santos	503666 SSP/BA	Praça Santana Nº39
Pedro Onésio José Ferreira	0736834001 SSP/BA	Av. Deputado Márcio Cardoso, 46
Raimundo Brito dos Santos	2442812 SSP/BA	Praça Santana, S/N
Ronaldo de Jesus Silva	0777892456 SSP/BA	Travessa Coronel Almeida, 79
Rosinei de Oliveira e Silva	0734302690 SSP/BA	Avenida Dep. Marcio Cardoso, 30
Sildete Ramos Ferreira	4394508 SSP/BA	Rua Machado de Assis, s/n Bairro, Ep-Pereira
Stelita Mariani Passos	860749037 SSP/BA	Praça da Bandeira nº31
Terezinha Eloíza Batista Alves	0553359770 SSP/BA	Loteamento Novo Angical S/N



765000717

05/10



www.correios.com.br



DESTINATÁRIO		FONE
ENDEREÇO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SEC. DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "R", SOBRELOJA, SALA 100. A/C: DR GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO		
CIDADE BRASÍLIA		UF DF
CEP 70070-940		
REMETENTE ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL	FONE 077 9941-4332	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Outros (especificar) TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª: ___/___/___ às ___h. 2ª: ___/___/___ às ___h. 3ª: ___/___/___ às ___h. CARIMBO UNIDADE ENTREGADORA
ENDEREÇO PRAÇA DA BANDEIRA, 29, CENTRO		
CEP 47960-000	CIDADE ANGICAL	
		UF BA
Rubrica do responsável _____ Visto _____		



Material reciclável "RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.008922/2012

Localidade/UF: ALEGRETE/RS

Entidade: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA SENTINELA DO ALEGRETE

Aviso: 0 Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
Encaminhado para análise técnica.
16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)
A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação:
I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:
a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e
d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de

naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação);

III. Cópia do CPF de todos os dirigentes;

IV. Comprovante de residência de todos os dirigentes. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante;

V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso;

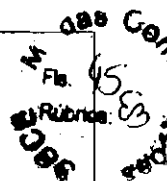
VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

É o Relatório.



Natália Froemming

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.025604/2012

Localidade/UF: ANGICAL/BA

Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL

Aviso: 0 Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Sim

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo segue para análise técnica.

Nota Técnica n.º 2721/2012 e correspondente ofício de exigência - Laudo de Ensaio.

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação:

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de

naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com a subitem 8.1, alínea ?e? e subitem 8.4, alíneas ?a?, ?b?, ?c?, ?d?, ?e?, ?f? e ?g? da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

III. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea ?j? da Norma nº 1/2011.

IV. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea ?k? da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea ?i?, da Norma nº 1/2011.

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea ?f?, subalínea ?f.?, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea ?f?, subalínea ?f.2?, da Norma nº 1/2011.

É o Relatório.


Cesar Segond Vasconcellos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2721/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.025604/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.025604/2012 encaminhado pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Angical / BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade,

carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com a subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

III. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

IV. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

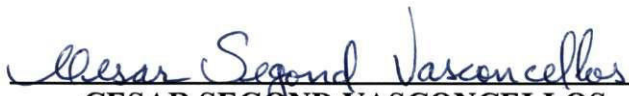
Brasília, 26 de novembro de 2012





NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

Brasília, 26 de novembro de 2012.



CESAR SEGOND VASCONCELLOS
Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2721/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 27 de novembro de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3311-6281

Ofício nº 4257 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 27 de novembro de 2012.

Ao Senhor

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)

Praça da Bandeira, n.º 29

47.960-000 Angical - BA

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.025604/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.025604/2012**, na localidade de **Angical / BA**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2721/2012, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.
3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ministério das Comunicações
Fis. 48-A
Rubrica G

NO _____ RUAZÃO SOCIAL _____		Of. 4257 /2012/CGRC/SCE-MC	
ENDEREÇO / ADDRESS _____		53000.025604/12	
CEP / CODE POSTAL _____		EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO Ass. de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA) Praça da Bandeira, n.º 29 47.960-000 Angical - BA	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION _____		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>Edinildon Nascimento da Paixão</i>		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION 07/12/12	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION 07/12/2012
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEPTOR / ORGÃO EXPEDIDOR 439454220588	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT 89250391		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	RQ 97189288 9 BR		
	AVIS CN07				
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT ____/____/____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGENCIA 1318001		____/____/____	____/____/____	____/____/____	____/____/____
PREENCHER COM LETRA DE FORMA		:	h	:	h
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME DO RECEPTOR	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			
	ENDEREÇO	Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica			
	CIDADE	Departamento de Outorga de Serviços			
		Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF			
		UF	BRASIL		

Of. Nº 02/2013-ARCA

Angical/BA, 7 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 002719/2013-74

SEAPA/SCE

17/01/2013-09:12

À Senhora:

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária Substituta

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bc. R, 3º andar

70.044-900 – BRASÍLIA/DF

Senhora Coordenadora,

Pelo presente, venho encaminhar os documentos solicitados, em resposta ao Ofício nº 4257/2012/CGRC/SCE-MC, de 27.11.2012, extraído do Processo nº 53000.025604/2012, recebido por esta entidade em 12.12.2012, através do qual essa Coordenadoria Geral nos notifica para que sejam tomadas providências e encaminhada documentação de acordo com a Nota Técnica nº 2721/2012 para regularização de pendências.

Insta informar que essa entidade tem diligenciado no sentido de providenciar dentro do prazo a documentação necessária e o fez parcialmente. Porém, no que tange ao item VIII da NT onde se solicita Laudo de Ensaio do Transmissor com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), dada a inexistência de profissional habilitado em nossa cidade e na cidade pólo, infelizmente não será possível a apresentação dentro do prazo estabelecido, ainda que tenhamos contratado profissional para sua realização.

Assim, vimos pelo presente apresentar toda a documentação exigida na NT à exceção do supracitado laudo, requerendo prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para envio do mesmo. Não sendo acatada a prorrogação, a entidade estará à disposição da ANATEL/MC para submeter-se à vistoria para o respectivo fim.

Atenciosamente,


Edinildon Nascimento da Paixão
Diretor Presidente

searc

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÃO PLASTIFICAR

Edinildon Nascimento da Paixão

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 04.204.277-16 DATA DE EXPEDIÇÃO 17-02-2011

NOME EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO

FILIAÇÃO LEONIDIO DA PAIXÃO

EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO

NACIONALIDADE DATA DE NASCIMENTO 15-10-1965

DOC ORIGEM ANGICAL BA

C.NAS. CM ANGICAL BA DS

SEDE LV 74 FL 73 RT 10637

434.853.405-53

Paula de C. Oliveira

LEINº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a utilização por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Edinildon Nascimento da Paixão*

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO

S
E
R
V
I
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 12/07/94

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO

Nº de Inscrição 434853405-53 Data de Nascimento 15/10/65





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40864

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 434.853.405-53**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h35, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:35



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO**

Inscrição: **009450830515** Zona: 126 Seção: 1

Município: 33278 - ANGICAL UF: BA

Data de Nascimento: 15/10/1965 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO

LEONIDIO DA PAIXAO

Certidão emitida às 13:16 de 09/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

YHVY.BMNM./PC+.CØCS

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO**

Inscrição: **009450830515**

Zona: 126

Seção: 1

Município: 33278 - ANGICAL

UF: BA

Data de Nascimento: 15/10/1965

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO

LEONIDIO DA PAIXAO

Certidão emitida às 17:08 de 10/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos." A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RRYØ.FZDF.QOPH.NVSY**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

088 Co.
Pa. 55
Rubrica: 63
ser

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1064062013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EDINILDON*NASCIMENTO*DA*PAIXAO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de **LEONIDIO DA PAIXAO** e **EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO**, nascido(a) aos 15/10/1965, natural de ANGICAL/BA, Documento de identificação 0420427716 SSP/BA, CPF 434.853.405-53.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:03 de 10/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial

**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nome: EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO

Número do Rg: 04204277

Nome do Pai: LEONIDIO DA PAIXAO

Nome da Mãe: EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO

Data de Nascimento: 15/10/1965

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 10 de janeiro de 2013 às 4:02 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

E942E78C-BF32-4FBA-A550-653FEF7E02C3

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/04/2013**

RECEBEMOS DE MATA CAMPOS & CIA LTDA - MATRIZ OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e Fl. 57

Nº 000.033.937

Série 3

MATA CAMPOS & CIA LTDA - MATRIZ

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica0- ENTRADA 1
1- SAÍDA

Nº 000.033.937

SÉRIE 3

FOLHA 1/1



CHAVE DE ACESSO

2913 0114 4501 2600 0172 5500 3000 0339 3712 5288 3610

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

129130003027706 10/01/2013 13:29:08

NATUREZA OPERAÇÃO

Venda de Mercadorias

INSCRIÇÃO ESTADUAL

11018559

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

14.450.126/0001-72

ESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO

CNPJ/CPF

434.853.405-53

DATA DA EMISSÃO

10/01/2013

ENDEREÇO

RUA CORONEL ALFREDO JACOBINA 51 CASA

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

CEP

47960-000

DATA DA SAÍDA / ENTRADA

10/01/2013

MUNICÍPIO

ANGICAL

FONE/FAX

(557)79941-4332

UF

BA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ISENTO

HORA DA SAÍDA / ENTRADA

13:28:34

LOCAL DE RETIRADA

CNPJ/CPF

14.450.126/0001-72

ENDEREÇO

AV. ACM 1000 LOJA

BAIRRO/DISTRITO

SANDRA REGINA

MUNICÍPIO-UF

BARREIRAS-BA

NATUREZA/DOPLICATAS

PAGAMENTO À VISTA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	295,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				295,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

FIXO

TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 00157142NO SERIE UNICA

RUA SILVEIRA MARTINS, 355 - SALVADOR - BA CEP: 41150-900

MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO
RUA CEL ALFREDO JACOBINA, 51
PX PCA MARECHAL HERMES PX CASA LOTERICA
CENTRO
47960-000 ANGICAL-BA

DATA DE EMISSÃO
16/07/2012CNPJ / CPF
00043485340553

INSCRIÇÃO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL
RESIDENCIALCOD. DEB. AUTOMÁTICO
101602058620CODIGO DDD
77

TELEFONE

3622-2160 0 6

VALOR A PAGAR

R\$ 42,98

VENCIMENTO

01/08/2012

PLANO LOCAL: BASICO

PAG./LINHA	DATA	DESCRICAO	TEL.ORIGEM	TEL..CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR
PRESTADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A			NFST N. 00000247367/SERIE	/SUB-SERIE				
TELEFONE 01982 3622-2160 0 6								
SERVICOS MENSAIS								
0001/01	23/05/2012	ASSINATURA USO RESIDENCIAL	01 A 30/05/12					
SUBTOTAL								42,50
								42,50
LIGACOES LOCAIS PARA CELULAR								
0001/02	29/04/2012	BA - COD AREA 77						
0001/03	06/05/2012	BA - COD AREA 77	77	9957-7004	15:50:30	00:00:30	REDUZIDA	0,24
SUBTOTAL			77	9983-0872	17:35:10	00:00:30	REDUZIDA	0,24
								0,48

Edição
Mora com o país.



www.coelba.com.br

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI
Salvador, BA | CEP 41.181-900
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

Data de Vencimento

05/11/2012

Total a Pagar (R\$)

59,61

Teleatendimento: 0800 071 0800 | Ouvidoria: 0800 071 7676
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

Conta Contrato

0009812687

DADOS DO CLIENTE

LEONIDIO DA PAIXAO

CPF: 211.119.875-72

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA ALFREDO JACOBINA 5

CENTRO-ANGICAL/ANGICAL
47960-000 ANGICAL BA

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
003178956	23/10/2012	26/10/2012
SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	1003183092	184330

ATENÇÃO!

A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Vencido	Dt reaviso	Valor	Vencido	Dt reaviso	Valor
04/10/12	26/10/12	54,54			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.
Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Reservado ao Fisco
DB24.1DA0.4FA2.2DDD.DB58.52C1.E585.9DD8

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a disposição para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	102,0000000	0,58450520	59,61

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
OUT 12	102
SET 12	92
AGO 12	86
JUL 12	92
JUN 12	102
MAI 12	114
ABR 12	98
MAR 12	101
FEV 12	82
JAN 12	88
DEZ 11	91
NOV 11	86
OUT 11	97

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh) 0,40401000

TOTAL DA FATURA

59,61

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
59,61	25,00	14,90	59,61	1,05	0,62	59,61	4,83	2,87

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	18,21	30,55
Transmissão	2,21	3,71
Distribuição (Coelba)	18,17	30,48
Encargos Setoriais	2,63	4,41
Tributos	18,39	30,85
Total	59,61	100

AIDF Nº: 17590001072009 - PAIDF Nº: 936.498 PARECER/GEOT - 367/98 - 929/00 E 9879/04 | VP Impressos Laser LTDA
Rua Belmiro de Almeida, 318, São Cristóvão - Belo Horizonte, MG | CEP 31.230-230 | CNPJ 05.368.898/0001-79 | Inscrição Estadual 0622155670043



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8968

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXAO, ou vinculado ao **CPF: 434.853.405-53**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h34, 11/01/2013.

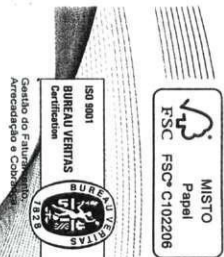
Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

coelba
Grupo Neoenergia

LUIZ VIANA DINIZ
RUA JOSE RODRIGUES 200
CENTRO-ANGICAL/ANGICAL
47960-000 ANGICAL BA

Conta Contrato: 0028454236
Medidor: T93205
Un. Leitura: 12251121
Sequência: 00371
Poste: U027031

www.coelba.com.br



0028454236 Apresentação: 00/11/2012 Embrão: 27/11/2012

PROIBIDO PLASTIFICAR

157238620

LOCAL: BARREIRAS, BA DATA EMISSÃO: 05/08/2009

ASSINATURA DO PORTADOR: *Luiz Viana Diniz*

IDENTIFICADOR: 6473554651

ASSINATURA: 6473554651

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

157238620

CPF: 03108543432

VALIDADEZ: 26/07/2014

1ª EMISSÃO: 24/11/2003

RESOLUÇÃO: 439454220

CPF: 472.154.455-34

DATA NÚMERO: 26/06/1965

FLUXO: JOSE DUQUE DINIZ

NOELITA DOS SANTOS DINIZ

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS
1º TURNO - 07/10/2012
LUIZ VIANA DINIZ

Inscrição: 0093 1632 0590
NASC: 26/06/1965 ZONA: 0126
SEÇÃO: 0006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



N.º 088 Comunicação
Fls. 61
Rúbrica: 69

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: LUIZ VIANA DINIZ

Número do Rg: 04394542

Nome do Pai: JOSE DUQUE DINIZ

Nome da Mãe: NOELITA DOS SANTOS DINIZ

Data de Nascimento: 26/06/1965

Naturalidade: BELO HORIZONTE MG

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 12:42 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

6AA5913E-D908-4100-96EE-4D0E1AEE0AB3

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **LUIZ VIANA DINIZ**

Inscrição: **009316320590** Zona: 126 Seção: 6

Município: 33278 - ANGICAL UF: BA

Data de Nascimento: 26/06/1965 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: NOELITA DOS SANTOS DINIZ

JOSE DUQUE DINIZ

Certidão emitida às 12:54 de 09/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40872

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **LUIZ VIANA DINIZ**, ou vinculado(a) ao **CPF: 472.154.455-34**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h37, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:37

JFQC.4POI.ZOFM.U9HM





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8971

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUIZ VIANA DINIZ, ou vinculado ao **CPF: 472.154.455-34**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h36, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11190302 50 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/07/2011

NOME MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA

FIJACAO JERONIMO JOSE DE ALMEIDA MARIA HELENA RAMOS DE ALMEIDA

NATURALIDADE ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO 31/01/1981

END. ORIGINAL CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST- SEDE L-BA4 F-32V R-000915

CPF 005938625 89

SALVADOR - BA

Assinatura de Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SAC

Assinatura de Maria Aparecida R. A. da Mata

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA

DATA DE NASCIMENTO 31/01/1981 Nº INSCRIÇÃO 0867 1404 0507 D.V. 126 SEÇÃO 0050

MUNICÍPIO / UF ANGICAL/BA DATA DE EMISSÃO 11/11/2011

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura de Maria Aparecida R. A. da Mata

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

embasa

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

**NOTA FISCAL
CONTA DE ÁGUA/ESGOTO**



JANIO NASCIMENTO DA MATA
RU ABDON PASSOS,
ANGICAL

LC.ABDON PASSOS

CEP - 47.960-000

MATRICULA
INSCRICAO
ROTEIRO LEITURA
ROTEIRO ENTREGA
HIDROMETRO

078143284 RES-0001
0198.01.0032.2.1685.0000.0
00031720
000031720
Y08L015787

VENCIMENTO
01/01/2013

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU FLORISVALDO FERREIRA S/N CENTRO



0000732/0001230-0919 1

078143284 0198.01.0032.2.1685.0000.000031720 000031720



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40882

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA**, ou
vinculado(a) ao **CPF: 005.938.625-89**, no sistema processual de 2º grau
deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h38, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:38



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA
Inscrição: 086714040507 Zona: 126 Seção: 50
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 31/01/1981 Domiciliada desde: 06/05/1998
Filiação: MARIA HELENA RAMOS DE ALMEIDA
JERONIMO JOSE DE ALMEIDA

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1160292013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA*APARECIDA*RAMOS*ALMEIDA*DA*MATA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JERONIMO JOSE DE ALMEIDA e MARIA HELENA RAMOS DE ALMEIDA, nascido(a) aos 31/01/1981, natural de ANGICAL/BA, Documento de identificação 11190302-50 SSP/BA, CPF 005.938.625-89.

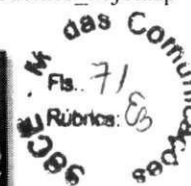
Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 12:06 de 11/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA

Número do Rg: 11190302

Nome do Pai: JERONIMO JOSE DE ALMEIDA

Nome da Mãe: MARIA HELENA RAMOS DE ALMEIDA

Data de Nascimento: 31/01/1981

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Sexta-feira, 11 de janeiro de 113 às 11:59 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

5D8770DB-378B-4EB7-877B-53CB57001030

Obs: Este certificado tem validade até a data **11/04/2013**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8947

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA, ou vinculado ao **CPF: 005.938.625-89**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h20, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO

Série AC
Nº 227122

das Comunicações
Nº 73
Rúbrica: 60
986

COMARCA DE Angical,
Subdistrito de Angical,

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Eu, Maria Sly Dias da Silva,
* * * * *, Oficial do Registro Civil do
subdistrito de Angical,

Certifico que no livro de registro de casamentos, sob o nº B. Auxiliar-04.
existente em meu poder e cartório, às fls. 32 vº, consta o termo nº 915 do casamento
do Sr. Jânio Nascimento da Mata,
com Maria Aparecida Ramos de Almeida,
que passou a chamar-se MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA,
* * * * *, realizado a 17 de Dezembro de 2005. perante o
Ministro Religioso Fe. José Trindade Dantas dos Reis - Religioso com
Efeito Civil, * * * * *, presente as testemunhas as constantes no termo,
* * * * *,
* * * * *, casados sob o regime COMUNÃO PARCIAL de bens.

O NUBENTE:

Estado civil Solteiro,
Natural de São Joaquim - Angical-Ba.
Profissão Gerente de Vendas,
Nascido em 14 fevereiro de 1984,
* * * * *
* * * * *
Residente em Angical - Ba.,
Filho de Veríssimo Rodrigues da Ma-
ta, falecido e D. Nilda Nascimento
da Mata. * * * * *

A NUBENTE:

Estado civil Solteira,
Natural de Lucasso dist. Angical-Ba.,
Profissão Professora,
Nascida em 31 janeiro de 1961,
* * * * *
* * * * *
Residente em Angical - Ba.,
Filha de Jerônimo José de Almeida
e D. Maria Helena Ramos de Almei-
da, * * * * *

OBSERVAÇÕES:

O referido é verdade e dou fé.

Angical, 10 de Fevereiro de 2006.

M. S. Dias

OFICIAL

C.10.04/088

FIXO

Conta de Serviços de Telecomunicação



PRA QUE FICAR ESPERANDO SE VOCÊ PODE RESOLVER PELA INTERNET?

Na Minha Oi, você tem acesso a detalhes da sua fatura, código de barras pra pagamento, 2ª via da conta e muito mais. Faça também a sua adesão ao Conta Online e simplifique a sua vida. Acesse oi.com.br/minhaoi e cadastre-se.

5535002165

|||||

CDD BARREIRAS BA TTO

JOSETE SANTOS DINIZ

RUA ABIDAO PASSOS, 16

CENTRO

47960-000 ANGICAL-BA

7200039896357530000000216530300812

01S0000B_01072012082735753001
AUD: 5535002165

PROXIMO AO FORUM//RUA DO FORUM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSETE DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO: **03/11/69** Nº INSCRIÇÃO: **540703103 74** ZONA: **125** SEÇÃO: **0005**

MUNICÍPIO/UF: **ANGICAL/BA** DATA DE EMISSÃO: **26/03/88**

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **JOSETE SANTOS DINIZ**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: **525229388 SSP BA**

CPF: **493.833.105-53** DATA NASCIMENTO: **03/11/1969**

FILIAÇÃO: **ZELIA DOS SANTOS**

PERMISSÃO: ☒ ACC: ☒ CAT. HAB: **AB**

Nº REGISTRO: **04032278610** VALIDADE: **02/05/2011** 1ª HABILITAÇÃO: **31/01/2007**

OBSERVAÇÕES

Josete Santos Diniz
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **BARREIRAS, BA** DATA EMISSÃO: **07/02/2008**

ASSINATURA DO EMISSOR: *Carlos Roberto Claudio Brancillo Diretor Geral* **74658011159 BA505498120**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL **972019979**

PROIBIDO PLASTIFICAR **972019979**

Fl. 75
Rúbrica
Sec. 1086



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40888

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **JOSETE DOS SANTOS DINIZ**, ou vinculado(a) ao **CPF: 493.833.105-53**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h39, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:39



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Fls. 76
Rúbrica: [assinatura]

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: JOSETE SANTOS DINIZ

Número do Rg: 05252293

Nome do Pai:

Nome da Mãe: ZELIA DOS SANTOS

Data de Nascimento: 03/11/1969

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 11h às 12:37 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

7440FFBF-CB40-4092-94F2-570B46C55358

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



das Con.
Fls. 77
Rúbrica: Es
2086 sed

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **JOSETE DOS SANTOS**

Inscrição: **054070310574**

Zona: 126 Seção: 5

Município: 33278 - ANGICAL

UF: BA

Data de Nascimento: 03/11/1969

Domiciliada desde: 24/03/1988

Filiação: ZELIA DOS SANTOS

NAO CONSTA

Certidão emitida às 12:21 de 10/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

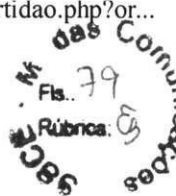
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **BQAZ.4ØAB.YHF4.9WHV**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8993

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSETE SANTOS DINIZ, ou vinculado ao **CPF: 493.833.105-53**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h49, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

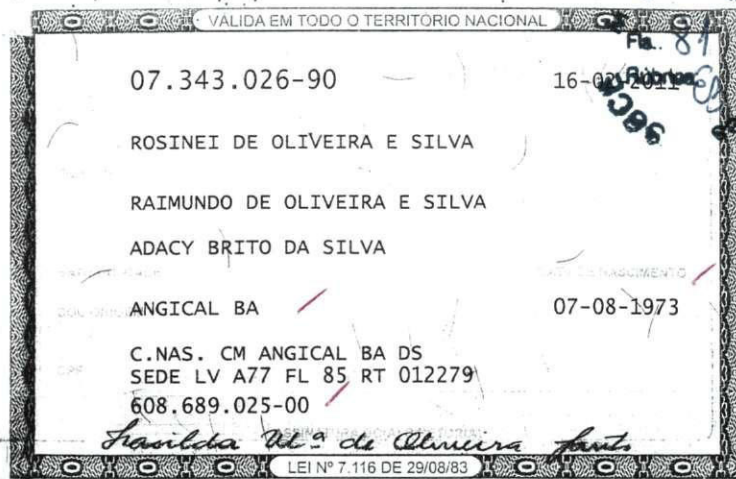
Nº 1203772013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSETE*SANTOS*DINIZ**, nacionalidade brasileira, filho(a) de NAO CONSTA e ZELIA DOS SANTOS, nascido(a) aos 03/11/1969, natural de ANGICAL/BA, Documento de identificação 5252293-88 SSP/BA, CPF 493.833.105-53.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:52 de 11/01/2013



vivo



CDD BARREIRAS BA TTO
ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA
R DEP MARCIO CARDOSO, 30
R FERNRE AO COLEGIO APARICIO
CENTRO
47960-000 ANGICAL - BA



7208091889357850000000306430211212

Vencimento: 01/01/2013 Postagem: 21/12/2012

Sua conta chegou.





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA

Número do Rg: 07343026

Nome do Pai: RAIMUNDO DE OLIVEIRA E SILVA

Nome da Mãe: ADACY BRITO DA SILVA

Data de Nascimento: 07/08/1973

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 6:48 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

0D3123A2-9BBA-4F44-90D3-4EF3D01C1999

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**

M. das Com.
Fls. 83
Rubrica: EB
2013
2008
seção**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA**

Inscrição: **066861260582** Zona: 126 Seção: 38

Município: 33278 - ANGICAL UF: BA

Data de Nascimento: 07/08/1973 Domiciliado desde: 27/08/1991

Filiação: ADACY BRITO DA SILVA
RAIMUNDO DE OLIVEIRA E SILVA

Certidão emitida às 19:50 de 09/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

SQCR.YNRQ.BPSP.RGBP





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8979

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA, ou vinculado ao **CPF: 608.689.025-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h43, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 68317

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 608.689.025-00**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 16h44, 11/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 11/01/2013 16:44

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO
NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Ana Cláudia de Almeida Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE
THOMAS GREG & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09.861.734-60 11-12-1989

NOME ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

FILIAÇÃO MERENTINO SILVA DE OLIVEIRA

AURELINA FRANCELINA DE ALMEIDA OLIVEIRA

NATURALIDADE ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO 24-09-1974

DOC ORIGEM C.NAS. CM ANGICAL BA DS SEDE LV A78 FL/164 RT 012992

CPE 002.131.825-56 PIS 19023300907

Ana Cláudia de Almeida Oliveira
ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Ana Cláudia de Almeida Oliveira
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO 24/09/1974 Nº INSCRIÇÃO 873417105/90 ZONA 126 SEÇÃO 0016

MUNICÍPIO / UF ANGICAL BA DATA DE EMISSÃO 29/02/96

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40913

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **ANA CALUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 002.131.825-56**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h41, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:41



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 00157142ND SERIE UNICA
RUA SILVEIRA MARTINS, 355 - SALVADOR - BA CEP: 41180-900
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/2

ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA
RUA PREF EMILIO TAVARES C FILHO, 65
FR AO CRA
CENTRO
47960-000 ANGICAL-BA

DATA DE EMISSAO
01/12/2012
CNPJ / CPF
00000213182556
INSCRICAO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL
RESIDENCIAL
COD. DEB. AUTOMATICO
121600697732
CODIGO DDD
77

TELEFONE/CONTRATO
3622-2230 0 4

VALOR A PAGAR
R\$ 95,83

VENCIMENTO
08/12/2012

PLANO LOCAL:

PAG./LINHA	DATA	DESCRICAO	TEL.ORIGEM	TEL.CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR
PRESTADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A			NFST N. 0000003200/SERIE /SUB-SERIE					
TELEFONE 01982 3622-2230 0 4								

90CE
Rubrica: 88
Data: 08/12/2012
Assinatura: [illegible]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1196242013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ANA*CLAUDIA*DE*ALMEIDA*OLIVEIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **MERENTINO SILVA DE OLIVEIRA** e **AURELINA FRANCELINA DE ALMEIDA OLIVEIRA**, nascido(a) aos 24/09/1974, natural de ANGICAL/BA, Documento de identificação 09861734-60 SSP/BA, CPF 002.131.825-56.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:09 de 11/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Fls. 90
Rúbrica: [assinatura]
SBS

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

Número do Rg: 09861734

Nome do Pai: MERENTINO SILVA DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: AURELINA FRANCELINA DE ALMEIDA OLIVEIRA

Data de Nascimento: 24/09/1974

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

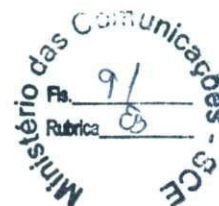
IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Sexta-feira, 11 de janeiro de 113 às 11:51 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

5145E902-1CDD-4C91-885C-5C6509759EC3

Obs: Este certificado tem validade até a data **11/04/2013**



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada não está quite com a Justiça Eleitoral na presente data, em razão de AUSÊNCIA ÀS URNAS.

Eleitora: ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA
Inscrição: 087341710590 Zona: 126 Seção: 16
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 24/09/1974 Domiciliada desde: 29/02/1996
Filiação: AURELINA FRANCELINA DE ALMEIDA OLIVEIRA
MERENTINO SILVA DE OLIVEIRA

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Fls. 93
Rúbrica: Es
2006

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA

Número do Rg: 09043463

Nome do Pai: PAULO HENRIQUE FERREIRA

Nome da Mãe: MARIA ROSA DOS SANTOS FERREIRA

Data de Nascimento: 30/11/1978

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 6:58 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

40563ED5-6908-4FBB-BD0F-CC0B20820D44

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**

das Co.
Fls. 94
Rubrica: Ely
SOS

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA**

Inscrição: **087342290540** Zona: 126 Seção: 40

Município: 33278 - ANGICAL UF: BA

Data de Nascimento: 30/11/1978 Domiciliado desde: 25/03/1996

Filiação: MARIA ROSA DOS SANTOS FERREIRA
PAULO HENRIQUE FERREIRA

Certidão emitida às 20:08 de 09/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40938

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 989.239.275-20**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h45, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:45

LHU6.LRX4.PXNP.6GKH



Código Débito Automático

Matrícula
078136091

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição Rot.Leitura Rot.Entrega
01/2013 0 0198 8 01.0061.2.0002.0219.2 00021255 000021255

Nome/Endereço para entrega
PAULO H FERREIRA

RU ENG CARLOS EDUARDO, 219
ANGICAL LOT. SANTANA CEP - 47.960-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo
Y08L016176 977 966 31 03/11 A 04/12

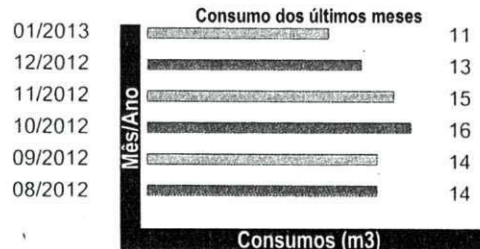
Endereço da Ligação

RU ENG CARLOS EDUARDO, 219
ANGICAL LOT. SANTANA

Especificação
CONS. AGUA

11M3

Valores em R\$
22,59



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analizadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0010	0011	0011
Turbidez - 5,0 UT	0010	0011	0011
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0011	0011
Coliformes Totais - (*)	0014	0011	0011
Escherichia Coli - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

01/01/2013	22,59
------------	-------

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	UC =	Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
RESIDENCIAL		1		UNIDADE			
ATE 10 MINIMO	10			17,65			
> 10 4,94	1			4,94			

Para facilitar a consulta, preencha os campos abaixo com a leitura do seu hidrômetro (apenas os números pretos):

ACOMPANHE A MEDIÇÃO DO SEU HIDRÔMETRO E SE NECESSÁRIO, ENTRE EM CONTATO COM A EMBASA PARA UMA MELHOR ANÁLISE DO SEU CONSUMO.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.031.609 DATA DE EXPEDIÇÃO 03.10.1987

NOME AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

FILIAÇÃO José da Silva Lopes
Adalice de Oliveira Lopes

Angical-BA NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 21.09.1969

Cert.nasc.Angical-BA, sede, nº-
9.408, Liv.A-72, Fls.247.

CPF

SALVADOR-BA

AURELINO GOMES BRANDÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C-235

Fls. 1

Rúbrica: 10086

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Aginaldo de Oliveira Lopes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

493824545 00

NOME COMPLETO

Aginaldo de Oliveira Lopes.

NASCIMENTO

21/09/69.

ASSINATURA

Aginaldo de Oliveira Lopes

EM VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

ESTO CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS. OBRIGADO DE USAR EM QUALQUER LUGAR DE USO LEGITIMAMENTE DETERMINADO PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATURALIDADE. PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

028/0139-4

07/10/87

BANEB

52020/3327

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRE

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático

Matrícula

078149177

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

Rot.Leitura Rot.Entrega

12/2012 2 0198 8 03.0570.1.0030.0000.0 00000000 000000000

Nome/Endereço para entrega

AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

RU POV VAZANTE, 30

ANGICAL POV VAZANTE CEP - 47.960-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A11N024588 85 81 17 26/10 A 12/11

Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Emissão

12/11 10/12/2012

RU POV VAZANTE, 30

POV VAZANTE

ANGICAL

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA 4M3

15,60

Consumo dos últimos meses



Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011

Nº de Amostras - Rede

Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0011	0011
Turbidez - 5,0 UT	0010	0011	0011
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0011	0011
Coliformes Totais - (*)	0014	0011	0011
Escherichia Coli - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Tarifa RES-0001

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$

25/12/2012

15,60

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$) ICMS ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 10 MINIMO 4 15,60

AGUA 15,60 0,00 15,60

PTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS

Base de cálculo(R\$) Aliquota %VL.Imposto(R\$)

0,00 0 0,00

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007 ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DEBITO COM CONDICÕES FACILITADAS.

Consumo até 30m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC 0001

(Apartamentos/casas/salas)

Consumo Médio por Unidade(m³) 4

Consumo Médio Mensal / Ligação 7

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



088 C
Fb. 100
Rúbrica: S
086

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

Número do Rg: 05031609

Nome do Pai: JOSE DA SILVA LOPES

Nome da Mãe: ADALICE DE OLIVEIRA LOPES

Data de Nascimento: 21/09/1969

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 1:09 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

8F6D4C52-5B1E-4FC4-A5E4-C34A49779A8A

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o Cadastro Eleitoral, com os dados informados pelo interessado, na presente data, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de inscrição perante a Justiça Eleitoral para:

Nome: **AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES**

Data de Nascimento: 21/09/1969

Filiação: ADALICE DE OLIVEIRA LOPES

JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES

Certidão emitida às 19:10 em 08/01/2013

Sua autenticidade deverá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ØHYM.Y9OU.D8QI.QWET

Esta certidão é expedida gratuitamente.

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 7117

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES, ou vinculado ao **CPF: 493.824.545-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 21h01, 09/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,

http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/trf1_emitecertidao.php?orgao=BA&nome=AGNAL... 9/1/2013

CEP: 41213-000, Salvador-BA.

Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/trf1_emitecertidao.php?orgao=BA&nome=AGNAL... 9/1/2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

NÃO PLASTIFICAR

Glades Maria Mariani Ferreira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

20.004.638-19

DATA DE EMISSÃO 22-01-2008

NOME
GLADES MARIA MARIANI FERREIRA

FILIAÇÃO
FLORISVALDO FERREIRA

MARIA CARMOSINA MARIANI PASSOS FERREIRA

NATURALIDADE
ANGICAL BA

DATA DE NASCIMENTO
26-11-1972

C.NAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV A76 FL 42 RT/ 11708

CPF
911.467.805-59

PIS
12697810074

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Glades Maria Mariani Ferreira
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
GLADES MARIA MARIANI FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO
26/11/1972

Nº INSCRIÇÃO
064866320340

D.V.
126

ZONA
0006

MUNICÍPIO / UF
ANGICAL / BA

DATA DE EMISSÃO
04/01/2008

JUIZ ELEITORAL
André Gomes de Azevedo

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



Nº da Conta: 2099935338
Mês de referência: 12/2012
Período: 16/11/2012 a 15/12/2012
Data de emissão: 17/12/2012

www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central de Relacionamento
*8486 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Vivo S.A.
Rua Silveira Martins, 1036
CEP 41150-000 - Salvador - BA
I.E.: 48002420
CNPJ Matriz: 02.449.992/0001-64
CNPJ Filial: 02.449.992/0142-03

Fls. 105
Rúbrica: 03

GLADES MARIA MARIANI FERREIRA
PC BANDEIRAS, 12
CENTRO
47960-000 ANGICAL - BA

Vencimento
01/01/2013

Total a Pagar - R\$
37,77

Seus Números Vivo
77-9909-5188

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

Vivo Valoriza

Saldo de pontos acumulados: **2.098**
Na data de: **14/12/12**
Saldo referente a conta 2099935338 no
Vivo Valoriza. Para saldo atual, envie SMS
com a palavra SALDO para 8011.

O que está sendo cobrado	Quantidade de Plano/Pacote	Quantidade de Números Vivo	Valor R\$ Plano/Pacote	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos/Unidades	Valor Total R\$
Serviços Contratados						
PLANO CONTROLE MÓVEL	1	1	37,00	-	-	37,00
Subtotal						37,00
Outros Lançamentos						
Encargos Financeiros						0,77
Subtotal						0,77
TOTAL A PAGAR						37,77

MENSAGEM IMPORTANTE PARA VOCÊ

Os planos Vivo Controle tiveram seus preços reajustados em Nov/12. Para conhecer os novos preços acesse vivo.com.br/planos.
Para mais informações ligue *8486 do seu celular ou 1058 de qualquer telefone celular ou fixo.

Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.



Nome do Cliente GLADES MARIA MARIANI FERREIRA	Vencimento 01/01/2013	Total a Pagar - R\$ 37,77
Cód. Débito Automático 2099935338-6	Nº da Conta 2099935338	Mês Referência 12/2012
846700000009	377700410014	120999353382
121251301010	Autenticação Mecânica	





PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANGICAL/
BAHIA - BRASIL.

CERTIDÃO NEGATIVA

JOANITA DO CARMO CARVALHO, Escrivã Designada dos Feitos Criminais, da Comarca de Angical, Estado da Bahia, na forma da lei, etc.

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, para os devidos fins e sob as penas da lei que revendo os livros e registros próprios deste Cartório, neles verificou **NADA CONSTAR** contra a pessoa do(a) **GLADES MARIA MARIANI FERREIRA**, brasileiro(a), solteira(a), Servidora Pública Municipal(a), natural de Angical/BA, portador(a) do RG. Nº: 20.004.638-19 SSP/BA e CPF. Nº: 911.467.805-59, nascido(a) em 26/11/1972, filho(a) de Florisvaldo Ferreira e Maria Carmosina Mariani Passos Ferreira, residente e domiciliado(a) na Praça Durvalmerindo Bandeira Coité, nº: 12, Centro, município de Angical-BA. Do que dou fé. Angical/BA, 11 de janeiro de 2013. Eu, Joanita do Carmo Carvalho, JOANITA DO CARMO CARVALHO, Escrivã Designada, a subscrevi.

Joanita do Carmo Carvalho
Analista Judiciário
Cadastro 213.858-1



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8799

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

GLADES MARIA MARIANI FERREIRA, ou vinculado ao **CPF: 911.467.805-59**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 13h52, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 68328

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **GLADES MARIA MARIANI FERREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 911.467.805-59**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 16h45, 11/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 11/01/2013 16:45



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: GLADES MARIA MARIANI FERREIRA
Inscrição: 066866320540 Zona: 126 Seção: 6
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 26/11/1972 Domiciliada desde: 04/01/2008
Filiação: MARIA CARMOSINA MARIANI PASSOS FERREIRA
FLORISVALDO FERREIRA

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

NÃO PLASTIFICAR

FALCÃO DIREITO

Terezinha Eloisa Batista Alves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GRIFF & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG: 05.533.597-70 DATA DE EXPEDIÇÃO: 23-11-2010

NOME: TEREZINHA ELOISA BATISTA ALVES

FILIAÇÃO: JOSÉ LOIOLA BATISTA
ELOIZA MARIA BATISTA

NATURALIDADE: MACAÚBAS BA

DATA DE NASCIMENTO: 13-05-1970

C.P.S.: C.CAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV 83 FL 284 RT 0819
675.149.525-00

Samir de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO: 675149525 00

NOME COMPLETO: TEREZINHA ELOISA BATISTA

NASCIMENTO: 13.05.70

ASSINATURA: *Terezinha Eloisa Batista*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR:

028/0054-01

19/03/91

BANEB

0510306-1

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
PROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

TEREZINHA ELOIZA BATISTA

DATA DE NASCIMENTO

13/05/1970

INSCRIÇÃO

53745830507

ZONA

126

SEÇÃO

0008

MUNICÍPIO / UF

ANGICAL / BA

DATA DE EMISSÃO

28/04/2009

JUIZ ELEITORAL Aides Mariano

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PROLEGAR DIREITO

Terezinha Eloiza Batista

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o Cadastro Eleitoral, com os dados informados pelo interessado, na presente data, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de inscrição perante a Justiça Eleitoral para:

Nome: **TEREZINHA ELOI SA BATISTA ALVES**

Data de Nascimento: 13/05/1970

Filiação: ELOIZA MARIA BATISTA

JOSÉ LOIOLA BATISTA

Certidão emitida às 18:49 em 08/01/2013

Sua autenticidade deverá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **206P.HTGØ.IMH7.EELV**

Esta **certidão** é expedida gratuitamente.

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEE

Nº 11958

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

TEREZINHA ELOIZA BATISTA, ou vinculado ao **CPF: 675.149.525-00**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Brasília/DF, 21h19, 06/01/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: TEREZINHA ELOIZA BATISTA

Número do Rg: 05533597

Nome do Pai: JOSE LAIOLA BATISTA

Nome da Mãe: ELOIZA MARIA BATISTA

Data de Nascimento: 13/05/1970

Naturalidade: MACAUBAS BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Domingo, 6 de janeiro de 113 às 8:27 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

0E69528B-1F4B-4F8E-A3BC-42DD2FD1388B

Obs: Este certificado tem validade até a data **06/04/2013**

CNPJ 13.504.875/0001-10 INSC. EST. 00685571
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av Nº 420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático

Matricula
078148987

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição Rot Leitura Rot Entrega
12/2012 6 0198 8 01.0013.2.0070.0000.0 00030000 000030000

Nome/Endereço para entrega
TEREZINHA ELOISA BATISTA ALVES

RU ULISSES GUIMARAES, S/N
ANGICAL LC.ABDON PASSOS CEP - 47.960-000

Nº Hidrômetro Cod. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo
7103683141 291 270 03/10 A 03/11

Endereço da Ligação

RU ULISSES GUIMARAES, S/N
ANGICAL LC.ABDON PASSOS

Especificação
CONS. AGUA 21M3

Valores em R\$
4,68



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

Tarifa
RES-0001

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR EM R\$
01/12/2012	74,68

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	X UC =	Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
RESIDENCIAL		1		UNIDADE			
ATE 10 MINIMO		10		17,65			
11 A 15	4,94			14,70			
16 A 20	6,28			10,40			
21 A 25	5,93			6,93			

AGUA	74,68	0,00	74,68
ESGOTO		0	0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

Base de cálculo(R\$) Aliquota %VL.imposto(R\$)
0,00 0,00

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DÉBITO COM CONDIÇÕES FACILITADAS.

EXISTE(M) DÉBITO(S):
2012 - OUT NOV

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0010	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0000	0000
Coliformes Totais - (*)	0014	0000	0000
Escherichia Coli - Ausente	--	--	--

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**)Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**)Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Consumo até 30 m³= 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)	0001
Consumo Médio por Unidade(m³)	21
Consumo Médio Mensal / Ligação	16

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1204342013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **TEREZINHA*ELOISA*BATISTA*ALVES**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE LOIOLA BATISTA e ELOIZA MARIA BATISTA, nascido(a) aos 13/05/1970, natural de MACAUBAS/BA, Documento de identificação 0553359770 SSP/BA, CPF 675.149.525-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:55 de 11/01/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 9004

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

TEREZINHA ELOISA BATISTA ALVES, ou vinculado ao **CPF: 675.149.525-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h56, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 68453

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **TEREZINHA ELOISA BATISTA ALVES**, ou vinculado(a) ao **CPF: 675.149.525-00**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 16h57, 11/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 11/01/2013 16:57

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Carlito Amorim Peixoto

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GRIG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

02671447 76 20/10/2009

CARLITO AMORIM PEIXOTO

SERAPIAO DUARDO PEIXOTO

ADATIVA PEREIRA PEIXOTO

SAUDE BA 10/09/1953

CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE L-B03 F-273 R-001314

204913875 04


LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GRIG & SONS

REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
MAI/2010

 CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

204.913.875-04

Nome

CARLITO AMORIM PEIXOTO

Nascimento

10/09/1953

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

CARLITO AMORIM PEIXOTO

DATA DE NASCIMENTO

10/09/53

Nº INSCRIÇÃO

94554505 07

MUNICÍPIO / UF

ANGICAL/BA

DATA DE EMISSÃO

18/09/86

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

CARLITO AMORIM PEIXOTO

DATA DE NASCIMENTO

10/09/53

Nº INSCRIÇÃO

94554505 07

MUNICÍPIO / UF

ANGICAL/BA

DATA DE EMISSÃO

18/09/86

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Tarifa Social de Energia Elétrica, Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL VALIDA PARA USO ATÉ 11/12/2013



www.coelba.com.br
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Av. Edgar Santos, 300 - Cabula VI
Salvador, BA | CEP 41.181-900
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

Data de Vencimento

03/01/2013

Total a Pagar (R\$)

11,00

Conta Contrato

7013736124

Teleatendimento: 0800 071 0800 | Ouvidoria: 0800 071 7676
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO

B2 RURAL
RESIDÊNCIA DE TRABALHADOR RURAL
Monofásico

DADOS DO CLIENTE

CARLITO AMORIM PEIXOTO

CPF:204.913.875-04

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

PO OURISSANGA 250

RURAL-ASSENTAMENTO ANGICAL/ASSENTAMENTO ANGICAL II
47960-000 ANGICAL BA

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
004655521		26/12/2012

SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	1000882812	9789951

Reservado ao Fisco

D993.F7D4.B648.392D.E63E.ABA0.FC5D.1665

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
30,0000000	0,3666667	11,00

HISTÓRICO DO CONSUMO

NOV 12	30
OUT 12	30
SET 12	30
AGO 12	
JUL 12	
JUN 12	
MAI 12	
ABR 12	
MAR 12	
FEV 12	
JAN 12	
DEZ 11	
NOV 11	

TARIFAS APLICADAS

Consumo Atkwh (Wh) 0,2527600

TOTAL DA FATURA

11,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
11,00	25,00	2,75	11,00	1,00	0,11	11,00	5,02	0,55

Faturado pelo mínimo da fase - Custo de Disponibilidade, Artigo 98, Resolução ANEEL 414/2010.

AUDF Nº: 17590001072009 - PAIDF Nº: 936 498 PARECER/GECOT - 357/98 - 929/00 E 987/04 | VP Impressores Laser LTDA
Rua Getúlio de Almeida, 318, São Cristóvão - Belo Horizonte, MG | CEP 31.230-230 | CNPJ 05.368.898/0001-79 | Inscrição Estadual 0622155670043



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



Nº das Com.
Fls. 121
Rúbrica: E

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: CARLITO AMORIM PEIXOTO

Número do Rg: 02671447

Nome do Pai: SERAPIAO DUARDO PEIXOTO

Nome da Mãe: ADATIVA PEREIRA PEIXOTO

Data de Nascimento: 10/09/1953

Naturalidade: SAUDE BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 12:47 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

53844714-2B82-4FB4-AE0E-D9F0C6A24BCA

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 40968

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **CARLITO AMORIM PEIXOTO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 204.913.875-04**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h48, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:48



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Subseção Judiciária de Barreiras

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1542

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

CARLITO AMORIM PEIXOTO, ou vinculado ao **CPF: 204.913.875-04**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Barreiras.

Esta certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Barreiras.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Barreiras (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Barreiras/BA, 17h53, 10/01/2013.

Endereço: Rua Aratu,10 - Loteamento Aratu - Barreiras/BA
CEP 40.804-180, Barreiras-BA.
Fone: (77) 3611-8896. e-Mail: 01vara.bes@trf1.gov.br



Seção das Contas
Fls. 124
Rúbrica: E3

JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: CARLITO AMORIM PEIXOTO
Inscrição: 009455450507 Zona: 126 Seção: 2
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 10/09/1953 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: ADATIVA PEREIRA PEIXOTO
SARAPIAO DUARTE PEIXOTO

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1199412013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **CARLITO*AMORIM*PEIXOTO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de SERAPIAO DUARDO PEIXOTO e ADATIVA PEREIRA PEIXOTO, nascido(a) aos 10/09/1953, natural de SAUDE/BA, Documento de identificação 02671447-76 SSP/BA, CPF 204.913.875-04.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:27 de 11/01/2013

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 07368340 01 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/10/92

NOME PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA

FILIAÇÃO HERMILO JOSE FERREIRA MARIA ALVES DOS SANTOS

NACIONALIDADE ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO 28/02/948

DOC. ORIGEM CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE L-B25 F-058 R-000130

CPF 122355646 20

SALVADOR, BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MOORE FORMULANDS, LTD.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Fls. 126

Rúbrica: 80

1995

Assinatura Digital do Titular

Pedro Onésio José Ferreira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO 28/02/48

Nº INSCRIÇÃO 337597505 82

ZONA 126

SEÇÃO 0002

MUNICÍPIO/UF ANGICAL/BA

DATA DE EMISSÃO 18/09/83

PRESIDENTE DO TRE

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura Digital do Titular

Pedro Onésio José Ferreira

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA

Número do Rg: 07368340

Nome do Pai: HERMILO JOSE FERREIRA

Nome da Mãe: MARIA ALVES DOS SANTOS

Data de Nascimento: 28/02/1948

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 10 de janeiro de 113 às 8:49 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

4DD1B195-40DA-4762-A2A3-95AD8EBF9B64

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/04/2013**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 41022

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 122.355.635-20**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 19h55, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 19:55



Conforme os dados constantes no recibo de energia, providencie cópia do documento e envie para o endereço eletrônico: coelba@coelba.com.br ou pelo telefone 0800 071 0800. Se precisar manter o recibo por mais de 30 dias, envie para o endereço eletrônico: coelba@coelba.com.br ou pelo telefone 0800 071 0800. O prazo para o envio é de 30 dias a partir da data de emissão do recibo. O prazo para o envio é de 30 dias a partir da data de emissão do recibo.



Teleatendimento: 0800 071 0800 | Ouvidoria: 0800 071 7676
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

DADOS DO CLIENTE
PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA
CPF: 122.355.635-20

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
003099324	23/10/2012	26/10/2012

SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	1000519197	183414

Reservado ao Fisco
4EA7.092B.B460.CC90.9865.7357.41C7.2B0B

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
VÁLIDA PARA USO ATÉ 11/12/2013

Data de Vencimento

05/11/2012

Total a Pagar (R\$)

21,04

Conta Contrato 0009809732

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
AV DEP MARCIO CARDOSO 24 A
CENTRO-ANGICAL/ANGICAL
47960-000 ANGICAL BA

ATENÇÃO!

A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):

Vencido	Dt reaviso	Valor	Vencido	Dt reaviso	Valor
04/09/12	27/09/12	39,92	02/02/12	24/02/12	34,67
02/03/12	28/03/12	33,04			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.

Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)	HISTÓRICO DO CONSUMO																																							
Consumo Ativo(kWh)	36,0000000	0,58450520	21,04	<table><tr><td>OUT 12</td><td></td><td>36</td></tr><tr><td>SET 12</td><td></td><td>30</td></tr><tr><td>AGO 12</td><td></td><td>67</td></tr><tr><td>JUL 12</td><td></td><td>88</td></tr><tr><td>JUN 12</td><td></td><td>93</td></tr><tr><td>MAI 12</td><td></td><td>84</td></tr><tr><td>ABR 12</td><td></td><td>30</td></tr><tr><td>MAR 12</td><td></td><td>54</td></tr><tr><td>FEV 12</td><td></td><td>60</td></tr><tr><td>JAN 12</td><td></td><td>63</td></tr><tr><td>DEZ 11</td><td></td><td>61</td></tr><tr><td>NOV 11</td><td></td><td>64</td></tr><tr><td>OUT 11</td><td></td><td>72</td></tr></table>	OUT 12		36	SET 12		30	AGO 12		67	JUL 12		88	JUN 12		93	MAI 12		84	ABR 12		30	MAR 12		54	FEV 12		60	JAN 12		63	DEZ 11		61	NOV 11		64	OUT 11		72
OUT 12		36																																									
SET 12		30																																									
AGO 12		67																																									
JUL 12		88																																									
JUN 12		93																																									
MAI 12		84																																									
ABR 12		30																																									
MAR 12		54																																									
FEV 12		60																																									
JAN 12		63																																									
DEZ 11		61																																									
NOV 11		64																																									
OUT 11		72																																									

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh)

0,40401000

TOTAL DA FATURA 21,04

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
21,04	25,00	5,26	21,04	1,05	0,22	21,04	4,83	1,01

AIDF Nº: 17590001072009 - PAIDF Nº: 936.498 PARECER/GEOT - 367/98 - 929/00 E 9876/04 | VP Impressos Laser LTDA
Rua Belmiro de Almeida, 318, São Cristóvão - Belo Horizonte, MG | CEP 31.230-230 | CNPJ 05.368.898/0001-79 | Inscrição Estadual 0622155670043

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	6,43	30,56
Transmissão	0,78	3,71
Distribuição (Coelba)	6,42	30,51
Encargos Setoriais	0,93	4,42
Tributos	6,48	30,80
Total	21,04	100



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA
Inscrição: 033759750582 Zona: 126 Seção: 2
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 28/02/1948 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA ALVES DOS SANTOS
HERNILDO JOSE FERREIRA

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1198652013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **PEDRO*ONESIO*JOSE*FERREIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de HERMILO JOSE FERREIRA e MARIA ALVES DOS SANTOS, nascido(a) aos 28/02/1948, natural de ANGICAL/BA, Documento de identificação 07368340-01 SSP/BA, CPF 122.355.635-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:22 de 11/01/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8952

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

PEDRO ONESIO JOSE FERREIRA, ou vinculado ao **CPF: 122.355.635-20**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h24, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

ESTADO DA BAHIA SAC.MOV
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

POLEGAR DIREITO

Dorcilei Gomes de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 09861296 40 DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/10/97

NOME: DORCILEI GOMES DE SOUZA

ENDEREÇO: MARIA SOUZA DE BRITO

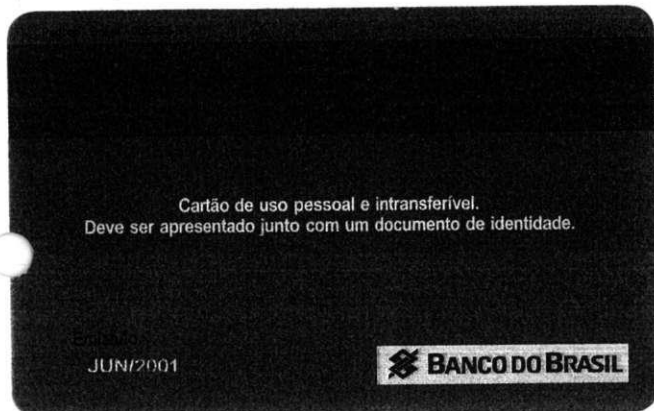
NATURALIDADE: ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO: 24/11/1977

DOC ORIGEM: CER-NAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE: L-A03 F-061 R-003082

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número do CPF: 010.497.055-30

NOME: DORCILEI GOMES DE SOUZA

24/11/1977

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Dorcilei Gomes de Souza
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: DORCILEI GOMES DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO: 24/11/1977

INSCRIÇÃO: 668824305758

MUNICÍPIO / UF: ANGICAL BA

ZONA: 126 SEÇÃO: 0038

DATA DE EMISSÃO: 18/05/95

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: DORCILEI GOMES DE SOUZA

Número do Rg: 09861296

Nome do Pai:

Nome da Mãe: MARIA SOUZA DE BRITO

Data de Nascimento: 24/11/1977

Naturalidade: ANGICAL BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 12:59 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

74955702-F91A-4D0D-8A10-C5AA64833D3E

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 41060

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **DORCILEI GOMES DE SOUZA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 010.497.055-30**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 20h00, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 20:00



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **DORCILEI GOMES DE SOUZA**

Inscrição: **066882430558** Zona: 126 Seção: 38

Município: 33278 - ANGICAL UF: BA

Data de Nascimento: 24/11/1977 Domiciliado desde: 18/05/1995

Filiação: MARIA SOUZA DE BRITO
NAO CONSTA

Certidão emitida às 13:11 de 09/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

DYXW.NOKH.C5HZ.ERGY



891

das Comunicações
Fl. 138
Rubrica: 63
9366

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00003711
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático
Matricula
078133980

Mês/Ano de Cidada de Inscricao 08/2012 7 0198 8 01:0021.2.0002.0248.0 00060290 000080290

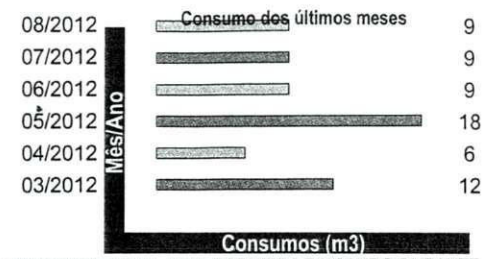
Nome/Endereço para entrega
DORCILEI GOMES DE SOUZA

PC SANTA LUZIA, 248
ANGICAL CENTRO CEP - 47.960-000

Nº Medidor 202394 Cód.Leitura 2652 Leitura Anterior 2643 Dias de Cons. 32 Período de Consumo 01/06 A 03/07

Endereço da Ligação
PC SANTA LUZIA, 248 CENTRO
ANGICAL

Especificação
CONS. AGUA 9M3 Valores em R\$ 7,90



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

Tarifa SOC-0001

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR EM R\$
16/08/2012	7,90

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	X UC =	Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
SOCIAL		1		UNIDADE			
ATE 10 MINIMO		9		7,90			

AGUA	7,90	0,00	7,90
ESGOTO			0,00

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		
Base de cálculo(R\$)	Aliquota %	VI. Imposto(R\$)
0,00	0	0,00

SOS SECA NA BAHIA. DOACOES: BANCO DO BRASIL
AG.3832-6 CONTA 992.733-6

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007
ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0010	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0000	0000
Escherichia Coli - (*)	0014	0000	0000
Coliformes Termotolerantes - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Fluor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**)Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**)Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Consumo até 30 m³= 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS
0001
Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 9
Consumo Médio por Unidade(m³) 14
Consumo Médio Mensal / Ligação

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1205642013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **DORCILEI*GOMES*DE*SOUZA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de NAO CONSTA e MARIA SOUZA DE BRITO, nascido(a) aos 24/11/1977, natural de ANGICAL, Documento de identificação 09861296-40 SSP/BA, CPF 010.497.055-30.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:03 de 11/01/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

140
Rubrica: Es
Seção

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 9012

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

DORCILEI GOMES DE SOUZA, ou vinculado ao **CPF: 010.497.055-30**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 16h04, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Fernanda Dias Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

14646714 00 02/03/2005

FERNANDA DIAS RIBEIRO

BARTOLOMEU MEIRELES RIBEIRO FILHO
HELIDORIA DIAS DE LACERDA

NATURALIDADE: BARREIRAS BA DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1989

DOC OR GEM: CER-NAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE: L-A11 F-043 R-007799

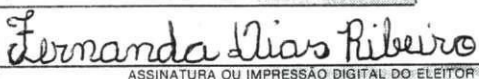
CPF: SALVADOR - BA

Assalada Ul. do front. bonca

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



Fernanda Dias Ribeiro
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: FERNANDA DIAS RIBEIRO

DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1989 N.º INSCRIÇÃO: 126779260507 ZONA: 126 SEÇÃO: 0001

MUNICÍPIO / UF: ANGICAL / BA DATA DE EMISSÃO: 29/03/2006

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

036.699.855-22

FERNANDA DIAS RIBEIRO

12/03/1989

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de NOVEMBRO de 1989

Atenção: Os dados impressos tem validade jurídica e não podem ser utilizados para fins de cobrança de tarifas. A vida útil dos dados impressos neste comprovante dependerá de alguns fatores: qualidade dos dados impressos, condições de armazenamento, exposição à luz solar, umidade, contato com líquidos, contato com produtos químicos, contato com fontes de calor.

Grupo Neoenergia
R. Caspary Gomes, 300 - Cabula VI
Salvador, BA | CEP 41.181-900
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Ins. Est. 00478696NO

al de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/2002
OTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 11/12/2012

Data de Vencimento

04/10/2012

Total a Pagar (R\$)

28,51

Conta Contrato

0033568045

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

DADOS DO CLIENTE

HELIODORA DIAS DE LACERDA

CPF: 639.544.195-72 NIS: 16037776254

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA ABDON PASSOS 55

CENTRO-ANGICAL/ANGICAL
47960-000 ANGICAL BA

ATENÇÃO!

A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):

Vencido	Dt reaviso	Valor	Vencido	Dt reaviso	Valor
04/09/12	27/09/12	24,71			
06/08/12	28/08/12	26,04			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.

Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Reservado ao Fisco

B5FE.6D7E.9AF1.8F84.0276.A459.09B7.3CBA

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.coelba.com.br.

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,19695270	5,90
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	59,00000000	0,33768865	19,91
Multa por atraso-NF 003298598 - 22/06/12			0,56
Multa por atraso-NF 003188345 - 23/05/12			0,67
Juros por atraso-NF 003188345 - 23/05/12			0,97
Juros por atraso-NF 003298598 - 22/06/12			0,50

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
SET 12	89
AGO 12	86
JUL 12	90
JUN 12	95
MAI 12	101
ABR 12	109
MAR 12	178
FEV 12	164
JAN 12	198
DEZ 11	118
NOV 11	30
OUT 11	86
SET 11	82

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh 0,13702000
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,23493000

TOTAL DA FATURA

28,51

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
	25,00	6,45	25,81	0,97	0,25	25,81	4,46	1,15

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	7,94	30,76
Transmissão	0,99	3,84
Distribuição (Coelba)	8,18	31,70
Encargos Setoriais	0,85	3,29
Tributos	7,85	30,41



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: FERNANDA DIAS RIBEIRO

Número do Rg: 14646714

Nome do Pai: BARTOLOMEU MEIRELES RIBEIRO FILHO

Nome da Mãe: HELIODORIA DIAS DE LACERDA

Data de Nascimento: 12/03/1989

Naturalidade: BARREIRAS BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Sexta-feira, 11 de janeiro de 2013 às 11:55 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

B015CF51-FDB0-4B1E-B586-929333449DAC

Obs: Este certificado tem validade até a data **11/04/2013**



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: FERNANDA DIAS RIBEIRO
Inscrição: 126779260507 Zona: 126 Seção: 1
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 12/03/1989 Domiciliada desde: 29/03/2006
Filiação: HELIODORIA DIAS DE LACERDA
BARTOLOMEU MEIRELES RIBEIRO FILHO

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

das Col.
Fls. 145
Rúbrica: 63
ser

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8966

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

FERNANDA DIAS RIBEIRO, ou vinculado ao **CPF: 036.699.855-22**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h32, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07.773.417-35 06-10-2010

JOSÉ ELISELTON OLIVEIRA SOUZA

LACINDIO JOSÉ DE SOUZA

MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SOUZA

BARREIRAS BA DATA DE NASCIMENTO: 19-03-1975

C.CAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV B3A FL 261 RT 772
607.610.755-34

Handwritten signature: José Elseton Oliveira Souza

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÃO PLASTIFICAR

Handwritten signature: José Elseton Oliveira Souza

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
607.610.755-34

Nome
JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA

Nascimento
19/03/1975

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
B68E.5F67.5A21.5C01

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:55:11 do dia 05/12/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA

DATA DE NASCIMENTO
19/03/1975

INSCRIÇÃO
607.610.755-34

ZONA
126

SEÇÃO
0038

MUNICÍPIO / UF
ANGICAL BA

DATA DE EMISSÃO
11/06/91

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Handwritten signature: José Elseton Oliveira Souza

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

T. 00665571
420 - Cep 41.745.300

Código Débito Automático

Matrícula
078134145

Mês/Ano de Cidade de Inscrição Rot.Leitura Rot.Entrega
12/2012 01988 01.0042.2.0002.0130.0 00061910 000061910

Nome/Endereço para entrega
LACINDO S DE SOUZA

RU DR FREDERICO DE ALMEIDA, 130
ANGICAL CENTRO CEP - 47.960-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo
A993102759 358 347 30 02/10 A 01/11

Endereço da Ligação

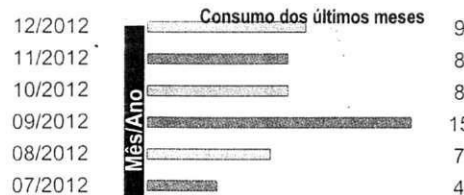
RU DR FREDERICO DE ALMEIDA, 130 CENTRO
ANGICAL

Especificação

CONS. AGUA 9M3
Multa REFER. A/S. CONTAS: 10/2012
Juros de Mora - CONTAS: 10/2012

Valores em R\$

17,65
0,36
0,50



Consumos (m³)

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0010	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0010	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0000	0000
Coliformes Totais - (*)	0014	0000	0000
Escherichia Coli - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**)Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**)Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

RES-0001
Tarifa

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR EM R\$
01/12/2012	18,51

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$) ICMS ESGOTO(% água) VL. Total
RESIDENCIAL 1 UNIDADE
ATE 10 MINIMO 9 17,65

AGUA 17,65 0,00 17,65
ESGOTO 0 0,00

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000, Lei Federal 11.445/2007
ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS
ICMS
Base de cálculo(R\$) Aliquota % VL.Imposto(R\$)
0,00 0 0,00

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DÉBITO COM CONDIÇÕES FACILITADAS.

EXISTE(M) DÉBITO(S):
2012 - NOV

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

Consumo até 30 m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 9
Consumo Médio por Unidade(m³) 7
Consumo Médio Mensal / Ligação

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



088 C
Fls. 148
Rubrica: B
085

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA

Número do Rg: 07773417

Nome do Pai: LACINDIO JOSE DE SOUZA

Nome da Mãe: MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA SOUZA

Data de Nascimento: 19/03/1975

Naturalidade: BARREIRAS BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 9 de janeiro de 113 às 7:14 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

2998A8F0-1B24-471E-9117-42D7A294CF01

Obs: Este certificado tem validade até a data **09/04/2013**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 41062

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 607.610.755-34**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 20h01, 08/01/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 08/01/2013 20:01



JUSTIÇA ELEITORAL
126ª ZONA ELEITORAL DE ANGICAL - BA
FÓRUM DE ANGICAL, RUA ABDON PASSOS, S/N, CENTRO, ANGICAL Telefone 77 36222108

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA
Inscrição: 062134030558 Zona: 126 Seção: 38
Município: 33278 - ANGICAL UF: BA
Data de nascimento: 19/03/1975 Domiciliado desde: 11/06/1991
Filiação: MARIA CONCEICAO OLIVEIRA SOUZA
LACINDIO JOSE DE SOUZA

Em 11 de janeiro de 2013.


ÂNGELA MARIA PINTO DE QUEIROZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 8922

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

JOSE ELISELTON OLIVEIRA SOUZA, ou vinculado ao **CPF: 607.610.755-34**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador/BA, 15h02, 11/01/2013.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1195662013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSE*ELISELTON*OLIVEIRA*SOUZA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de LACINDIO JOSE DE SOUZA e MARIA CONCEICAO OLIVEIRA SOUZA, nascido(a) aos 13/09/1975, natural de BARREIRAS/BA, Documento de identificação 07773417-35 SSP/BA, CPF 607.610.755-34.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:06 de 11/01/2013



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 2013298614

RAZÃO SOCIAL	
XX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	02.859.224/0001-89

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 10/01/2013, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000072013-04022224

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE
ANGICAL

CNPJ: 02.859.224/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 10/01/2013.

Válida até 09/07/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

http://www010.dataprev.gov.br/CWS/BIN/cws_mv2.asp?COMS_BIN/SIW_Contexto=CN... 10/1/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Min. das Co.
Fa. 155
Rubrica: 03
Sef

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL
CNPJ: 02.859.224/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:39:24 do dia 10/01/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/07/2013.

Código de controle da certidão: **2809.CA58.0A4A.FF8A**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL

Praça Durvalmerindo Bandeira Coité

Centro

Angical

BA

CNPJ: 13.654.421/0001-88



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certidão de Nº 2 datada em 10/01/2013

Nº Processo:

Certifico que a empresa inscrita neste município sob nº **128**, consta em nome de (a) :

Empresa: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

Fantasia: ARCA FM

C.N.P.J/CPF: 02.859.224/0001-89

Endereço: Pça Durvalmerindo Bandeira Coité Nº 29 BAIRRO: Centro CEP: 47960 000 COMPLEMENTO: Térreo LOTE:

QUADRA: LOTEAMENTO:

Nº: 29

Complemento: Térreo

Bairro: Centro

Loteamento:

Quadra:

Lote:

Cep: 47960000

Solicitante: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

Ressalvando a direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, é certificado, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA ESTE MUNICÍPIO.**

Angical - BA, 10/01/2013

Validade da Certidão de 90 (Noventa) dias a contar da data de sua emissão.

Emitida por : JAMES CHESTER RAMOS DINIZ

JAMES CHESTER RAMOS DINIZ
Diretor de Tributos

LEOPOLDO DE OLIVEIRA NETO
Prefeito



Identificador Web:

www.angical.ba.gov.br

IMPRIMIR

VOLTAR

des Co.
Fls. 157
Rubrica: 63
SBC
sed**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 02859224/0001-89**Razão Social:** ASSOCIACAO DE RADIODIF COM DE ANGICAL**Endereço:** PRACA DA BANDEIRA / CENTRO / ANGICAL / BA / 47960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/12/2012 a 11/01/2013**Certificação Número:** 2012121307324327802308

Informação obtida em 10/01/2013, às 15:58:33.


A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

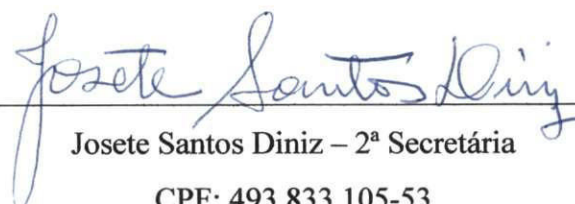
Nós, na qualidade de dirigentes da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da [Lei nº 9.612/1998](#) de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Angical/BA, 07 de janeiro de 2013.

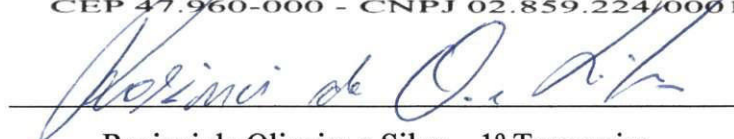


Edinildon Nascimento da Paixão -- Representante Legal
CPF: 434.853.405-53

Luiz Viana Diniz – Vice Presidente
CPF: 472.154.455-34

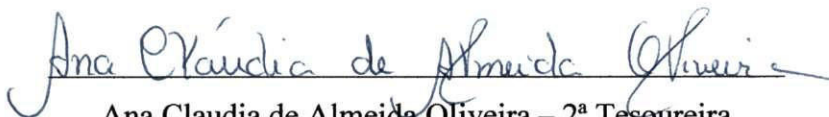
Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata – 1ª Secretária
CPF: 055.938.625-89

Josete Santos Diniz – 2ª Secretária
CPF: 493.833.105-53



Rosinei de Oliveira e Silva – 1º Tesoureiro

CPF: 608.689.025-00



Ana Claudia de Almeida Oliveira – 2ª Tesoureira

CPF: 002.131.825-56



Eduardo dos Santos Ferreira – Diretor de Patrimônio

CPF: 002989.239.275-20



Agnaldo Oliveira Lopes – 2º Diretor de Patrimônio

CPF: 493.824.545-00



Glades Maria Mariani Ferreira – Diretora de Qualif. Prof. e Programação

CPF: 911.467.805-59



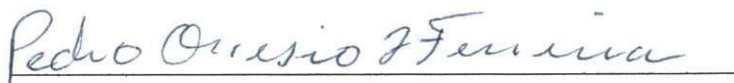
Terezinha Eloisa Batista Alves – Conselho Fiscal

CPF: 675.149.525-00



Carlito Amorim Peixoto – Conselho Fiscal

CPF: 204.913.875-4



Pedro Onésio José Ferreira – Conselho Fiscal

CPF: 122.355.635-20

Ar. 160
63
602

Dorcilei Gomes de Souza

Dorcilei Gomes de Souza – Sup. Conselho Fiscal

CPF: 010.497.055-30

Fernanda Dais Ribeiro

Fernanda Dais Ribeiro – Sup. Conselho Fiscal

CPF: 036.699.855-22

José Eliselton Oliveira Souza

José Eliselton Oliveira Souza – Sup. Conselho Fiscal

CPF: 607.610.755-34




DECLARAÇÃO

Eu, Edinildon Nascimento da Paixão, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, declaro para os devidos fins que:

- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço, de acordo com comprovantes de endereços anexos a este processo.

Angical/BA, 07 de janeiro de 2013.



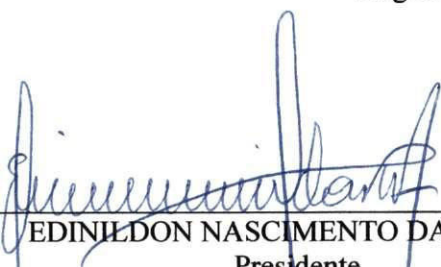
EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Presidente
CPF :434.853405-53

DECLARAÇÃO

Eu, Edinildon Nascimento da Paixão, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, declaro para os devidos fins que:

- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

Angical/BA, 07 de janeiro de 2013.


EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Presidente
CPF :434.853405-53

LAUDO DE VISTORIA

Norma 01/2011 - RADCOM

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
ANGICAL (ARCA)**

Processo nº 53640.001780/1998

Engº Eusébio Leonel Gonçalves
Tel.: (11) 3739-3244
eusebioleonel@gmail.com

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O D E R A D I O D I F U S Ã O C O M U N I T.

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D E A N G I C A L (A R C A) 0 2 8 5 9 2 2 4 0 0 0 1 8 9

CNPJ

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

A R C A F M

Portaria de Autorização nº 451 de 14/08/2000 Publicada no D.O.U de 25 de Agosto de 2000
Decreto Legislativo nº 83 de 15/05/2002 Publicado no D.O.U de 16 de Maio de 2002

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

P R A Ç A D A B A N D E I R A 2 9

BAIRRO

C E N T R O A N G I C A L

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A 1 2 ° 0 0 ' 2 0 " (S) 4 4 ° 4 1 ' 4 0 " (W)

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																													
A	U	A	D	C	O	R	R	E	A	E	Q	U	I	P	E	L	E	T	R	O	N	I	C	O	S	L	T	D	A
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO														
S	P	5	0	2	5					0	2	5	,	0	Watts	0	0	6	8	0	0	3	0	5	2	8			
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																			
2	5	,	0	Watts						2	3	,	6	Watts															
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																			
	8	7	,	9	MHz						8	7	,	9	MHz														

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																												
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO													
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																		
															Watts													
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																		
															MHz													

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA																MODELO												
I	D	E	A	L	A	N	T	E	N	A	S	P	R	O	F	I	S	S	I	O	P	T	B	5	/	8		
GANHO max (Gt)						ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO						ALTURA DA TORRE						ALTITUDE DO LOCAL										
0	0	,	0			2	8	,	0			0	0	3	0	,	0			0	4	7	1	,	0			

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☒

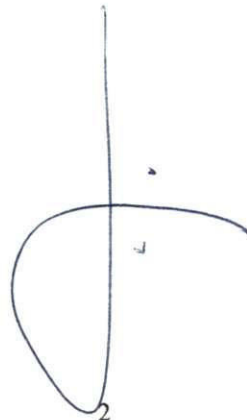
SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE																MODELO												
K	M	P	-	R	F	S	B	R	A	S	I	L								R	G	C	2	1	3			
COMPRIMENTO(L)						ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)						PERDAS NA LINHA (PL)						EFICIÊNCIA DA LINHA (η)										
2	5	,	0	m			3	,	8	4	dB			0	,	9	6	dB			0	,	8	0				

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (η) = $10^{\frac{-(PL)}{10}}$



8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

1. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO, TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

O endereço está de acordo com a Licença de Funcionamento, porém, a medição das coordenadas geográficas apresentou uma diferença de 20" na Latitude e 12" na Longitude (DATUM WGS-84) em relação às coordenadas constantes na Licença.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- WATTÍMETRO BIRD THRULINE
- FREQUECIMETRO OPTO-ELETRONIC
- GPS-12 – GARMIN
- TELEMETRO BUSHNELL

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U S E B I O L E O N E L G O N Ç A L V E S

ENDEREÇO

R U A C A R L O S L I S D E G N O C A R L U C C I 4 2 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

B U T A N T Ã

CIDADE

UF

S Ã O P A U L O S P

REG.CREA

FORMAÇÃO

0 6 0 1 1 7 3 4 7 1 E N G E N H E I R O E L E T R O N I C O

CEP

TELEFONE

FAX

0 5 5 3 6 - 0 0 0 1 1 - 3 7 3 9 3 2 4 4 -

E-MAIL

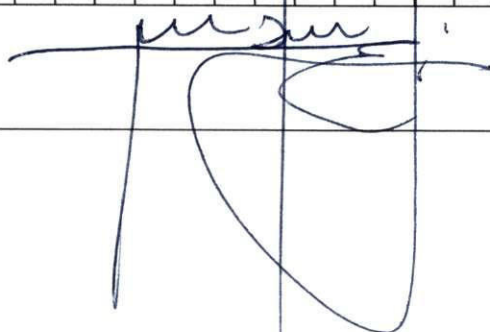
e u s e b i o l e o n e l @ g m a i l . c o m

LOCAL


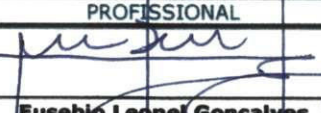

DATA

S Ã O P A U L O 0 9 / 0 5 / 2 0 1 2

ASSINATURA

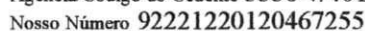



167
Rúbrica: E9

 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11				
ART		1- Nº DA ART		
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77		92221220120467255		
CONTRATADO				
2 - Nº DO CREAM DO PROFISSIONAL 0601173471		3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL 67595014891		
4 - NOME DO PROFISSIONAL EUSEBIO LEONEL GONCALVES		5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL Engenheiro Eletronico		
ART				
6 - TIPO DE ART 1-Obra/Servico	7 - VINCULADA A ART Nº	8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS 1 - Não		
9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART 1 - Não		10 - SUBEMPREITADA 1 - Não		
ANOTAÇÃO				
11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO 1 - Responsabilidade Principal		12 - ÁREA DE ATUAÇÃO 8 - Eletronica Ou Eletrica Mod. Eletronica Ou Comunicacao		13 - TIPO DE CONTRATADO 2- Pessoa Física
EMPRESA CONTRATADA				
14 - Nº DE REGISTRO NO CREA		15 - NOME COMPLETO		
16 - CGC/CNPJ		17 - CLASSIFICAÇÃO		
CONTRATANTE				
18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO Ass de Radiodif. Comunitaria de Angical-ARCA		19 - TELEFONE P/ CONTATO		20 - CPF/CNPJ 02859224000189
DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO				
21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 420				22 - CEP 05536-000
CLASSIFICAÇÃO				
23 - NATUREZA 1A2011	24 - UNIDADE 99	25 - QUANTIFICAÇÃO 1	26 - ATIVIDADES TÉCNICAS 45	
2				
3				
27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria.				
RESUMO DO CONTRATO				
Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...				
Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria.				
Data de efetiva participação do profissional: 09/05/2012				
28 - VALOR DO CONTRATO 1.000,00	29 - DATA DO CONTRATO 09/05/2012	30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO 09/05/2012	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE 68	32 - VALOR DA ART A PAGAR 40,00
ASSINATURA				
<i>Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.</i>				
33 - LOCAL E DATA Sao Paulo 09/05/2012	PROFISSIONAL  Eusebio Leonel Goncalves		CONTRATANTE  Ass de Radiodif. Comunitaria de Angical-ARCA	

Obs:

- O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional
- Linha digitável:



Min. das Comunicações
Fls. 168
Rubrica: E3
Saco

Data de Vencimento: 18/05/2012

VALOR

40,00

- O comprovante de pagamento deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
- A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

- Corte aqui



Local de Pagamento						Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL						18/05/2012
Cedente						Agência/Código do Cedente
CREA-SP CONS. REG. ENG. AGRON.						3336-7/401783-8
Data de Emissão	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número/Código Documento	
09/05/2012	92221220120467255	RC	N	09/05/2012	92221220120467255	
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	
	18/27	R\$			40,00	
Instruções: Texto (ou instruções de responsabilidade do cedente)						(-) Desconto/Abatimento
						(-) Outras Deduções
						(+) Mora/Multa
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado
BOLETO REFERENTE A ART Nº92221220120467255						
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO						
Unidade Cedente: 3336						
Sacado						
EUSEBIO LEONEL GONCALVES						
Sacador/Avalista						Código de Baixa

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



- Corte aqui



Bradesco
Internet Banking

Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Data: 09/05/2012

Nº de controle: 216.674.662.931.50 | Documento: 0000359

Conta de débito: Agência: 599 | Conta: 1192-4 | Tipo: Conta-Corrente

Nome: EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Código de barras: 00199.22210 29222.122011 20467.255210 7 53370000004000

Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Data do vencimento: 18/05/2012

Data de débito: 09/05/2012

Valor total: R\$ 40,00

Descrição: CREA-SP

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

PArvP6#T vtlWvZD? Pft2hs3@ lejtMmUK 7iO*vt?6 mftH3o64 9zxXGRX4 PwePCB*w
yEzU6kKz qN#aZMvZ IFk#rRCJ sohadyEY BCwg6gAX GCkzotlj gzknfECx E?9aCLrJ
#7rthskhz h6OLCpan 695eC6k6 6L@SyMM* 3RYMeT@f k3sR*@ub 09910142 03850000

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

Alô Bradesco
0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações
Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.

170
g

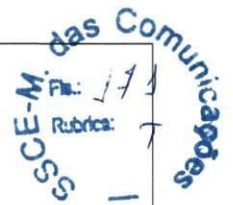
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Espanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF



(ETIQUETA DE CANCELAMENTO)

EDINILTON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Ass. De Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)
Praça da Bandeira, nº 29
47960-000 Angical/BA

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.025604/2012 Localidade / UF: ANGICAL/BA
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo instruído com os seguintes documentos:

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 08
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 12
3. CNPJ válido e atual: f. 09
4. Estatuto: PENDENTE (f. 23-32)
5. Ata de eleição: f. 21
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE (f. 13-15)
7. Cópias dos RG e CPF da Diretoria: PENDENTE

Constatações:

- a - Relatório do Conselho Comunitário desacompanhado da grade de programação;
- b - Estatuto em desconformidade com o exigido pela Norma 1/2011;
- c - Pendente RG de um dos Diretores e;
- d - Indicativo de possíveis vínculos religiosos.

Conclusão:

NT 3435 elaborada para solicitar documentos e esclarecimentos.

*** Analista jurídico: TÁCIO NEVES


Pedro Luis Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 7148 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de *junho* de 2013.

Ao(à) Senhor(a)

EDINILDON NASCIMENTO PAIXÃO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA ANGICAL - ARCA
Praça da Bandeira, nº. 29, Centro
47.960-000 Angical/BA

Assunto: **Nota Técnica de Exigência referente ao Processo nº 53000.025604/2012-77**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.025604/2012-77**, na localidade de **Angical/BA**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da **Nota Técnica nº 3435**, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

[Assinatura manuscrita]
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 3435/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000. 025604/2012-77

Processo de Outorga nº 53640.001780/98

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ANGICAL – ARCA** para renovação da outorga de prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Angical/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados a seguir para dar andamento ao processo de delegação, tudo conforme os dispositivos da Norma 1/2011, apontados em cada um dos itens listados abaixo:

- I. último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do subitem 21.4.1 da Norma 1/2011, isto é, resumo acompanhado da descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária (subitens 20.3, “h” combinado com 21.4.1);
- II. cópia do Registro Geral – RG do Diretor LUIS VIANA DINIZ, uma vez que a Carteira Nacional de Habilitação – CNH não é apta a comprovar a nacionalidade (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612/1998 e subitem 8.1, “e” da Norma 1/2011) e;
- III. Adequação do Estatuto para o fim de:
 - a) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão **Comunitária**, conforme a legislação vigente (20.3, “d” c.c. 8.2, “g”);
 - b) limitar o número de reeleições da Diretoria Executiva ao máximo de 1 (uma) (subitens 20.3, “d” combinado com 8.2, “h”);
 - c) assegurar, expressamente, o ingresso gratuito, como associado, de qualquer pessoa, física ou jurídica, residente ou sediada na área de prestação do Serviço (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “b”) e;
 - d) garantir a todos os seus associados, pessoas físicas ou jurídicas, estas últimas através de seus representantes legais, o direito de voz e voto em todas as deliberações sobre a vida social da entidade (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “c” e “d”).

3. Com o fim de esclarecer a Entidade Requerente, acrescenta-se que o relatório do Conselho Comunitário, solicitado no “item I” acima, é documento que tem de ser emitido na forma do

subitem 21.4.1 da Norma 1/2011, isto é, acompanhado de grade de programação. Por essa razão não foi considerado o relatório de fls. 13-15.

4. Ainda, tendo em vista pesquisa feita na rede mundial de computadores, constatou-se que Diretor da Entidade Requerente (AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES), aparentemente, é presidente de entidade religiosa. Assim, é necessário que a Entidade apresente esclarecimentos sobre o fato.

CONCLUSÃO

5. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, bem como os esclarecimentos solicitados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

6. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.



TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 3435/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 17 de dezembro de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



COORDENAÇÃO GERAL DOS TEMPLOS DO AMANHECER

Coordenador: Trino Ajarã - Mestre Gilberto Zelaya
Coordenadora: 1ª Aponara - Nair Zelaya



RELAÇÃO DE TEMPLOS DO AMANHECER

UF: BA QUANTIDADE DE TEMPLOS NO ESTADO: 56

CIDADE: ALAGOINHAS-BA		Site:	
TEMPLO: ALAGOINHAS-BA		MINISTRO: ARAJÁ	
ENDEREÇO: BR 101, S/N - COMUNIDADE DO DISAE		PRESIDENTE: ADAILTON BARBOSA DOS SANTOS	
OUTRAS INFORMAÇÕES: EM FRENTE AO POSTO ALAGOINHAS, AO LADO DO DISAE			
TEL: 9421-9993, 9191-4277		Status do Templo: FUNCIONANDO	
E-Mail:			
Atendimento: Seg <input type="checkbox"/> __: __hs Ter <input type="checkbox"/> __: __hs Qua <input type="checkbox"/> __: __hs Qui <input type="checkbox"/> __: __hs Sex <input type="checkbox"/> __: __hs Sab <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs Dom <input type="checkbox"/> __: __hs			
CIDADE: ANGICAL-BA		Site:	
TEMPLO: ANGICAL-BA		MINISTRO: ADUÃ	
ENDEREÇO: POVOADO VAZANTE, CEP: 47960000		PRESIDENTE: AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES	
OUTRAS INFORMAÇÕES: SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ KM 01 ENTRADA A DIREITA			
TEL: 77 9979-9439		Status do Templo: FUNCIONANDO	
E-Mail:			
Atendimento: Seg <input type="checkbox"/> __: __hs Ter <input type="checkbox"/> __: __hs Qua <input type="checkbox"/> __: __hs Qui <input type="checkbox"/> __: __hs Sex <input type="checkbox"/> __: __hs Sab <input type="checkbox"/> __: __hs Dom <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs			
CIDADE: BAIANOPOLIS-BA		Site:	
TEMPLO: BAIANOPOLIS-BA		MINISTRO: ALEMON	
ENDEREÇO: QUADRA 25, RUA 25, LOTE 01, S/N - BELA VISTA, CEP: 47830000		PRESIDENTE: GIOMAR LOPES DE OLIVEIRA	
OUTRAS INFORMAÇÕES: PROXIMO 1ª PARADA			
TEL: 61 8121-2358		Status do Templo: FUNCIONANDO	
E-Mail:			
Atendimento: Seg <input type="checkbox"/> __: __hs Ter <input type="checkbox"/> __: __hs Qua <input type="checkbox"/> __: __hs Qui <input type="checkbox"/> __: __hs Sex <input type="checkbox"/> __: __hs Sab <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs Dom <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs			
CIDADE: BARRA-BA		Site:	
TEMPLO: BARRA-BA		MINISTRO: MANOSO	
ENDEREÇO: RUA ADALBERTO SOBRAL, S/N - ASSUNÇÃO, CEP: 47100000		PRESIDENTE: MANOEL OLIVEIRA MARQUES	
OUTRAS INFORMAÇÕES:			
TEL: 77 3612-1397 / 77 9979-4973		Status do Templo: FUNCIONANDO	
E-Mail:			
Atendimento: Seg <input type="checkbox"/> __: __hs Ter <input type="checkbox"/> __: __hs Qua <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs Qui <input type="checkbox"/> __: __hs Sex <input type="checkbox"/> __: __hs Sab <input checked="" type="checkbox"/> __: __hs Dom <input type="checkbox"/> __: __hs			

Ministério das Comunicações
CGTA - 1ª Aponara

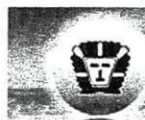
 **Endereço Templos**
 www.valedoamanhecer.com
 Coordenação dos Templos do Amanhecer

Total de Templos do Coordenador Regional FRANCISCO ROMEIRO20



CIDADE	UF	PRESIDENTE	MINISTRO	ENDEREÇO
ANGICAL	BA	AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES / TEL (77) 9991-3040- Vivo / luizamara150@hotmail.com	ADUÃ	POVOADO VAZANTE / SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ / KM 01 / ENTRADA À DIR / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO) QUADRA 25 / RUA 25 / LOTE 01 / BELA VISTA / CEP 47.830-000 / PRÓX - 1ª PARADA DE ÔNIBUS / FUNDAÇÃO 27.01.2007 / ATEND: SÁB e DOM (15h) (1º ESTÁGIO) RUA ADALBERTO SOBRAL, SNº / ASSUNÇÃO / TEL (77) 3611-9265 / ATEND: QUA (19h) e SÁB (17h) (1º ESTÁGIO) RUA ENCOSTA DA SERRA, SNº / VILA AMORIM / SAÍDA PARA RIACHÃO DAS NEVES, À ESQ NA RUA PRINCIPAL VILA AMORIM / CEP 47.800-000 / ATEND: Todos os Dias (CORRENTE MESTRA - CASTELO INICIÁTICO - ESTRELA NERHU - TURIGANO)
BAIANÓPOLIS	BA	GIOMAR LOPES DE OLIVEIRA / TEL (61) 8121-2358-Tim / pytufuzue@hotmail.com	ALEMOM	
BARRA DO RIO GRANDE	BA	MANOEL DE OLIVEIRA MARQUES / TEL (77) 3612-1397- Res, 9979-4973-Vivo / Manoel092@bol.com.br	MANOSO	
BARREIRAS	BA	FRANCISCO ROMEIRO DE OLIVEIRA / TEL (77) 3612-6493- Res, 3611-9000-Trab, 9979.1698- Vivo / francisco.r@bol.com.br	EGANARO	
BROTAS DE MACAÚBAS	BA	GERALDO SANTANA BARROS TEL (75) 9957-6787-Vivo, 9918- 7105-Vivo marcelazaza@hotmail.com	ITARUÃ	EM PROJEÇÃO / ATEND: SÁB (15h) (1º ESTÁGIO)
CRISTÓPOLIS	BA	WELLINGTON DE ALMEIDA LOUSADA / TEL (77) 3623-2372, 8104-1073-Tim / wlousada@barreirasnet.com.br	ALBENO	AV. SÃO JOSÉ, 270 / PRÓX OLARIA / FUNDAÇÃO: 23.04.06 / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
FORMOSA DO RIO PRETO	BA	JULIANO TORMEN / TEL (77) 9971-2259-Vivo / francisco.r@bol.com.br	PAJATO	RUA JOSÉ LELES, 1816 / SANTA HELENA / ATEND: SÁB (17h) (1º ESTÁGIO) AV. ALMEIDA, 348 / SAÍDA PARA LAGOA DO CEDRO / TEL (74) 3648-2273 / ATEND: QUA (19h), SÁB (17h) e DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
IBIPEBA	BA	GILBERTO FRANCISCO DE NOVAIS / TEL (77) 8106-6401- Tim, 3612-3417-Res, 3613-2654- Trab	PEGARO	ÁREA ESPECIAL / SAÍDA PARA BOM JESUS DA LAPA, LADO ESQ / KM 1 / ATEND: QUA (19h), SÁB (17h) e DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
IBOTIRAMA	BA	EMÍDIO OLIVEIRA DOS SANTOS / TEL (77) 3612-4806- Res, 9996-3041-Vivo / dpatyproducoes@hotmail.com	JALURO	SAÍDA P/ IBIPEBA / FUNDOS GARAGEM ENTRAM / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
IRECÊ	BA	GILBERTO FRANCISCO DE NOVAIS / TEL (77) 8106-6401- Tim, 3612-3417-Res, 3613-2654- Trab	PEGARO	
ITABERABA	BA	GERALDO SANTANA BARROS TEL (75) 9957-6787-Vivo, 9918- 7105-Vivo marcelazaza@hotmail.com	ITARUÃ	EM PROJEÇÃO / ATEND: SÁB (15h) (1º ESTÁGIO)
	BA		ATUARO	

Login Cadastro Anúncio

**VALE DO AMANHECER**

PORTAL OFICIAL DOS TEMPLOS DO AMANHECER

[Página Principal](#) [Acesse seu e-mail](#) [Noticias](#) [Templos](#) [Subcoordenadores](#) [Agenda](#) [Homenagem](#) [Fale Conosco](#)**Cadastro de Templos - Portal Oficial dos Templos do Amanhecer**

Cidade: ANGICAL

Bairro:

Estado: BAHIA

Endereço: POVOADO VAZANTE SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ KM 01 ENTRADA À DIR

Referência:

Telefone: (77) 9991-3040-Vivo

E-mail: luizamara150@hotmail.com

Presidente do Templo: AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

Subcoordenador do Templo: FRANCISCO ROMEIRO DE OLIVEIRA

Estágio: 1º ESTÁGIO

Atendimento: DOM (16h)

Trabalhos:

GALERIA DE FOTOS

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Login Cadastro Anúncio

[Página Principal](#) [Acesse seu e-mail](#) [Noticias](#) [Templos](#) [Subcoordenadores](#) [Agenda](#) [Homenagem](#) [Fale Conosco](#)**Cadastro de Templos - Portal Oficial dos Templos do Amanhecer**

Cidade: ANGICAL

Bairro:

Estado: BAHIA

Endereço: POVOADO VAZANTE SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ KM 01 ENTRADA À DIR

Referência:

Telefone: (77) 9991-3040-Vivo

E-mail: luizamara150@hotmail.com

Presidente do Templo: AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

Subcoordenador do Templo: FRANCISCO ROMEIRO DE OLIVEIRA

Estágio: 1º ESTÁGIO

Atendimento: DOM (16h)

Trabalhos: ,

GALERIA DE FOTOS

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

77

Endereço Templos
www.valedoamanhecer.com
Coordenação dos Templos do Amanhecer



Total de Templos do Coordenador Regional FRANCISCO ROMEIRO20



CIDADE	UF	PRESIDENTE	MINISTRO	ENDEREÇO
ANGICAL	BA	AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES / TEL (77) 9991-3040- Vivo / luizamaral50@hotmail.com	ADUÃ	POVOADO VAZANTE / SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ / KM 01 / ENTRADA À DIR / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO) QUADRA 25 / RUA 25 / LOTE 01 / BELA VISTA / CEP 47.830-000 / PRÓX · 1ª PARADA DE ÔNIBUS / FUNDAÇÃO 27.01.2007 / ATEND: SÁB e DOM (15h) (1º ESTÁGIO) RUA ADALBERTO SOBRAL, SNº / ASSUNÇÃO / TEL (77) 3611-9265 / ATEND: QUA (19h) e SÁB (17h) (1º ESTÁGIO) RUA ENCOSTA DA SERRA, SNº / VILA AMORIM / SAÍDA PARA RIACHÃO DAS NEVES, À ESQ NA RUA PRINCIPAL VILA AMORIM / CEP 47.800-000 / ATEND: Todos os Dias (CORRENTE MESTRA - CASTELO INICIÁTICO - ESTRELA NERHU - TURIGANO)
BAIANÓPOLIS	BA	GIOMAR LOPES DE OLIVEIRA / TEL (61) 8121-2358-Tim / pytufuzue@hotmail.com	ALEMON	
BARRA DO RIO GRANDE	BA	MANOEL DE OLIVEIRA MARQUES / TEL (77) 3612-1397- Res, 9979-4973-Vivo / Manoel092@bol.com.br	MANOSO	
BARREIRAS	BA	FRANCISCO ROMEIRO DE OLIVEIRA / TEL (77) 3612-6493- Res, 3611-9000-Trab, 9979.1698- Vivo / francisco.r@bol.com.br	EGANARO	
BROTAS DE MACAÚBAS	BA	GERALDO SANTANA BARROS TEL (75) 9957-6787-Vivo, 9918- 7105-Vivo marcelazaza@hotmail.com	ITARUÃ	EM PROJEÇÃO / ATEND: SÁB (15h) (1º ESTÁGIO)
CRISTÓPOLIS	BA	WELLINGTON DE ALMEIDA LOUSADA / TEL (77) 3623-2372, 8104-1073-Tim / wlousada@barreirasnet.com.br	ALBENO	AV. SÃO JOSÉ, 270 / PRÓX OLARIA / FUNDAÇÃO: 23.04.06 / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO) RUA JOSÉ LELES, 1816 / SANTA HELENA / ATEND: SÁB (17h) (1º ESTÁGIO) AV. ALMEIDA, 348 / SAÍDA PARA LAGOA DO CEDRO / TEL (74) 3648-2273 / ATEND: QUA (19h), SÁB (17h) e DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
FORMOSA DO RIO PRETO	BA	JULIANO TORMEN / TEL (77) 9971-2259-Vivo / francisco.r@bol.com.br	PAJATO	
IBIPEBA	BA	GILBERTO FRANCISCO DE NOVAIS / TEL (77) 8106-6401- Tim, 3612-3417-Res, 3613-2654- Trab	PEGARO	
IBOTIRAMA	BA	EMÍDIO OLIVEIRA DOS SANTOS / TEL (77) 3612-4806- Res, 9996-3041-Vivo / dpatyproducoes@hotmail.com	JALURO	ÁREA ESPECIAL / SAÍDA PARA BOM JESUS DA LAPA, LADO ESQ / KM 1 / ATEND: QUA (19h), SÁB (17h) e DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
IRECÊ	BA	GILBERTO FRANCISCO DE NOVAIS / TEL (77) 8106-6401- Tim, 3612-3417-Res, 3613-2654- Trab	PEGARO	SAÍDA P/ IBIPEBA / FUNDOS GARAGEM ENTRAM / ATEND: DOM (16h) (1º ESTÁGIO)
ITABERABA	BA	GERALDO SANTANA BARROS TEL (75) 9957-6787-Vivo, 9918- 7105-Vivo marcelazaza@hotmail.com	ITARUÃ	EM PROJEÇÃO / ATEND: SÁB (15h) (1º ESTÁGIO)
	BA		ATUARO	

77



COORDENAÇÃO GERAL DOS TEMPLOS DO AMANHECER

Coordenador: Trino Ajarã - Mestre Gilberto Zelaya
Coordenadora: 1ª Aponara - Nair Zelaya



RELAÇÃO DE TEMPLOS DO AMANHECER

UF: BA

QUANTIDADE DE TEMPLOS NO ESTADO: 56

CIDADE: ALAGOINHAS-BA

TEMPLO: ALAGOINHAS-BA

Site:

MINISTRO: ARAJÁ

PRESIDENTE ADAILTON BARBOSA DOS SANTOS

ENDEREÇO: BR 101, S/N - COMUNIDADE DO DISAE

OUTRAS INFORMAÇÕES EM FRENTE AO POSTO ALAGOINHAS, AO LADO DO DISAE

TEL: 9421-9993, 9191-4277

Status do Templo: FUNCIONANDO

E-Mail:

Atendimento: Seg ☐ __: __hs Ter ☐ __: __hs Qua ☐ __: __hs Qui ☐ __: __hs Sex ☐ __: __hs Sab ☒ __: __hs Dom ☐ __: __hs

CIDADE: ANGICAL-BA

TEMPLO: ANGICAL-BA

Site:

MINISTRO: ADUÃ

PRESIDENTE AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

ENDEREÇO: POVOADO VAZANTE, CEP: 47960000

OUTRAS INFORMAÇÕES SAÍDA PARA MISSÃO DO ARICOBÉ KM 01 ENTRADA A DIREITA

TEL: 77 9979-9439

Status do Templo: FUNCIONANDO

E-Mail:

Atendimento: Seg ☐ __: __hs Ter ☐ __: __hs Qua ☐ __: __hs Qui ☐ __: __hs Sex ☐ __: __hs Sab ☐ __: __hs Dom ☒ __: __hs

CIDADE: BAIANOPOLIS-BA

TEMPLO: BAIANOPOLIS-BA

Site:

MINISTRO: ALEMON

PRESIDENTE GIOMAR LOPES DE OLIVEIRA

ENDEREÇO: QUADRA 25, RUA 25, LOTE 01, S/N - BELA VISTA, CEP: 47830000

OUTRAS INFORMAÇÕES PROXIMO 1ª PARADA

TEL: 61 8121-2358

Status do Templo: FUNCIONANDO

E-Mail:

Atendimento: Seg ☐ __: __hs Ter ☐ __: __hs Qua ☐ __: __hs Qui ☐ __: __hs Sex ☐ __: __hs Sab ☒ __: __hs Dom ☒ __: __hs

CIDADE: BARRA-BA

TEMPLO: BARRA-BA

Site:

MINISTRO: MANOSO

PRESIDENTE MANOEL OLIVEIRA MARQUES

ENDEREÇO: RUA ADALBERTO SOBRAL, S/N - ASSUNÇÃO, CEP: 47100000

OUTRAS INFORMAÇÕES

TEL: 77 3612-1397 / 77 9979-4973

Status do Templo: FUNCIONANDO

E-Mail:

Atendimento: Seg ☐ __: __hs Ter ☐ __: __hs Qua ☒ __: __hs Qui ☐ __: __hs Sex ☐ __: __hs Sab ☒ __: __hs Dom ☐ __: __hs

Sistema Mediúnico - Castelo dos Devas

CPD CGTA - SiMe - © 2013 - v.1.07 - RELATÓRIO GERADO EM: 27/11/2013





ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

Of. nº 012/2014

Angical/BA, 26 de Fevereiro de 2014.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 010877/2014-89

SEAPARCE

13/03/2014-08:50

Da: Presidência da ARCA

Ao: Senhor SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar

70.044-900 – BRASÍLIA/DF

Senhor Coordenador,

Cumpre-me pelo presente apresentar documentação a que se refere a Nota Técnica de Exigência nº 3435 referente ao Processo nº 53000.025604/2012-77, encaminhada por meio do Ofício nº 7148/2013/CGRC/SCE-MC, de 24.12.2013, por nós recebido em 30.01.2014.

1. Em anexo, encontra-se o Relatório do Conselho de Comunitário a que se refere o subitem 21.4.1 da Norma 1/2011;
2. Cópia do Registro Geral do Diretor LUIZ VIANA DINIZ;
3. Adequação do Estatuto nos moldes da supracitada Norma (estatuto em original e ata da assembleia que o alterou);
4. Com relação à situação relacionada ao diretor Agnaldo de Oliveira Lopes, não era de conhecimento de nossa entidade ARCA que o mesmo exercia formalmente a função de dirigente do templo do Vale do Amanhecer neste município, bem assim o próprio diretor considerava não ser exigência prejudicial aos fins da emissora tê-lo como diretor. Assim, buscando regularizar a ocorrência o supracitado diretor renunciou ao cargo, oportunidade em que elegeu-se a diretora Lusiane da Silva Alves Porto, conforme documentação em anexo.

Esperando termos atendido às exigências da supracitada NT, antecipadamente agradecemos.

EDINILTON NASCIMENTO DA PAIXÃO
Presidente

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

João
133

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA)**

Ministério das Comunicações - SCS
Rubrica

Em atendimento ao subitem 21.4.1. da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no Diário Oficial de 18/10/2011, reuniram-se os representantes do Conselho Comunitário, abaixo relacionados, em 24 / 02 / 2014 , às 20:00 horas, na Praça da Bandeira, n.º 29 na cidade de Angical, Estado da Bahia, com a finalidade de avaliar a programação da emissora "ARCA FM", conforme a grade abaixo descrita:

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA "ARCA FM"		
De Segunda a Sexta:		
Horário	Nome do Programa	Tipo de Programa
06h00 às 08h00	Alvorada Sertaneja	Música Sertaneja Noticia Setor Rural 10min
08h00 às 11h00	Top Music	Música Variadas com informativo, sobre saúde e educação (SESC/SENAC 10 min.
11h00 às 12h00	Falando Francamente	Noticiário Local, Regional, Nacional e Entrevista sobre diversos temas
12h00 às 13h00	Arca dos Esportes	Música: Noticiário sobre Esporte Local, Estado e Nacional
13h00 às 15h00	Disk Show	Música variada com dicas de saúde (5 min)
15h00 às 18h00	Show da Tarde	Música Popular, noticia local sobre meio ambiente (10min)
18h00 às 19h00	Ave Maria	Música Religiosa e ensinamentos com mensagens bíblicas
19h00 às 20h00	Voz do Brasil	Noticiário Nacional da Radio Brás
20h00 às 22h00	Love Night	Música Calma reflexivas com mensagem de amor.
22h00 às 00h00	Programação Automática	Músicas diversas e vinheta de identificação da emissora
Sábado:		
06h00 às 09h00	Bom dia Sertanejo	Música Sertaneja, informativos sociais e dicas educativas – 30 min no decorrer do programa.
09h00 às 10h00	Direito de Todos	Informação sobre direito do cidadão de forma geral.
10h00 às 12h00	Pediu Tocou	Músicas popular variadas, com noticias intercaladas (10min)
12h00 às 14h00	As Mais, Mais da Semana	Músicas diversas, com dicas de educação e Meio Ambiente (10min)
14h00 às 16h00	Hits FM	Músicas variadas Regional e Nacional
16h00 às 18h00	Show do Sábado	Música: Forró, Pop Roaque, e Sertanejo, Noticias Esportiva (15 min)
18h00 às 20h00	Show do Roque	Música: Roque Nacional e Internacional
20h00 às 22h00	Você & sua História	Músicas: Românticas, calmas com Noticias sobre artistas e entrevistas locais
22h00 às 00h00	Programação Automática	Músicas diversas e vinheta de

		identificação da emissora
Domingo:		
06h00 às 08h00	Domingo Legal	Música: antigas dos anos 60/90, com informativo sobre produção e geração de renda local
08h00 às 09h00	Cultura Local	Ensinamentos da cultura local e regional
09h00 às 10h00	Juventude & Ação	Debates sobre interesses da juventude
10h00 às 11h00	Olhar Ambiental	Informativos relacionados a leis ambientais e prevenção
11h00 às 12h00	Mensagem de Paz	Espaço evangélico - Religioso
12h00 às 13h00	Evangelizando Com Jesus	Espaço evangélico - Religioso
13h00 às 16h00	Tardes de Domingo	Musical, intercalado com notícias esportivas e notícias local
16h00 às 19h00	Cantinho da Criança	Programa Infantil
19h00 às 21h00	Santa Missa Dominical	Espaço Religioso - Missa
21h00 às 00h00	Programação Automática	Músicas diversas e vinheta de identificação da emissora

Após discussão e análise da grade supracitada, constatamos que, com fulcro no artigo 4º da Lei 9612, a mesma está em conformidade com a Legislação vigente, e cumpre seu papel de como instrumento de comunicação comunitária na localidade.

Angical. - BA, 24 de fevereiro de 2014.

João Batista Zetol dos Santos

Nome: João Batista Zetol dos Santos

CPF: 523.708.285-87

Entidade: Associação da Escola Família Agrícola de Angical (AEFAA)

Gilmar Nascimento da Paixão

Nome: Gilmar Nascimento da Paixão

CPF: 472.155.505-91

Entidade: Associação dos Moradores do Bairro Santana (AMBS)

Celso Ribeiro Carneiro

Nome: Celso Ribeiro Carneiro

CPF: 989.676.655-04

Entidade: Associação dos Moradores de Vila Nova (AMVN)

Luciano de Oliveira Lopes

Nome: Luciano de Oliveira Lopes

CPF: 280.674.955-72

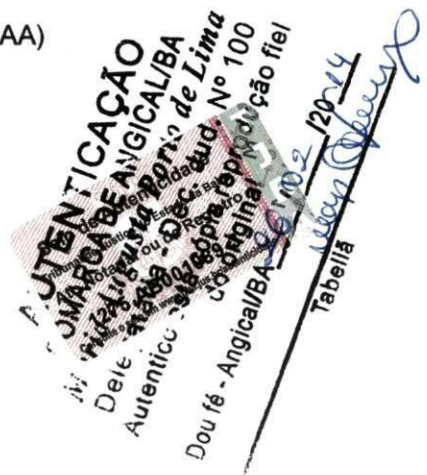
Entidade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angical (STR)

Maria da Conceição de Oliveira Souza

Nome: Maria da Conceição de Oliveira Souza

CPF: 870.461.645-68

Entidade: Paróquia Nossa Senhora Santana



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA SAC NOV 02
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

POLEGAR DIREITO

Luiz Viana Diniz
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 04394542 20 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/1999

NOME
LUIZ VIANA DINIZ

FILIAÇÃO
JOSE DUQUE DINIZ
NOELITA DOS SANTOS DINIZ

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
BELO HORIZONTE MG 26/06/1965

DOC ORIGEM CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE L-BA3 F-097 R-000444

CPF 472154455 34

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações
Fls. 183
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
LUÍZ VIANA DINIZ

DATA DE NASCIMENTO: **26/06/65** Nº INSCRIÇÃO: **93163205 90** ZONA: **126** SEÇÃO: **0006**

MUNICÍPIO / UF: **ANGICAL/BA** DATA DE EMISSÃO: **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE
[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. *[Assinatura]*
Rubrica

Luiz Viana Diniz
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



embasa

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA/ESGOTO



LUIZ VIANA DINIZ
RU ABDON PASSOS, 28
ANGICAL

LC.ABDON PASSOS

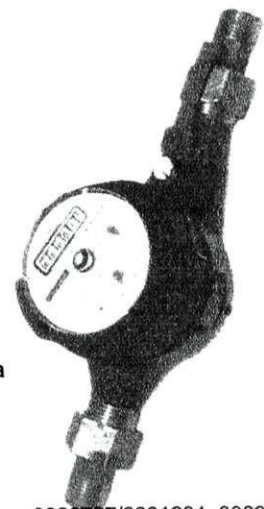
CEP - 47.960-000

MATRICULA	078137012	RES-0001
INSCRICAO	0198.01.0035.1.0000.0028.0	
ROTEIRO LEITURA	00031310	
ROTEIRO ENTREGA	000031310	
HIDROMETRO	A00S218339	

VENCIMENTO
05/02/2014

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU FLORISVALDO FERREIRA S/N CENTRO



0000707/0001264-0863 1

**CONTRATO
DE ADESAO**

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento ou através do site www.embasa.ba.gov.br/centraiservicos



ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.

(apenas números pretos):

--	--	--	--	--

ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Endereço | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

MORADOR	PORTUG	SINDICO	ADMIN
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DATA

ASSINATURA



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

6 • RM

4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

(OM em que serviu)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

17ª CSM

Nº 555104

SÉRIE B

Certifico que LUIZ VIANA DINIZNascido a 26 Jun 65Belo HorizonteMGfilho de Jose Duque Dinize de Noelita dos Santos Dinizé reservista de 1ª categoria, ficando relacionado como Soldado QMG 05-Eng
QMP 042-Pes Supr na Reserva.

(qualificação militar)

Identificação: N.º de Registro 067224003-3Altura 1,66m Cúpis Pd Cl Olhos Cast EscCabelos C.E.Cres Tipo Sanguíneo "AB" (Pos)Sinais particulares Não os tem

(graduação)

Polegar direito

Luiz Viana Diniz
(Assinatura do reservista)

(Somente é válido com as "Armas Nacionais" em marca d'água)

OUTROS DADOS: "VÁLIDO COMO CREDENCIAMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR"

Incorporado a 30 Jan 84e licenciado a 29 Jan 85Tempo de serviço HUM ANO, ZERO MES E ZERO DIA.

(anos, meses, e dias por extenso)

Profissão: _____

Residência: _____

Barreiras, BA, 29 de janeiro de 1985

(Local e data)

Antônio Carlos Dias

(Assinatura do Comandante ou Chefe)

OUTRAS ANOTAÇÕES: _____

ANTÔNIO CARLOS DIAS - CEM ENO - CEMA
Comandante do 4º B E Cnst

6ª RM - VÁLIDO ATÉ 86 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 87 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 88 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 89 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 90 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 91 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 92 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 93 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 94 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C	6ª RM - VÁLIDO ATÉ 95 APRESENTAÇÃO DE PESSOAL DA RESERVA. Em 10/12/85 OM 4486C
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Em dia com as obrigações militares, de acordo com as anotações nos cartões.

ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA), fica constituída uma associação comunitária sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Associação será à Praça da Bandeira, nº 29, na cidade de Angical, no Estado da Bahia.

Art. 3º - A Associação terá como objetivo a exploração, execução e instalação de serviço de radiodifusão comunitária sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA, propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, inclusive utilizando mecanismos da tecnologia da informação e processamento de dados;
- f) Prestar, paralelamente ao serviço de radiodifusão sonora, serviços de tecnologia da informação e processamento de dados via internet banda larga, podendo, para tanto, estruturar e manter uma Estação Digital ou serviço congênere;

Art. 4º - São prerrogativas da Associação, complementarmente aos seus objetivos:

- a) Celebrar contratos, parcerias e convênios com a iniciativa privada, bem como com órgãos da administração pública em todos os seus níveis visando oferecer a maior gama possível de serviços à população;
- b) Estabelecer contribuições a todos os associados de acordo com as decisões tomadas em Assembleias convocadas para este fim;
- c) Filiar-se a entidade de grau superior, com aprovação da Assembleia;
- d) Cadastrar pessoas voluntárias para representar administrativamente a entidade nas comunidades rurais e Distrito de Missão do Aricobé;
- e) Estimular a organização dos trabalhadores jovens em suas comunidades;
- f) Propor ações que visem ampliar e garantir os direitos constitucionais, inclusive Mandado de Segurança Coletivo em defesa de seus associados e Ação Civil Pública contra atos danosos ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, à

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

ordem urbanística, a outros interesses difusos ou coletivos e por infração da ordem econômica e da economia popular;

- g) Desenvolver, em conjunto com outras entidades, políticas de proteção ao meio ambiente e defesa cultural.

Art. 5º - A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Art. 6º - São considerados sócios, independentemente do pagamento de qualquer valor financeiro para ingresso, todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes ou sediados na área de atuação de prestação do serviço da Associação Radiodifusão Comunitária de Angical mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

Art. 7º - A Associação será composta por número ilimitado de sócios, distinguidos em três categorias, a saber:

1. Sócios fundadores - os que assinaram a ata de fundação;
2. Sócios honorários - os que se distinguirem por benefícios, relevantes à Associação ou à coletividade;
3. Sócios contribuintes - qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou patrocínio sob a forma de apoio cultural.

§ 1º - São direitos dos sócios contribuintes, seja pessoa física ou jurídica, esta por meio de seu representante legal:

- a) Ter voz e voto em todas as reuniões e assembleias e deliberações sobre a vida social da entidade, votando e sendo votado na eleição para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano;
- b) Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação, principalmente no setor Educativo;
- c) Recorrer à Assembleia Geral de qualquer decisão da Diretoria Executiva que venha a prejudicá-lo diretamente, no prazo de 30(trinta) dias corridos;
- d) Oferecer sugestões e tomar parte nas Assembleias;
- e) Por meio de 1/5 (um quinto) dos sócios quites, convocar qualquer órgão diretivo e a assembleia.

§ 2º - São deveres e obrigações dos sócios contribuintes:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Acatar as determinações das Assembleias Gerais e da Diretoria Executiva;
- c) Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- d) Pagar a contribuição mensal por ele fixada e aprovada pela Assembleia Geral, ficando a critério do sócio a elevação do valor, de acordo com suas possibilidades,

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Ass. das Comunicações - SC
Rubrica

facultando ao sócio contribuinte que não dispuser de recursos financeiros, para pagamento de suas mensalidades, revertê-las em serviços prestados à Associação.

§ 3º. – Os sócios que de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação ficam sujeitos às seguintes sanções, a critério da Diretoria, com direito de recurso à Assembleia Geral:

- I. Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II. Suspensão de 01 (um) a 12 (doze) meses:
 - a. Aos reincidentes em infração punida com advertência;
 - b. Aos que estejam em atraso, há 03 (três) meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias;
- III. Exclusão aos reincidentes em infração punida com suspensão.

§ 4º. – As sanções previstas no § 3º. serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral, de acordo com o § 1º. , alínea “c” deste artigo.

§ 5º. – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo.

§ 6º. – A pena de suspensão não isenta o sócio do pagamento de suas contribuições.

Art. 8º - Terão direito a voto nas assembleias as categorias de sócios fundadores, honorários e contribuintes, estes últimos desde que em dia com sua contribuição e quite com seu compromisso sob a forma de apoio cultural.

§ 1º - Somente terão direito a voto nas assembleias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 2º - Nas assembleias de eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal não terão direito a voto os sócios fundadores e honorários.

Art. 9º - Os membros da associação não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES

Art. 10 – As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida uma única reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa.

§ 1º. – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples de votos válidos dos sócios presentes as eleições.

§ 2º - Poderão ser distintas as chapas de eleição para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Art. 11 - É vedado as pessoas em exercício de cargo eletivo dos poderes Executivo e Legislativo, integrarem a Diretoria Executiva da Associação.

Parágrafo Único - Em caso de candidatura de membro da Diretoria Executiva aos cargos referidos no *caput*, o afastamento do mesmo será automático, a partir da data do registro da respectiva candidatura na Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA

Art. 12 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de quatro anos, podendo ser reeleita.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

Art. 13 - Os membros da Diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 1º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

§ 2º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo de direção em outras entidades detentoras de outorga para exploração de serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura e outras congêneres.

Art. 14 - A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. 1º Secretário
- IV. 2º Secretário
- V. 1º Tesoureiro
- VI. 2º Tesoureiro
- VII. 1º Diretor de Patrimônio
- VIII. 2º Diretor de Patrimônio
- IX. Diretor de Qualificação Profissional e Programação.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria desempenharão suas funções sem remuneração.

Art. 15 - Compete à Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.
- II. Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e prestação de contas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

- IV. Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao acompanhamento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 que rege a matéria.
- V. Compete à Diretoria compor o quadro de pessoal da Associação com ao menos dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.
- VI. Reunir-se ordinariamente uma vez a cada três meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 16 - Serão atribuições do Presidente:

- I. Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa e passivamente a Associação, judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o Tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação;
- V. Elaborar conjuntamente com o Diretor de Qualificação Profissional e Programação a proposta de cursos e programação da Rádio, da Estação Digital e do Provedor de Internet.

Art. 17 - São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar.

Parágrafo Único - Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 18 - São atribuições do 1º Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação;
- III. Assinar correspondências da Associação;
- IV. Superintender os serviços de secretaria;
- V. Atuar como relações públicas da Associação.

Art. 19 - São Atribuições do 2º Secretário:

- I. Substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o 1º Secretário lhe confiar.

Art. 20 - São atribuições do 1º Tesoureiro:

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

- I. Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;
- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordem de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil;
- V. Ter em mãos o valor relativo a um salário mínimo vigente para as pequenas despesas e de pagamento imediato;
- VI. Cuidar para que os contratos de voluntariado do pessoal de apoio – monitores e locutores - sejam sempre renovados.

Art. 21 - São atribuições do 2º Tesoureiro:

- I. Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o 1º Tesoureiro lhe confiar;
- III. Coordenar as atividades de busca de apoio cultural para a manutenção da emissora de rádio comunitária e de patrocínios e contratos para a Estação Digital e Provedor de Internet que acaso venham a ser implantados pela associação.

Art. 22 - São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- I. Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
- II. Solicitar ao Presidente e/ou Tesoureiro as medidas necessárias para a conservação e manutenção dos equipamentos da Rádio ARCA FM, da Estação Digital e Provedor de Internet;
- III. Zelar pela preservação do patrimônio da associação, tomando medidas administrativas junto aos estagiários, pessoal de apoio e voluntários;
- IV. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

Art. 23 - São atribuições do 2º Diretor de Patrimônio substituir o titular em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas funções.

Art. 24 - São atribuições do Diretor de Qualificação Profissional e Programação:

- I. Substituir o Diretor de Patrimônio em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Diretor de Patrimônio lhe confiar;
- III. Elaborar em conjunto com o Presidente a grade de programação da Rádio ARCA FM, convidando sempre que possível o locutor responsável pelo programa respectivo, zelando pelo seu fiel cumprimento;
- IV. Coordenar os cursos oferecidos pela Rádio e Estação Digital à comunidade local, especialmente aos jovens.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO FISCAL

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Art. 25 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada quatro anos pela Assembléia Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

Art. 26 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar a gestão financeira, sem interferência na aplicação do numerário;
- II. Opinar sobre os balancetes mensais e balanço anual, lançando sobre os mesmos o seu visto;
- III. Reunir-se ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, quando necessário.

Art. 27 - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas atribuições sem remuneração.

CAPÍTULO V ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 28 - A Assembléia Geral é constituída por todos os sócios, no pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 1º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

1. Ordinariamente, a cada um ano, para tomar conhecimento dos relatórios e Balanço das contas da Diretoria, discuti-los e votá-los, bem como resolver sobre quaisquer outros assuntos de interesse social, salvo emendas e reformas do estatuto.
2. Extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente, por proposta da Diretoria ou a requerimento de no mínimo 1/5 dos sócios.

§ 2º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente, podendo, no entanto ser requerida sua realização pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, instalando com a presença mínima de 1/5 (um quinto) de seus sócios em primeira convocação, e com qualquer número meia hora após, sendo suas deliberações tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, cuja convocação se dará com no mínimo 05 (cinco) dias.

§ 3º - As Assembleias Gerais Extraordinárias também serão convocadas pelo Presidente e na falta deste pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios, sempre que as necessidades exigirem, deliberando esta em primeira convocação com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados e em segunda e ultima convocação, meia hora após com qualquer número, devendo ser convocadas por edital e com o mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 4º - As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos em lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos, eleição de nova diretoria por renúncia de membros em exercício, dissolução da associação.

Art. 29 - Compete à Assembléia Geral:

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia



- I. Admitir e demitir sócios;
- II. Eleger por voto direto os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;
- III. Aceitar o pedido de renúncia voluntária de membros da Diretoria em exercício;
- IV. Destituir dos cargos por razões justas e graves, os membros da Diretoria em exercício;
- V. Tomar conhecimento e aprovar ou não as prestações de contas e demais atos da Diretoria;
- VI. Fixar as normas para admissão de patrocínio sob a forma de apoio cultural, de acordo com o Art. 18 da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, em caso de concessão de canal para prestação de serviço de radiodifusão comunitária;
- VII. Apreciar requerimentos formulados por sócios desde que recusados pela Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, obedecidas a exigência de requerimento subscrito por pelo menos 1/5 dos sócios quites.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 30 - O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Art. 31 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei que rege a matéria.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Art. 32 - O patrimônio social será constituído das contribuições dos sócios da Associação, doações, subvenções, convênios e contratos, legados e do apoio cultural recebido nos programas transmitidos pela Rádio Comunitária ARCA FM, da qual a Associação é detentora, em caso de concessão.

Art. 33 - A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

CAPÍTULO VIII

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 34 - O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 35 - No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPÍTULO IX

DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Art. 36 - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, e só poderá ser tomada após instalação da Assembleia por 2/3 (dois terços) dos sócios, com deliberação de quorum qualificado de metade mais um de seus sócios.

Art. 37 - A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 38 - No caso de extinção, competirá à Assembleia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante, assim como o Conselho Fiscal que permanecerá funcionando durante o período de liquidação.

Art. 39 - Em caso de extinção da Associação os bens serão doados a entidades congêneres a partir da deliberação da Assembleia Geral em reunião extraordinária.

CAPÍTULO X **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 40 - O estatuto desta Associação poderá receber alterações desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização, devendo apresentar ao poder concedente para fins de registro e controle os atos que caracterizam as alterações devidamente averbados ou registrados dentro de trinta dias contados de sua efetivação.

Parágrafo Único - A reforma dos Estatutos somente será feita pela Assembleia Geral Extraordinária, com convocação específica e com quorum de instalação de 1/3 (um terço) dos associados na primeira convocação ou com 1/5 (um quinto) na segunda e última convocação 01 (uma) hora após, devendo sua deliberação ocorrer por maioria simples dos presentes.

Art. 41 - A Associação aplicará o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, aplicando também, as suas rendas integralmente no País.

§ 1º - A Associação não remunera por qualquer forma ou título, nem concede vantagens ou benefícios, os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores e associados sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 2º - A Associação arcará com as despesas realizadas pelos membros da Diretoria em exercício de suas funções, sob a forma de ressarcimento.

§ 3º - Para as atividades burocráticas, de gestão, junto à ARCA a Diretoria Executiva da associação poderá escolher um Secretário Executivo, sem, contudo, ser o mesmo integrante da Diretoria.

Art. 42 - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembleia Geral para apreciação.

Endereço: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

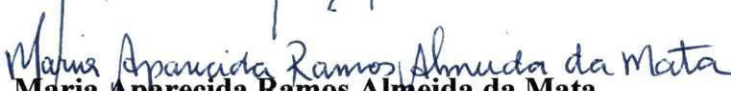
Art. 43 - Fica eleito o foro da cidade de Angical, Estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste estatuto.

Art. 44 - Ficam ratificados todos os atos até esta data praticados pelos dirigentes e conselheiros da entidade, desde a sua fundação ocorrida em data de 09 de julho de 1998.

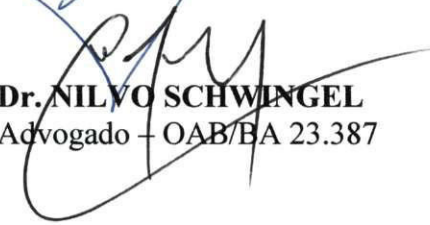
Art. 45 - O estatuto entrará em vigor a partir da data do mesmo.

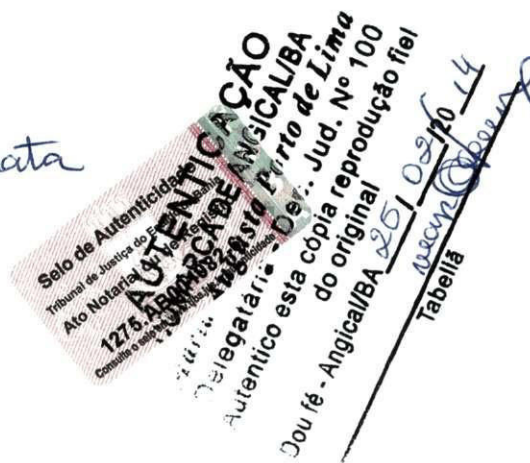
Angical/BA, 08 de Janeiro de 2011.


Edilson Nascimento da Paixão
Presidente


Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata
Secretária


Rosinei de Oliveira e Silva
Tesoureiro


Dr. NILVO SCHWINGEL
Advogado - OAB/BA 23.387



CÓPIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Angical/BA, 18 de Fevereiro de 2014

EXTRATO DE REFORMA ESTATUTÁRIA



Altera-se a redação do artigo 3º, a qual passa a ser a seguinte:

Art. 3º - A Associação terá como objetivo a exploração, execução e instalação de serviço de radiodifusão comunitária sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA, propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção:

Altera-se a redação do artigo 6º que passa a ser a seguinte:

Art. 6º - São considerados sócios, independentemente do pagamento de qualquer valor financeiro para ingresso, todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes ou sediados na área de atuação de prestação do serviço da Associação Radiodifusão Comunitária de Angical mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

Altera-se a redação do § 1º e alínea 'a' do artigo 7º que passa a ser a seguinte:

Art. 7º - [...]

§ 1º. - São direitos dos sócios contribuintes, seja pessoa física ou jurídica, esta por meio de seu representante legal:

a) Ter voz e voto em todas as reuniões e assembleias e deliberações sobre a vida social da entidade, votando e sendo votado na eleição para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano;

Altera-se a redação do artigo 10 que passa a ser a seguinte:

Endereco: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

Art. 10 – As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida uma única reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa


Edimilson Nascimento da Paixão
(Presidente)


Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata
Secretária


Rosinei de Oliveira e Silva
Tesoureiro


Dr. NILVO SCHWINGEL
Advogado – OAB/BA 23.387



Endereco: Praça da Bandeira, nº 29 - CEP: 47.960-000 - Angical/Bahia

ARCA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Aos 18 (dezoito) dias do mês de Fevereiro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:00 horas, em 2ª e última convocação, na sede da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, à Praça da Bandeira, 29, na cidade de Angical, sob a presidência do Sr. Edinildon Nascimento da Paixão e como secretária eu, Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata, reuniram-se sócios da ARCA para Assembleia Geral Extraordinária convocada por meio de Edital publicado, para o fim específico de reforma estatutária e eleição de diretor. Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e solicitou que assinassem no livro de presença respectivo. Ato seguinte o Presidente explicou que recebeu Nota Técnica nº 3435/2013/CGRC/SCE-MC do Ministério das Comunicações, pela qual determina o cumprimento de exigências como reforma do estatuto e esclarecimento acerca do diretor Agnaldo de Oliveira Lopes, para fins de renovação da outorga de prestação do serviço de radiodifusão comunitária. **Reforma Estatutária** – Foram esclarecidos os pontos reclamados pelo Ministério das Comunicações. Apresentadas as propostas, foram feitas as seguintes alterações no estatuto da entidade: **Altera-se a redação do artigo 3º, a qual passa a ser a seguinte:** "Art. 3º - A Associação terá como objetivo a exploração, execução e instalação de serviço de radiodifusão comunitária sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA, propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção:" **Altera-se a redação do artigo 6º que passa a ser a seguinte:** "Art. 6º - São considerados sócios, independentemente do pagamento de qualquer valor financeiro para ingresso, todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes ou sediados na área de atuação de prestação do serviço da Associação Radiodifusão Comunitária de Angical mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade". **Altera-se a redação do § 1º e alínea a do artigo 7º que passa a ser a seguinte:** "§ 1º - São direitos dos sócios contribuintes, seja pessoa física ou jurídica, esta por meio de seu representante legal: a) Ter voz e voto em todas as reuniões e assembleias e deliberações sobre a vida social da entidade, votando e sendo votado na eleição

Edinildon

Almeida

Almeida

Almeida

para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano;”. *Altera-se a redação do artigo 10 que passa a ser a seguinte:* “Art. 10 – As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida uma única reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa”. Feita a reforma estatutária será a mesma inserida no estatuto da entidade. **Situação do Diretor** – Pelo Presidente foi esclarecido que a Nota Técnica do Ministério das Comunicações pede esclarecimentos acerca do fato do 2º Diretor de Patrimônio Agnaldo de Oliveira Lopes figurar como presidente de entidade religiosa. Sobre esse assunto foi esclarecido pelo próprio Agnaldo de Oliveira Lopes que na época da eleição da ARCA desconhecia o fato impeditivo de ser diretor da entidade por estar presidente do tempo religioso do Vale do Amanhecer, tanto que não levou ao conhecimento da entidade tal fato e que para não prejudicar o interesse maior da ARCA que é a manutenção do serviço público de radiodifusão comunitária requeria o seu desligamento da função de 2º Diretor de Patrimônio da entidade. Colocada em discussão por todos os presentes foi acatado o desligamento do diretor Agnaldo de Oliveira Lopes do quadro diretivo da ARCA. Em razão da vacância do diretor supracitado procedeu-se a nova eleição complementar para suprir a vaga, sendo eleito por todos os presentes para ocupar a vaga de 2º Diretor de Patrimônio da ARCA **LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO**, portadora do CPF nº 012267425-13 e CI RG nº 1255374500 SSP/BA, que imediatamente tomou posse no cargo, com mandato coincidente com os demais que foram eleitos em 08.01.2011 para um mandato até 08.01.2015 por ser um mandato complementar. A nova diretora agradeceu a confiança nela depositada, apesar de que dificilmente conseguirá desempenhar à altura o trabalho antes desenvolvido pelo diretor sucedido Agnaldo. **Nova programação** - O presidente Edinildon Nascimento da Paixão explicou que buscando a melhoria dos serviços da emissora mantida pela associação, será feita uma formulação na grade de programação da ARCA FM 87,9, com novos parceiros, cujos programas serão incluídos já no início do mês de março e contemplarão assuntos da área do direito, informação, notícias, música sertaneja, bem assim entrevistas, ficando ainda reservado o espaço para a transmissão do Programa “A Voz do Brasil”. De igual forma restou garantido na grade de programação um horário voltado para a Administração Pública Municipal, como, aliás, já vinha sendo garantido, mas que o poder público executivo não se importa em utilizar tal espaço, a exemplo

SEI 53000.025604/2012-77 / pg. 208



DECLARAÇÃO

Eu, AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES, portador da C.I. RG: 5031609 SSP/BA e CPF: 493.824.545-00, residente na Rua São Lucas nº 36, Bairro novo Angical, na cidade de Angical-Bahia. Declaro para os fins que se fizerem necessário, que buscando contribuir com a Renovação de Outorga para funcionamento da rádio ARCA FM, renuncio o meu cargo de segundo Diretor de Patrimônio da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical.

Sem mais firmo a presente,

Angical, 18 de Fevereiro de 2014

AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"		REGISTRO GERAL 12553745 00 DATA DE NASCIMENTO 26/03/2008 NOME LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO FILIAÇÃO VALDEMIR JOSE ALVES DILMA DA SILVA ALVES NATURALIDADE ANGICAL BA DOB. ORDEM CER-CAS CM-ANGICAL BA DST-SEDE L-BA4 F-033 R-000916 CPF 012267425 13 VALOR DO D.T. 13	
 POL. EL. DIREITO ASSINATURA DO TITULAR Lusiane da Silva Alves Porto CARTEIRA DE IDENTIDADE		Rubrica LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

012.267.425-13

Nome
LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO

Nascimento
13/12/1981

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Julho 2006

CORREIOS
www.correios.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO		POLEGAR DIREITO	
DATA DE NASCIMENTO 13/12/1981	N.º INSCRIÇÃO 086714130590	ZONA 126	SEÇÃO 0005
MUNICÍPIO / UF ANGICAL / BA	DATA DE EMISSÃO 03/05/2006		
JUIZ ELEITORAL		ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR Lusiane da Silva Alves Porto	
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL		VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL	

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

078133564

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

08/2013 5 0198 8 01.0018.2.0002.0235.0

Nome/Endereço para entrega
DILMA DA SILVA ALVES

RU DES CLAUDIONOR RAMOS, 235
ANGICAL CENTRO CEP - 47.960-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Consumo m³ Período de Consumo
A00S218331 2348 2336 30 03/06 A 03/07

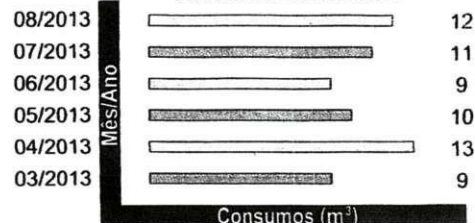
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura
RU DES CLAUDIONOR RAMOS, 235 CENTRO 03/07 16/07/2013
ANGICAL

Especificação Valores em R\$
CONS. AGUA 12M3 30,04



01/08/2013

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

30,04

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)
RESIDENCIAL 1 UNIDADE
ATE 10 MINIMO 10 19,28
> 10 5,38 2 10,76

ESGOTO(% água) VL. Total

TOTAL AGUA 30,04 30,04
0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CALCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS	30,04	1,250	0,37
	COFINS		5,780	1,73

PRÁTICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO PROTEGEM OS TRABALHADORES DE ACIDENTES E DOENÇAS-TRT5-BA.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analizadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0010	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0010	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0014	0000	0000
Escherichia Coli - (*)	0014	0000	0000
Coliformes Termotolerantes - Ausente			

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor (**): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.
(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.
(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Dúvidas: (71) 3373-7797.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Condições gerais de prestação de serviços: Lei Federal 11.445/07, Lei Estadual 11.172/08, Decreto 7.765/00 e Resolução nº 001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC 0001

(Apartamentos/casas/salas)

Consumo Médio por Unidade (m³)

Consumo Médio Mensal / Ligação

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E



Ministério das Comunicações - SCE
Pis. 205
Rubrica 4

ARCA **FM**
RÁDIO 87.9 COMUNITÁRIA
ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL
End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89



Ao: Senhor SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
DD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
70.044-900 - BRASÍLIA/DF

26 FEV 2014



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

206
J.

Identificação do Processo

Número: 53000.025604/2012 Localidade / UF: ANGICAL/BA
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:


1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 08
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 12
3. CNPJ válido e atual: f. 09
4. Estatuto: f. 23, 32
5. Ata de eleição: f. 21
6. Relatório Conselho Comunitário: f. 13-15, 181-182
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: f. 06, 50, 66, 74-80, 81, 86, 92, 98, 104, 183

CONSTATAÇÕES:

- a. O processo está completamente instruído.
- b. O Estatuto encontra-se adequado à Norma 1/2011.
- c. Notou-se, contudo, a presença de elementos indicadores de possíveis vínculos político partidários.

CONCLUSÃO:

- Elaborada NT 1453/2014 solicitando esclarecimentos.
- Elaborado Memo nº. 149/2014 encaminhando documentos à CGAO.
- Os documentos que dão subsídio à constatação de possível vínculo acompanham este parecer.



Tácio Neves Frota Souza



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ANA CLAUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA (título eleitoral: 087341710590)** é **1º - VOGAL (exercício 19/09/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSC - 20 PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - ANGICAL/BA**
Vigência: **Início: 19/09/2011 Final: Indeterminada**
Código: **K+ML.7XIY./JVD.WWUR.**
Certidão emitida às: **07/04/2014 17:54:22**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **CARLITO AMORIM PEIXOTO (título eleitoral: 009455450507)** foi **MEMBRO EFETIVO DO DIRETÓRIO (exercício 13/03/2010 a 19/12/2013)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PT - 13 PARTIDO DOS TRABALHADORES**
Orgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - ANGICAL/BA**
Vigência: **Início: 13/03/2010 Final: 19/12/2013**
Código: **TZ75.+H/D.CMAT.RBLZ.**
Certidão emitida às: **07/04/2014 17:58:21**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



209
J

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 2402 / 2014/CGRC/SCE-MC

Brasília,

9 de julho

de 2014.

Ao(A) Senhor(a)

EDINILDON NASCIMENTO PAIXÃO

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ANGICAL - ARCA**

Praça da Bandeira, nº. 29, Centro
47.960-000 / Angical - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.025604/2012-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.025604/2012-77**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical/BA**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1453/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



210
F. J.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1453/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53640.001780/1998.
Processo de Renovação nº **53000.025604/2012-77**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ANGICAL - ARCA** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo bem como consulta ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, encontrou-se indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em potencial infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98. Os fatos que dão suporte à afirmativa acima são:

- I. A 2ª Tesoureira da entidade (Sra. ANA CLÁUDIA DE ALMEIDA OLIVEIRA) é 1ª Vogal de órgão partidário (Partido Social Cristão – PSC) a nível municipal;
- II. O 2º Conselheiro Fiscal (Sr. CARLITO AMORIM PEIXOTO) é membro efetivo do Diretório, a nível municipal, de partido político (Partido dos Trabalhadores – PT).

3. Como os fatos acima podem representar agressão à Lei nº. 9.612/1998, em respeito aos direitos humanos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, garantidos pela Constituição da República, este Ministério abre prazo para que a entidade apresente as razões entendidas como pertinentes.

CONCLUSÃO

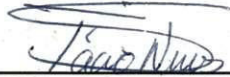
4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos elencados nos itens acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

53000.025604/2012-77/CGRC

5. Esclarecemos ainda que a constatação de vínculo com outra entidade poderá ensejar a não renovação da outorga.

À consideração superior.

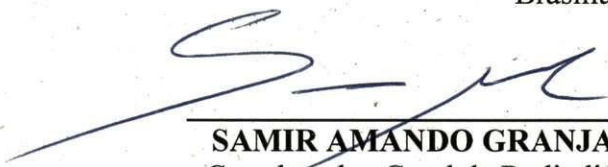
Brasília, 07 de abril de 2014.



TÁCIO NEVES FROTA SOUZA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1453/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 9 de abril de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.025604/2012-77**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 31 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 31/07/2014, às 09:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0063663** e o código CRC **D3F206F3**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 08 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 08/08/2014, às 16:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0077437** e o código CRC **13006CF7**.

93900.006349/2014-81

Ao Senhor:

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, R, 3º andar

70.044-900 – BRASÍLIA/DF

Senhor Coordenador,

Pelo presente, venho encaminhar os documentos solicitados, em resposta ao Ofício nº 2402/2014/CGRC/SCE-MC, de 09.04.2014, extraído do Processo nº 53000.025604/2012-77, recebido por esta entidade em 29.05.2014, através do qual essa Coordenadoria Geral nos notifica para que sejam tomadas providências e encaminhada documentação de acordo com a Nota Técnica nº 1453/2014/CGRC/SCE-MC para regularização de pendências.

Insta informar que essa entidade tem diligenciado no sentido de providenciar dentro do prazo a documentação necessária para viabilizar o andamento no processo de renovação de Outorga de nossa emissora.

Assim, vimos pelo presente apresentar a documentação exigida com medidas tomadas, substituindo os membros em questão na NT a fim de atender as exigências legais.

Atenciosamente,


Edinildon Nascimento da Paixão
Diretor Presidente

07-07-14

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC



POLEGAR DIREITO



Kedma Francisca Alves N. Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 07338876 94

DATA DE EXPEDIÇÃO 06/04/2000

NOME KEDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS
OLIVEIRA

FILIAÇÃO

ANTONIO PEREIRA DE NOVAIS
MARLUCE ALVES DE NOVAIS

NATURALIDADE

ANGICAL BA

DATA DE NASCIMENTO

04/10/197

DOC ORIGEM CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE

L-BA3 F-143 R-00053

CPE 608709405 97

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CTC SALVADOR BA TTO - AMARRADOS

KEDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS OLIVEIRA
RUA JOAQUIM TEOTONIO DE AMEIDA, S/N CASA SAO JORGE
47696-000 ANGICAL BA



TGS 00008447
CASE10102012



TELEMAN NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 000157142 SERIE UNICA
RUA SILVEIRA MARTINS, 355 - SALVADOR - BA CEP: 41150-900
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/4



CTC JAGUARE SPM PL10

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA
RUA CEL ALFREDO JACOBINA, 93
CENTRO
47960-000 ANGICAL-BA



7213512820450780000014323730280414

SEQUENCIAL: 000276539 - 08

Referência

ABRIL /2014

Telefone

(77) 3622-2218

Vencimento

08/05/2014

Total a pagar

R\$ 77,18

Resumo da sua fatura

	OI FIXO.....	R\$	43,11
	OUTROS PACOTES E SERVIÇOS MENSAIS		43,11
	OI VELOX	R\$	29,89
	OFERTA VELOX E SERVIÇOS DE BANDA LARGA		29,89
	ASSINATURA VELOX		
+	EXCEDENTES, OUTROS SERVIÇOS E TAXAS	R\$	4,18
	LIGAÇÕES FIXO-FIXO		0,03
	LIGAÇÕES FIXO-MÓVEL		1,49
	OUTROS VALORES		2,66

TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.
Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi pra não deixar dúvidas pra você. Saiba mais no verso.

SUA CONTA ESTÁ EM DÉBITO AUTOMÁTICO?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.



TELEMAN NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 000157142 SERIE UNICA
RUA SILVEIRA MARTINS, 355 - SALVADOR - BA CEP: 41150-900
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA
TELEFONE/CONTRATO: 36222218 CJ 0 SU 3
CONTA 04/2014 LOCAL 1982 DV 2

84660000000-0 77180024040-6 13019820362-7 22218031404-9

FATURA N.: 1600161694629
VENCIMENTO: 08/05/2014

ARCA
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Aos 17 (dezessete) dias do mês de Junho do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:20 horas, em 2ª e última convocação, na sede da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, à Praça da Bandeira, 29, na cidade de Angical, sob a presidência do Sr. Edinildon Nascimento da Paixão e como secretária eu, Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata, reuniram-se sócios da ARCA para Assembleia Geral Extraordinária convocada por meio de Edital publicado, para o fim específico de eleição de diretores. Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e solicitou que assinassem no livro de presença respectivo. Ato seguinte o Presidente explicou que recebeu Ofício nº 2402/2014/CGRC/SCE-MC, encaminhando Nota Técnica 1453/2014/CGRC/SCE-MC do Ministério das Comunicações do Processo de Renovação de Outorga nº 53000.025604/2012-77, pela qual determina o cumprimento de esclarecimento acerca da suplente de diretoria de finanças Ana Cláudia e do conselheiro fiscal Carlito, para fins de renovação da outorga de prestação do serviço de radiodifusão comunitária, pois os mesmos são dirigentes partidários, havendo necessidade de regularizar tal pendência. Foi esclarecido pelo presidente que os dirigentes e ele próprio desconheciam essa situação e para evitar prejuízos à emissora, a dirigente Ana Cláudia de Almeida Oliveira e o conselheiro Fiscal Carlito Amorim Peixoto renunciaram aos seus respectivos cargos. Ato seguinte foi colocada a necessidade de suprir a vacância dos cargos e se colocaram como candidatos para 2ª Tesoureira a senhora KÉDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS OLIVEIRA, portadora da CI RG nº 0733887694 SSP/BA e CPF nº 608709405-97, residente e domiciliada na Rua Cel. Joaquim Theotônio de Almeida, s/nº, Bairro São Jorge, na cidade de Angical/BA, e para 2º Titular do Conselho Fiscal o jovem JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA, portador da CI RG nº 1327407531 SSP/BA e CPF nº 022087125-60, residente e domiciliado na Rua Alfredo Jacobina, 93, Centro, em Angical/BA. Colocada em votação, pela unanimidade dos presentes foram eleitos os candidatos em seus respectivos cargos, de logo tomando posse, com mandato coincidente com os demais que foram eleitos em 08.01.2011 para um mandato até 08.01.2015 por ser um mandato complementar. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente da qual se lavrou esta ata e que será devidamente

112

assinada pelo Advogado, pela secretária da assembleia e pelos diretores titulares, sem prejuízo das assinaturas dos demais sócios em livro de presença.

[Assinatura]
Edinildon Nascimento da Paixão
Presidente

[Assinatura]
Maria Aparecida R. A. da Mata
Secretária

[Assinatura]
Rosinei de Oliveira e Silva
Tesoureiro

[Assinatura]
Ferezinha Eloísa Batista Alves
1º Conselho Fiscal

Empressados:

[Assinatura]
Kédma Francisca A. N. Oliveira

2ª Tesoureira

[Assinatura]
Jerverson Fernandes Santos de Souza

2º Titular do C. Fiscal

[Assinatura]
Dr. Nilvo Schwingel
Advogado OAB-BA 23.387

[Assinatura]
Caronheco a(s) firma(s) verdadeira(s)
assinada(s) com a(s) seta(s):
Angical, 27/06/2014
[Assinatura]



2/2

DESTINATÁRIO:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COORDENAÇÃO – GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

ESPLANADAS DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR.

CEP: 70044-900 - BRASILIA - DF





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE ANGICAL (ARCA)

CNPJ: 02.859.224/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:16 do dia 22/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9253/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.025604/2012-77**

Processo de Outorga nº: 53640.001780/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

II) Cópias do CPF e cédula de identidade (ou de algum dos documentos listados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334/2015-SEI-MC) de todos os diretores da entidade, para fins de comprovação de nacionalidade e maioria. **NÃO** será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no §4º do artigo 22.

III) Comprovante do registro da Ata de 18/02/2014, quando promoveu alteração estatutária e substituição de membro da diretoria.

3. No que se refere à composição da diretoria, informamos que a entidade deverá observar as restrições impostas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III", "25-III", "25-§2º-I e II" e "132-III" da Portaria nº 4334, que, se desrespeitadas, ocasionarão o indeferimento da renovação da outorga:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações

financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;

d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou

e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I - não tenha sido observado o prazo do §4º do art. 131;

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;

III - constatada a existência de vínculo;

IV - o estatuto social atualizado não observa os requisitos do art. 40 desta Portaria; e

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 12/05/2016, às 16:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no**



Estado de São Paulo, em 13/05/2016, às 09:53, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1083610** e o código CRC **C6235289**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 13241/2016/SEI-MC

São Paulo, 10 de maio de 2016.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)
Praça da Bandeira nº 29 - Centro
47960-000 / Angical - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.025604/2012-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **9253/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.025604/2012-77**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no



Estado de São Paulo, em 13/05/2016, às 09:53, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1083689** e o código CRC **0F3830D2**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 13241/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)

Praça da Bandeira nº 29 - Centro

47960-000 / Angical - BA

PAIS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.025604/2012-77.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

J. Agnaldo Oliveira

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

24/05/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

J. Agnaldo Oliveira
89250397

24 MAI 2016

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	(CÓDIGO DE REGISTRO DO OBJETO)
	JO 09698633 5 BR		
DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE _____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE POSTE _____		_____ : h	_____ : h
PREENCHER COM ASSINATURA		_____	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR _____			
ENDEREÇO _____			
CIDADE / LOCALIDADE _____			
FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680			

SÃO PAULO
 17 MAR 2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
**DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO
 ESTADO DE SÃO PAULO**
 RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA
 CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP
 FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
 RETOUR

UF
 BRASIL

Of. nº ____/2016
Angical - BA, 17 de Junho de 2016.

53900.039172/2016-61
23/06/2016

Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

A/C Sr. Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão
Delegado Regional

Ofício : 13241/2016/SEI-MC
Referência : Processo nº : 53900.025604/2012-77
Nota Técnica : 9253/2016/SEI-MC
Localidade : Angical - BA

Prezado Senhor,

A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL - ARCA, por seu representante legal, vem mui respeitosamente, em resposta ao ofício supracitado, encaminhar, em anexo, a documentação elencada no item 2, incisos I, II e III, da Nota Técnica em referência.

Quanto à exigência do item 3 NT (composição da diretoria e restrições), informamos que a nossa entidade está em conformidade ao Art. 11º da Lei nº 9612/1998 c/c os artigos "7º-III"; "25º-III", "25º§2º-I e II", e 132º-III da Portaria nº 4334.

Sem mais, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,


Agnaldo de Oliveira Lopes
Presidente
CPF nº 493.824.545-00



ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DE ANGICAL

End.: Praça da Bandeira, nº 29 - Centro - Tel.: 622.2014 - Angical - Bahia
CEP 47.960-000 - CNPJ 02.859.224/0001-89

ARCA

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPÓTECA

Forum Des. Justino Telles, Rua Adilson Passos, 01 - Angical - Bahia

Armandina Pereira de Araújo Aquino
Oficial do Registro Designada
Port. 07/2012

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL



Aos 11 (onze) dias do mês de **Março** do ano de **2015** (dois mil e quinze), às **19:40 horas**, em segunda e última convocação, nas dependências do Centro Comunitário Padre Antônio Neto, na cidade de Angical, Estado da Bahia, foi realizada a assembleia geral para Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical – ARCA, para o quadriênio 2015/2019. O presidente da entidade senhor Edinildon Nascimento da Paixão agradeceu a presença de todos, registrou a importância dessa assembleia e resgatou a sua participação à frente da entidade nos períodos em que atuou como presidente. Ressaltou que a entidade e a emissora são compostas por um grupo de pessoas e as derrotas e situações negativas não podem ser atribuídas somente a ele como presidente, mas a todos os diretores e sócios, além do que os dirigentes são pessoas voluntárias, que dispensam tempo de suas vidas para dedicarem à emissora. Nos dez anos de fundação da entidade Angical ganhou muito porque tem uma emissora estruturada e que é um canal de comunicação da comunidade. O diretor Rosinei Silva lembrou que quando Edinildon assumiu a presidência a emissora não tinha estrutura como está hoje e isso foi reflexo de sua atuação. Em seguida o presidente pediu para que lesse o edital de convocação o qual fora devidamente na emissora Arca FM, igrejas e afixados em locais de fácil acesso, além do que todos os sócios foram convocados a comparecer mediante convites entregues. A pauta da assembleia foi composta de **apreciação e aprovação do relatório de atividades da gestão 2013/2014; apreciação das contas mediante parecer do Conselho Fiscal**. O presidente Edinildon fez um balanço do relatório de atividades de gestão do período de 2013/2014, bem assim das contas da entidade. Após, foi também falado das dificuldades pelas quais passa a emissora para se manter, principalmente acerca da manutenção da grade de programação. A associação fizera parceria com a prefeitura municipal para que a mesma pudesse estar divulgando as ações da administração e como contrapartida deveria ela repassar determinada quantia como apoio cultural para suportar as despesas da entidade, no entanto o Executivo fez somente um pagamento, estando em aberto vários meses. A Câmara de Vereadores também mantém um apoio cultural com a divulgação de suas sessões e ações legislativas. Foi informado da legalidade da entidade junto aos órgãos públicos, principalmente quanto à outorga junto à Anatel/Ministério das Comunicações. Ao contrário do que acontece com outras emissoras a Arca FM não sofreu nenhuma penalidade e nem a entidade fora processada judicialmente por alguma transgressão. A outorga encontra-se vencida, porém foi pedido desde 2012 e a não renovação é um problema que tem ocorrido não somente com a ARCA FM, mas com centenas de rádios comunitárias Brasil afora. Junto à Anatel a rádio precisava fazer um cadastro para alimentação do banco de dados junto à agência reguladora, mas as providências preliminares já foram tomadas de modo a não prejudicar a emissora. **Processo eleitoral** – O presidente da ARCA informou que apesar de ter ficado aberto prazo para registro na secretaria da emissora, somente uma chapa se inscreveu para as eleições da entidade. Assim, foi apresentada

BA80686322

uma proposta de chapa eleitoral para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 4 (quatro) anos, de 11.03.2015 a 11.03.2019, a qual foi, na forma do artigo 10 do estatuto social, aceita por unanimidade pela assembleia, ficando assim constituída: **DIRETORIA EXECUTIVA** – Presidente: **AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES**, portador do CPF nº 493824545-00 e Identidade nº 5031609 SSP/BA; Vice-Presidente: **EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO**, portador do CPF nº 434853405-53 e Identidade nº 4204227 SSP/BA; 1ª Secretária: **JOSETE SANTOS DINIZ**, portadora do CPF nº 493833105-53 e Identidade nº 0525229388 SSP/BA; 2ª Secretária: **FERNANDA DIAS RIBEIRO**, portadora do CPF nº 204913875-04 e Identidade nº 0267144776 SSP/BA; Tesoureiro: **LUIZ VIANA DINIZ**, portador do CPF nº 472154455-34 e Identidade nº 0439454220 SSP/BA; 2º Tesoureiro: **KÉDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 608.709.405-97 e Identidade nº 0733887694 SSP/BA; Diretor de Patrimônio: **WAGNER RAMOS DE OLIVEIRA**, portador do CPF nº 576681835-15 e Identidade nº 648185788 SSP/BA; 2º Diretor de Patrimônio: **JOSÉ ELISELTON OLIVEIRA SOUZA**, portador do CPF nº 607610755-34 e Identidade nº 0777341735 SSP/BA; Diretor de Qualificação Profissional e Programação: **JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA**, portador do CPF nº 022087125-60 e Identidade nº 1327407531 SSP/BA; **CONSELHO FISCAL** – Titulares: **ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA**, portador do CPF nº 608689025-00 e Identidade nº 0734302690 SSP/BA; **EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA**, portador do CPF nº 989239275-20 e Identidade nº 0904346331 SSP/BA e **TEREZINHA ELOIZA BATISTA ALVES**, portadora do CPF nº 675149525-00 e Identidade nº 0553359770 SSP/BA, além dos Suplentes: **PEDRO ONÉSIO JOSÉ FERREIRA**, portador do CPF nº 122355635-20 e Identidade nº 0736834001 SSP/BA; **MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA DA MATA**, portadora do CPF nº 005938625-89 e Identidade nº 1119030250 SSP/BA e **LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO**, portador do CPF nº 012267425-13 e Identidade nº 1255374500 SSP/BA. Feita a eleição, os eleitos foram empossados nos seus respectivos cargos. O presidente eleito Agnaldo de Oliveira Lopes usou da palavra para agradecer pela escolha. O novo presidente disse que com a saída de Edinildon no dia a dia da emissora em razão de sua ocupação profissional houve certa perda de simplicidade e credibilidade, mas pretende à frente da entidade fortalecer esta e a emissora, buscar mais apoio cultural para a sua manutenção e que a sua humildade estará à disposição para o engrandecimento, mesmo porque estará ao lado do ex-presidente. Enalteceu o papel dos locutores como Claudinha que vem desde o início da emissora e isso tem que ser incentivado. O trabalho voluntário deve ser incentivado. Não tendo mais nenhuma contribuição e ou contestação a registrar, foi esta ata lavrada por mim Josafá Ramos de Oliveira, que fui convidado a secretariar os trabalhos, que a tudo presenciei, registrei, dou fé e assino juntamente com presidente, secretária, tesoureira e advogado

Reconheço a(s) firma(s) verdadeira(s)
assinada(s) com a(s) seta(s):

Agnaldo Oliveira Lopes
AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES
Presidente

Josete Santos Diniz
JOSETE SANTOS DINIZ
1ª Secretária

Luis Viana Diniz
LUIZ VIANA DINIZ
Tesoureiro

Josafá Ramos de Oliveira
JOSAFÁ RAMOS DE OLIVEIRA
Secretário da Assembleia

Nilvo Schwengel
Nilvo Schwengel - Advogado OAB/BA 23.387

1294.45871410-5
Autenticação
MARCENE BOMBA DA SILVA - TABELIA
MARCENE BOMBA DA SILVA - TABELIA
MARCENE BOMBA DA SILVA - TABELIA
MARCENE BOMBA DA SILVA - TABELIA

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1276.AB006388-6

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1276.AB006387-8

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**

Forum Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical-BA

Título apresentado na data de 29/04/2015
Protocolado: Livro nº A nº 02 fls. 105/106 nº 3213
Matriculado: Livro nº A 03/04 fls. 39/167 nº 0044
Registro: Civil das Pessoas Jurídicas
Averbação nº A2-4-0044 fls. 39/167
Auxiliar: Livro 03-A fls. — nº —
Angical-BA 29/04/2015

Armandina Perote de Araújo Aquino
Oficiala do Registro Designada
Port. 07/2012

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS

Forum Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical-BA

Armandina Perote de Araújo Aquino
Oficiala do Registro Designada
Port. 07/2012

Selo de Autenticidade

Cartório de Registro de Imóveis do Estado da Bahia

Ato Notarial ou do Registro

1273.AB001026-5

Consulte o selo em www.jba.ba.br/autenticidade

1º OFÍCIO DE NOTAS

BARREIRAS-BA

COPIA CONFERE COM ORIGINAL DOU FÉ

16 JUN. 2016

BRUNO ROSA DA SILVA - TABELIA
MARCOS OESTERRO F. DA SILVA - TABELIA SUBST.
MARCIA DI S SANTOS PEREIRA MOUTO - ESC. AUTORIZADO
WASHINGTON FERREIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADO

1294.AB871411-3
Autenticação
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Consulte o selo em www.tjba.ba.br/autenticidade

Armandina Pereira da Assis Aquino
Oficial do Registro Designada
Port. 07/2012

ARCA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Aos 18 (dezoito) dias do mês de Fevereiro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 20:00 horas, em 2ª e última convocação, na sede da Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, à Praça da Bandeira, 29, na cidade de Angical, sob a presidência do Sr. Edinildon Nascimento da Paixão e como secretária eu, Maria Aparecida Ramos Almeida da Mata, reuniram-se sócios da ARCA para Assembleia Geral Extraordinária convocada por meio de Edital publicado, para o fim específico de reforma estatutária e eleição de diretor. Na abertura dos trabalhos o Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e solicitou que assinassem no livro de presença respectivo. Ato seguinte o Presidente explicou que recebeu Nota Técnica nº 3435/2013/CGRC/SCE-MC do Ministério das Comunicações, pela qual determina o cumprimento de exigências como reforma do estatuto e esclarecimento acerca do diretor Agnaldo de Oliveira Lopes, para fins de renovação da outorga de prestação do serviço de radiodifusão comunitária. Reforma Estatutária - Foram esclarecidos os pontos reclamados pelo Ministério das Comunicações. Apresentadas as propostas, foram feitas as seguintes alterações no estatuto da entidade: *Altera-se a redação do artigo 3º, a qual passa a ser a seguinte: "Art. 3º - A Associação terá como objetivo a exploração, execução e instalação de serviço de radiodifusão comunitária sonora, com a finalidade de atender aos moradores da comunidade de Angical/BA, propondo ainda a desenvolver os seguintes objetivos para viabilidade de seu funcionamento e manutenção:"* *Altera-se a redação do artigo 6º que passa a ser a seguinte: "Art. 6º - São considerados sócios, independentemente do pagamento de qualquer valor financeiro para ingresso, todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes ou sediados na área de atuação de prestação do serviço da Associação Radiodifusão Comunitária de Angical mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade".* *Altera-se a redação do § 1º e alínea 'a' do artigo 7º que passa a ser a seguinte: "§ 1º. - São direitos*

de contribuintes, seja pessoa física ou jurídica, esta por meio de seu representante legal: a) Ter voz e voto em todas as reuniões e assembleias e deliberações sobre a vida social da entidade, votando e sendo votado na eleição

16 JUN. 2014
1294.AB871406-7
Autenticação
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia
Selo de Autenticidade
MARIENE ROSA DA SILVA
MARIA DO DESTERRO F. DA SILVA - 1
MAYSA DOS SANTOS PEREIRA MOUTO - 2
WASHINGTON FERREIRA DA SILVA - 3

para membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, desde que quites com suas obrigações pecuniárias e sociais e estejam associados a pelo menos 06 (seis) meses, sendo que para ser votado necessitará de estar associado a pelo menos 01 (um) ano;". *Altera-se a redação do artigo 10 que passa a ser a seguinte:* "Art. 10 - As eleições para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, permitida uma única reeleição, e dar-se-á por votação direta e secreta em havendo mais de uma chapa, e por aclamação no caso de apresentar somente uma chapa". Feita a reforma estatutária será a mesma inserida no estatuto da entidade. **Situação do Diretor** - Pelo Presidente foi esclarecido que a Nota Técnica do Ministério das Comunicações pede esclarecimentos acerca do fato do 2º Diretor de Patrimônio Agnaldo de Oliveira Lopes figurar como presidente de entidade religiosa. Sobre esse assunto foi esclarecido pelo próprio Agnaldo de Oliveira Lopes que na época da eleição da ARCA desconhecia o fato impeditivo de ser diretor da entidade por estar presidente do tempo religioso do Vale do Amanhecer, tanto que não levou ao conhecimento da entidade tal fato e que para não prejudicar o interesse maior da ARCA que é a manutenção do serviço público de radiodifusão comunitária requeria o seu desligamento da função de 2º Diretor de Patrimônio da entidade. Colocada em discussão por todos os presentes foi acatado o desligamento do diretor Agnaldo de Oliveira Lopes do quadro diretivo da ARCA. Em razão da vacância do diretor supracitado procedeu-se a nova eleição complementar para suprir a vaga, sendo eleito por todos os presentes para ocupar a vaga de 2º Diretor de Patrimônio da ARCA **LUSIANE DA SILVA ALVES PORTO**, portadora do CPF nº 012267425-13 e CI RG nº 1255374500 SSP/BA, que imediatamente tomou posse no cargo, com mandato coincidente com os demais que foram eleitos em 08.01.2011 para um mandato até 08.01.2015 por ser um mandato complementar. A nova diretora agradeceu a confiança nela depositada, apesar de que dificilmente conseguirá desempenhar à altura o trabalho antes desenvolvido pelo diretor sucedido Agnaldo. **Nova programação** - O presidente Edinildon Nascimento da Paixão explicou que buscando a melhoria dos serviços da emissora mantida pela associação, será feita uma formulação na grade de programação da ARCA FM 87,9, com novos parceiros, cujos programas serão incluídos já no início do mês de março e contemplarão assuntos da área do direito, informação, notícias, música sertaneja, bem assim entrevistas, ficando ainda reservado o espaço para a transmissão do Programa "A Voz do Brasil". De igual forma restou garantido na grade de programação um horário voltado para a **Administração Pública Municipal**, como, aliás, já vinha sendo garantido, mas que o poder público executivo não se importa em utilizar tal espaço, a exemplo

13 OFÍCIO DE NOTAS
COPIA CONFERE COM ORIGINAL DOU FE

16 JUN. 2016

1294.AB271407-5

MARIENE ROSA DA SILVA

MARIA DO DESTIERRO F. DA SILVA

MAYSSIA DOS SANTOS PEREIRA MATOS

WASHINGTON FERREIRA DA SILVA

Autenticado

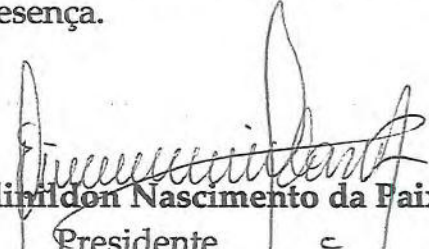
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia

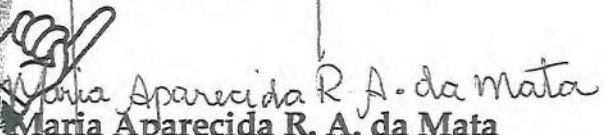
Seção de Atendimento ao Cidadão

Protocolo


1204275

da Câmara de Vereadores que utilizado de horário para transmissão de suas sessões e com excelente audiência dos ouvintes. A nova grade programação estará sendo encaminhada para o Conselho Comunitário que, inclusive, regularmente emite relatório de acompanhamento da grade. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente da qual se lavrou esta ata e que será devidamente assinada pelo Advogado, pela secretária da assembleia e pelos diretores titulares, sem prejuízo das assinaturas dos demais sócios em livro de presença.


Edmilson Nascimento da Paixão
Presidente


Maria Aparecida R. A. da Mata
Secretária


Rosinei de Oliveira e Silva
Tesoureiro


Ferezinha Eloísa Batista Alves
1º Conselho Fiscal


Dr. Nilvo Schwingel
Advogado OAB-BA 23.387

Reconheço a(s) firma(s) verdadeira(s)
assinalada(s) com a(s) seta(s):

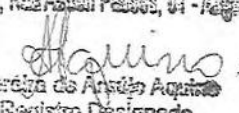
Assinado, 25/02/2016
uan@unip

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Força Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical-BA

Título apresentado na data de 01/06/2016
Protocolado: Livro nº Anº 02 fls. 129 nº 3426
Matriculado: Livro nº Anº 04 fls. 72 nº 0045
Registro: Civil das Pessoas Jurídicas
Averbação nº Anº-2-0045 fls. 72
Auxiliar: Livro 03-A fls. — nº —
Angical-BA 01/06/2016

Armandina Pereira de Araújo Aquino
Oficial do Registro Designada
Port. 67/2012

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Força Des. Justino Telles, Rua Abdon Passos, 01 - Angical-BA


Armandina Pereira de Araújo Aquino
Oficial do Registro Designada
Port. 07/2012



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Agnaldo de Oliveira Lopes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Y00VA3023 & 0-010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

05.031.609-54 28-05-2015

AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES

JOSÉ DA SILVA LOPES

ADALICE DE OLIVEIRA LOPES

ANGICAL BA 21-09-1969

C.CAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV B04 FL 367V RT 1735
493.824.545-00

Francilda M^a de Oliveira Santos

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Y00VA3023 & 0-010



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Edinildon Nascimento da Paixão

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS CRISTO & FILHO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

04.204.277-16 17-02-2011

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO

LEONIDIO DA PAIXÃO

EUNICE RODRIGUES DO NASCIMENTO


ANGICAL BA 15-10-1965

C.NAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV 74 FL 73 RT 10637
434.853.405-53

Francilda M^{te} de Oliveira Paixão

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS CRISTO & FILHO

<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal</p>	
<p>CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS</p>	
<p>Matrícula</p>	
<p>EDINILSON CASZEMBERG DA SILVA</p>	
<p>Nº de Inscrição 434553405-53</p>	<p>Data de Nascimento 15/10/55</p>
	

VÁLIDO EM TODOS OS ESTADOS NACIONAIS Emitido em : 22/07/94	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9
Assinatura: <i>Edmundo Nascimento da Fuzza</i> COMISSÃO NASCIMENTO DA FAMÍLIA	
Para assinatura e o cumprimento de inscrição no CADERNO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, verifique a autenticidade por telefone, além das outras previstas na legislação vigente.	



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 04394542 20 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/1999

NOME
LUIZ VIANA DINIZ

FILIAÇÃO
JOSE DUQUE DINIZ
NOELITA DOS SANTOS DINIZ

NATURALIDADE
BELO HORIZONTE MG DATA DE NASCIMENTO 26/06/1965

DOC ORIGEM CER-CAS CM-ANGICAL BA

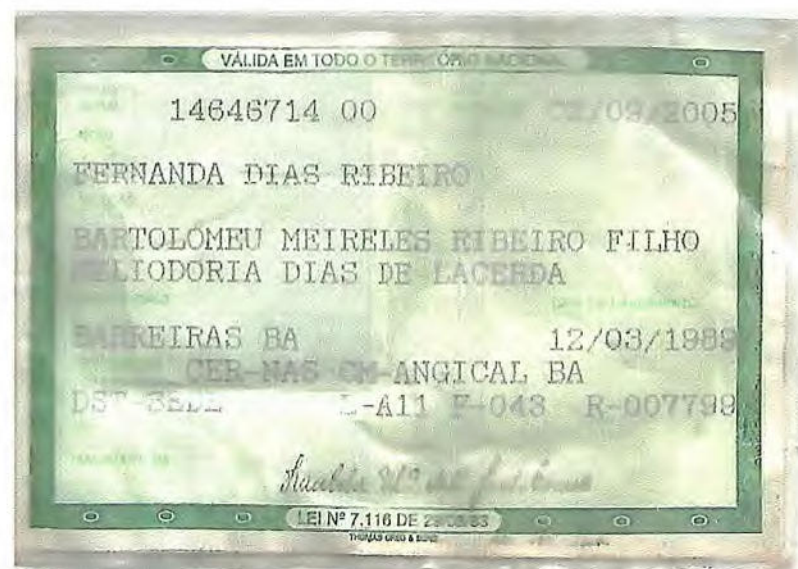
DST-SEDE L-BA3 F-097 R-000444

CRT 472154455 34

SIGNATARIO *[Assinatura]*
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/03/83











VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nº 07338876 94 DATA DE EXPEDICÃO 06/04/2004

NOME KEDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS
OLIVEIRA

FILIAÇÃO
ANTONIO PEREIRA DE NOVAIS
MARLUCE ALVES DE NOVAIS

NATURALIDADE ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO 04/10/1975

DCC ORIGEM CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST-SEDE L-BA3 F-143 R-000536

608709405 97

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11190302 50 DATA DE 27/07/2011
CAPS/EN/BA

MARIA APARECIDA RAMOS ALMEIDA
DA MATA

JERONIMO JOSE DE ALMEIDA
MARIA HELENA RAMOS DE ALMEIDA

ANGICAL BA DATA DE NASCIMENTO 31/01/1981

CER-CAS CM-ANGICAL BA

DST- SEDE L-BA4 F-32V R-000915
005938625 89

Handwritten signature: Maria Helena Ramos de Almeida

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ROSINEI DA MAMIA	
NÃO PLASTIFICAR	
	
<i>Rosinei da Mamia - Silva</i>	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
07.343.026-90	16-02-2011
ROSINEI DE OLIVEIRA E SILVA	
RAIMUNDO DE OLIVEIRA E SILVA	
ADACY BRITO DA SILVA	
ANGICAL BA	07-08-1973
C.NAS. CM ANGICAL BA DS	
SEDE LV A77 FL 85 RT 012279	
608.689.025-00	
<i>Francilda M. de Oliveira Brito</i>	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

MAIOR DE 60 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Pedro Onézio José Ferreira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07.368.340-01 08-01-2014

PEDRO ONÉZIO JOSÉ FERREIRA

HERMILO JOSÉ FERREIRA

MARIA ALVES DOS SANTOS

ANGICAL BA 28-02-1948

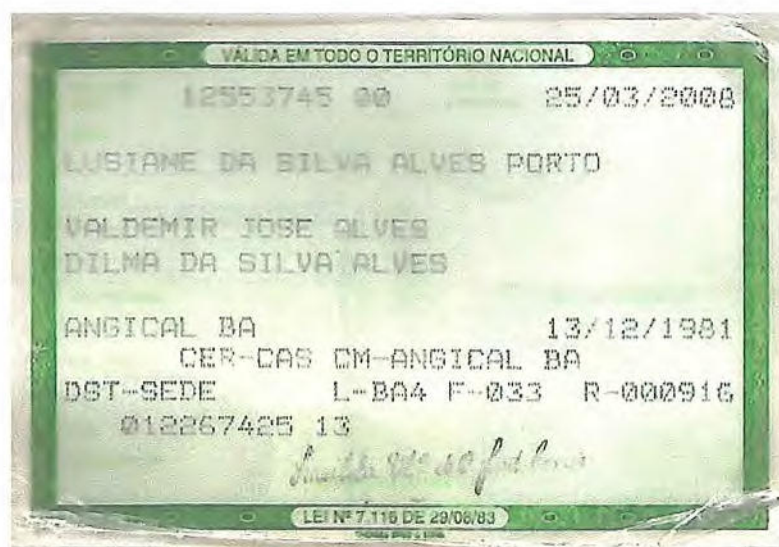
C.CAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV 025 FL 058 RT 000130
122.355.635-20

Francilda M.ª de Oliveira Santos

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

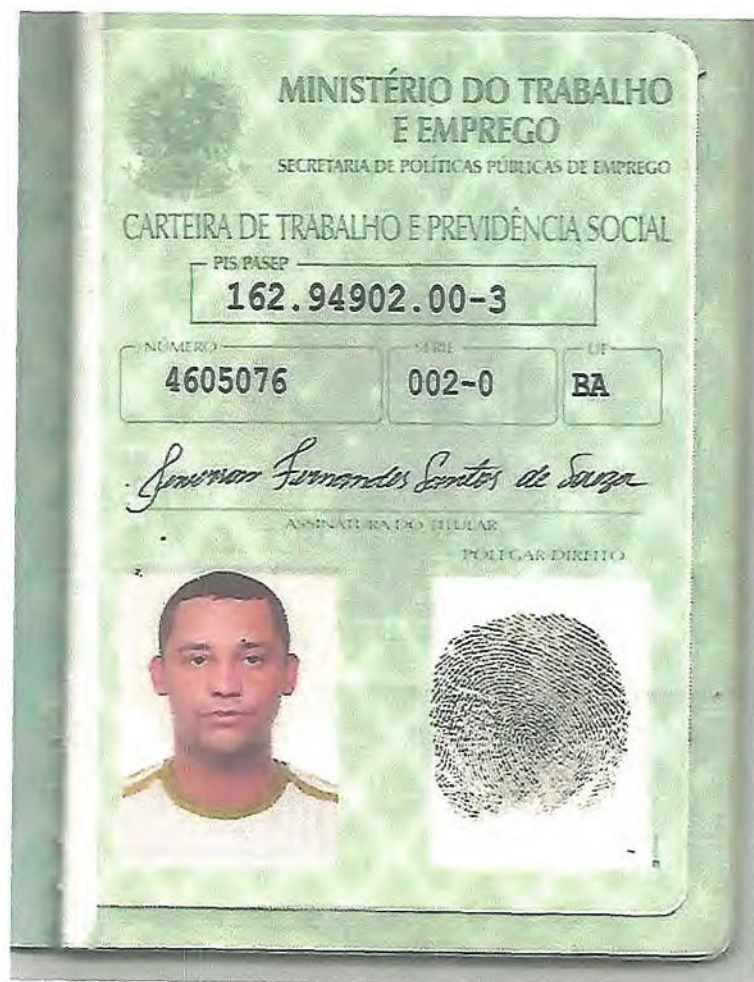












NOME: JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

LOC. DE NASC.: ANGICAL - BA

03/09/1985
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

JOSELIA SANTOS DE SOUZA

DOC. APRESENTADO: RG 1327407531 SSP BA

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995.

RG: 1327407531

CPF: 022.087.125-60

T. ELEITOR: 114902730590 SEÇÃO: 0001

ZONA: 126

LOCAL DA EMISSÃO: SETRE PAT SAC BARREIRAS

EMIÇÃO: 20/05/2008

Carlos Martins Marques de Santana

Carlos Martins Marques de Santana
Delegado Regional do Trabalho - BA.

ASSINATURA DO EMISSOR

BRASILEIRO

02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

1985

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

NOME

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

DOCUMENTO

1327407531

CPF

022.087.125-60

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

NOME

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

DOCUMENTO

1327407531

CPF

022.087.125-60

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

NOME

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

DOCUMENTO

1327407531

CPF

022.087.125-60

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

NOME

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

NOME

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA

FILIAÇÃO

ANTONIO FERNANDES DE SOUZA

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

RG

1327407531

CPF

022.087.125-60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL

NÃO PLASTIFICAR



Eduardo dos Santos Ferreira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09.043.463-31

30-05-2012

EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA

PAULO HENRIQUE FERREIRA

MARIA ROSA DOS SANTOS FERREIRA

ANGICAL BA

30-11-1978

C.NAS. CM ANGICAL BA DS
SEDE LV 002 FL 015 RT 1699

989.239.275-20

Francilda M^a de Oliveira fant.

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TELA DE PROTEÇÃO A FURTO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA

CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA FM)

PRAÇA DA BANDEIRA Nº 29 - CENTRO

CEP: 47.960-000 / ANGICAL – BA

MANDOU, CHEGOU.

®

DEX

MANDOU, CHEGOU.

SL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2469/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 29 de junho de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (CNPJ 02.859.224/0001-89)**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical/BA**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 30/06/2016, às 16:37, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1212608** e o código CRC **0FBF65E1**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: BA
Município: Angical
Canal: 200
Fase: P

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA)
Nome Fantasia: ARCA FM
Logradouro: PRACA DA BANDEIRA, 29
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.859.224/0001-89
Bairro: CENTRO
Número: S/N
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA)
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 47960000
Número: S/N
Município: Angical
Telefone:

Logradouro: PRACA DA BANDEIRA, 29
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Estado: BA

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 47960000
Número: s/n
Município: Angical
Telefone:

Logradouro: PRACA DA BANDEIRA, 29
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:

Estado: BA

Fax: **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:
Número do Processo: ◀
Caixa:

Data Limite Instalação:
Fistel:
Sequência:

Aprovação Congresso Nacional

Número	Data	Data DOU	Órgão	Tipo	Razão	Natureza
<input type="text" value="83"/>	<input type="text" value="15/05/2002"/>	<input type="text" value="16/05/2002"/>	Congresso Nacional	Decr. Legislativo	Deliberação CN	Jurídico

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza		
<input type="text"/>	<input type="text" value="451"/>	◀	Portaria	◀	MC	◀	14/08/2000	25/08/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="19338"/>	◀	ATO	◀	SCM	◀	27/09/2001	04/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="83"/>	◀	Decreto Legislativo	◀	CN	◀	15/05/2002	16/05/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur. ◀

☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA) - CNPJ/CPF
(02.859.224/0001-89)
Município/UF: ANGICAL/BA
Indicativo: ZYS481

Situação: Entidade não possui débitos
Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

22:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
no Estado de São Paulo – DRMCTIC/SP

Processo nº: **53000.025604/2012-77**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
ANGICAL (ARCA)**

Em atenção ao Memorando nº 2469/2016/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.015923/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: art. 11 c/c art. 21, inciso IV da lei 9.612/98.• Infração: (data de ocorrência: 09/04/2014, data do Memorando nº 149/2014/CGRC/SCE-MC, que motivou a abertura do PAI).
Registros de PAIs ativos	53554.003113/2013	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: item 21.3 da Norma 01/2011 c/c art.40, inciso XIX do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 30/08/2013, data do Despacho Ordinatório da Anatel , que motivou a abertura do PAI).
Registros de PAIs concluídos (relação	-	NADA CONSTA

de antecedentes no SRD*)		
-----------------------------	--	--

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**,
Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas, em
04/07/2016, às 11:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014
e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1216981 e o código CRC **25710081**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 5233/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.025604/2012-77**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical/BA**, por meio da Portaria nº **451**, publicada no DOU de 25/08/2000, e Decreto Legislativo nº **83**, publicado no DOU de 16/05/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 16/05/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 28/05/2012, pagina nº 02, evento SEI (0077433), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE
ANGICAL

QUADRO DIRETIVO

AGNALDO DE OLIVEIRA LOPES - Presidente

EDINILDON NASCIMENTO DA PAIXÃO - Vice Presidente

JOSETE SANTOS DINIZ - 1ª Secretária

FERNANDA DIAS RIBEIRO - 2ª Secretária

LUIZ VIANA DINIZ - 1º Tesoureiro

KEDMA FRANCISCA ALVES NOVAIS OLIVEIRA- 2ª Tesoureira

WAGNER RAMOS DE OLIVEIRA - 1º Diretor de Patrimônio

JOSÉ ELISELTON OLIVEIRA SOUZA - 2º Diretor de Patrimônio

JERVERSON FERNANDES SANTOS DE SOUZA - Diretor de Qualificação Profissional e Programação

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.	X		Ok, página 02 do evento SEI (0077433).
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		

1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?	X		
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Ok, páginas 23 a 32 do evento SEI (0077433). Páginas 05 a 07 do evento SEI (1204275) do documento 53900.039172/2016-61.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Ok, páginas 02 a 04 do evento SEI (1204275) do documento 53900.039172/2016-61.
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Ok, páginas 08 a 20, 27 a 28 e 31 a 34 do evento SEI (1204275) do documento 53900.039172/2016-61.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		Ok, páginas 187 a 189 do evento SEI (0077433).
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Ok, página 08 do evento SEI (0077433).
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Ok, evento SEI (0979109).
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	X		Ok, página 09 do evento SEI (0077433).

9	Relatório de apuração de infrações.	X		Ok, evento SEI (1216981).
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto á renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Fiscalização de Outorgas (evento SEI 1216981). No entanto, uma vez que não se observa aplicação de pena de revogação de autorização em caráter definitivo, **enquadram-se os documentos instrutórios do presente pedido na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR**, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI 1729059).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubarú, Advogado**, em 17/03/2017, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/03/2017, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1728712** e o código CRC **EC03DA9F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.025604/2012-77, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16/05/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Angical/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16/05/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.025604/2012-77**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº **53000.025604/2012-77** (ver documento 1728712), no qual a **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Angical / BA**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/03/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1760904** e o código CRC **6199BC68**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.025604/2012-77, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o

serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Angical/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 1760904

PORTARIA Nº 1838/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788171** e o código CRC **75C9835E**.

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 1788171

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.025604/2012-77, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Angical/BA.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788180** e o código CRC **B32C08CB**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.025604/2012-77

Entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA)

Assunto: Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se.Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1838/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/06/2017, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1982847** e o código CRC **F5F333A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 1982847

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/06/2017 14:12:32
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4398081
Data prevista de publicação: 28/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9958760	ATO PORTARIA Nº 1107 MIN.rtf	95cf3ea8fe43d8dc e5e3c9f3bc44ffa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958782	ATO PORTARIA Nº 1823 MIN .rtf	c287e1ad41ece606 197bb6047baf84d2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958783	ATO PORTARIA Nº 1824 MIN.rtf	770ac537fb34d5d5 0b091761cf104a5b	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958784	ATO PORTARIA Nº 1826 MIN.rtf	199864d40913b32e 0058a90fbd7a25a8	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958785	ATO PORTARIA Nº 1827 MIN .rtf	396f92458762c911 64395a0c975deed3	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958786	ATO PORTARIA Nº 1829 MIN .rtf	f32871f67521a858 07a7adbd5eb3bb4e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958787	ATO PORTARIA Nº 1833 MIN .rtf	b01d37454701f47a 549fd9ce37c7db0f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958788	ATO PORTARIA Nº 1834 MIN .rtf	1e66f393a3987523 d1f1b4d6d7f510bd	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958789	ATO PORTARIA Nº 1836 MIN .rtf	feb881ead9057c4c 7db8bb8f55e7d019	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958790	ATO PORTARIA Nº 1837 MIN .rtf	b64b1b1265b65f42 87c8637b9542cfa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24

9958791	ATO PORTARIA Nº 1838 MIN .rtf	51721f2583316db3 e3381c170a514ad6	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958792	ATO PORTARIA Nº 1839 MIN .rtf	b65350ff4d8d8523 630770274e6644a0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958793	ATO PORTARIA Nº 1840 MIN .rtf	07a3fac0aca48aeb 00138a162bb6fef1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958794	ATO PORTARIA Nº 1841 MIN .rtf	05623b774b868a8f b11c53126d1dbc4f	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958795	ATO PORTARIA Nº 1842 MIN .rtf	5da1f1e173098731 fde197c9424c5daf	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958796	ATO PORTARIA Nº 1844 MIN .rtf	c5db4025e30f1bb8 0390a6125d2fb9e8	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958797	ATO PORTARIA Nº 1845 MIN .rtf	4e5d5d79346d6f5d 04f9d4ec919742c1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958798	ATO PORTARIA Nº 1869 MIN .rtf	4323a08131ae9c5a 8f88050288753058	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958799	ATO PORTARIA Nº 1873 MIN .rtf	5f138f9f446734a7 53a14f61f1c757c9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958800	ATO PORTARIA Nº 1874 MIN .rtf	ee4c7c882ff03b70 2db462554fccd853	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			125,00	R\$ 4.130,00



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.837-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.838-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.839-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061897/2013-37 e nº 53710.000235/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bocaiuva/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.840-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.011242/2014-55 e nº 53710.000704/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Mercedesana de Integração e Cultura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mercês/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.841-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.005543/2014-40 e nº 53830.000402/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARTÍSTICA DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOVA CAMPINA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Campina/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.842-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.844-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065280/2012-18 e nº 53830.001862/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabapuã / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.845-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000304/1999 e nº 53900.039515/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angelândia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.869-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.873-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001705/1998 e nº 53900.021662/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra- ADEMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salto do Lontra/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.874-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070695/2013-86 e nº 53710.000787/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coqueiral/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062116/2013-21 e nº 53790.001161/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Junho de 2013, a autorização outorgada à União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lajeado/RS.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1940217** e o código CRC **11460216**.

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 1940217



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30821/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL

Praça da Bandeira nº 29 - Bairro: Centro

47960-000 / Angical - BA

CNPJ nº 02. 859. 224/ 0001- 89

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.025604/2012-77.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL**, sediada em **Angical / BA**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **16/05/2012**, conforme Portaria nº 1838, de 07/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017 (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/07/2017, às 16:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2031920** e o código CRC **0ECD99AF**.

Data de Envio:

27/07/2017 10:15:27

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

AGNALDOLOPESARCA@HOTMAIL.COM

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2031920.html

Brasília, 25 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.025604/2012-77, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Angical/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
782/2017	53000.006879/2013-92	Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
783/2017	53000.025604/2012-7	Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical
784/2017	53900.039515/2015-15	Associação Beneficente Bom Samaritano
786/2017	53900.041528/2015-46	Associação E Movimento Comunitário Aliança
787/2017	53900.034331/2015-51	Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu
788/2017	53000.062554/2013-90	Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste
789/2017	53000.007329/2014-71	Associação de Moradores do Bravo
790/2017	53000.017052/2013-12	Associação Palmares de Radiodifusão
791/2017	53000.061897/2013-37	Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC
792/2017	53900.005543/2014-40	Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva E de Comunicação Social
799/2017	53000.052747/2012-51	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local
800/2017	53000.056227/2011-37	Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas
802/2017	53900.047630/2015-55	Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - CEARÁ
804/2017	53900.046763/2015-12	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROJETO VIDA
805/2017	53900.041608/2015-00	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã
806/2017	53900.039579/2015-16	ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação
807/2017	53900.029926/2015-94	Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Pompeia
808/2017	53900.017336/2015-19	Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga
809/2017	53900.020946/2014-19	Associação Comunitária Rádio Golfinho FM
810/2017	53000.057303/2012-11	Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo À Cultura, Arte, Esporte E Lazer
811/2017	53900.002998/2014-11	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo
812/2017	53000.065280/2012-18	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã
813/2017	53000.036553/2012-17	Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida
814/2017	53900.021662/2014-40	Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA
815/2017	53000.070695/2013-86	Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral
816/2017	53000.069238/2013-49	Associação Educativa São Simão
817/2017	53000.062116/2013-21	União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado
822/2017	53900.050647/2015-90	Associação Cultural Comunitária
823/2017	53000.007031/2013-81	Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI
824/2017	53900.008608/2014-17	ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas
825/2017	53000.059284/2011-78	Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloiso Roque Opperman
826/2017	53000.058113/2011-21	Associação Comunitária de Radiodifusão
827/2017	53000.056222/2011-12	Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes
828/2017	53000.059330/2011-39	Associação de Difusão Comunitária de Nisia Floresta
829/2017	53900.049087/2015-21	Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS
830/2017	53900.048244/2015-81	Associação Comunitária Agenda - FM
831/2017	53900.047617/2015-04	Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina
832/2017	53900.047345/2015-34	Associação Cultural de Integração Comunitária
833/2017	53900.046496/2015-75	Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - Go E Distritos
834/2017	53000.064515/2012-46	Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB)
835/2017	53900.022015/2014-55	Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta
836/2017	53900.003004/2014-76	Associação Cultural Comunitária de Itapagipe

837/2017	53900.048009/2015-17	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural E Artístico
838/2017	53900.047727/2015-68	Associação de Cultura de Brasília de Minas
839/2017	53900.041793/2015-24	Fundação Cultural Comunitária 'Educar'
841/2017	53900.034546/2015-71	Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão
843/2017	53900.029948/2015-54	Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT
845/2017	53900.025954/2015-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP
847/2017	53000.062334/2013-66	Fundação Manoel Paes
850/2017	53900.008250/2015-03	Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários E Culturais

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2189442** e o código CRC **46A27A1D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2189442

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.025604/2012-77
Referência: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 27/09/2017, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253114** e o código CRC **B1C7143A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 2253114

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 - Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 - Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 - Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 - Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 - Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 - Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 - Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 - Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 - Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 - Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 - Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 - Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 - Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 - Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 - Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 - Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 - Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 - Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 - Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 - Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 - Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 - Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 - Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 - Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 - Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 - Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 - Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 - Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 - Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 - Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 - Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.025604/2012-77.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/07/2019, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 15/07/2019, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/07/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4400513** e o código CRC **9A1C55F8**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.025604/2012-77, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, inscrita no CNPJ nº 02.859.224/0001-89, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de Maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angical, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5233/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 1838-SEI, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/06/2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.025604/2012-77

SEI nº 4400513

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.025604/2012-77, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, inscrita no CNPJ nº 02.859.224/0001-89, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 16 de Maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angical, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5233/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 1838-SEI, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/06/2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34375/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.025604/2012-77.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654520** e o código CRC **F5D04C99**.